

GESTÃO SOCIAL • RESPONSABILIDADE SOCIAL • VOLUNTARIADO • TERCEIRO SETOR

FILANTROPIA

#60



INSTITUTO
FILANTROPIA

MULTIPLICANDO O SUAS

Nova seção da Revista
Filantropia desvenda o Sistema
Único de Assistência Social

SUSTENTABILIDADE

Reaproveitamento de alimentos e
materiais combate o desperdício e
incentiva empreendedores



PERFIL SOCIAL DO BRASIL

FASFIL 2010 TRAÇA ANÁLISE SOBRE AS FUNDAÇÕES
PRIVADAS E ASSOCIAÇÕES SEM FINS LUCRATIVOS DO PAÍS

ENTREVISTA • Campeã do vôlei Ana Moser fala sobre a importância do esporte no desenvolvimento de crianças e jovens e sobre seu engajamento nesta área

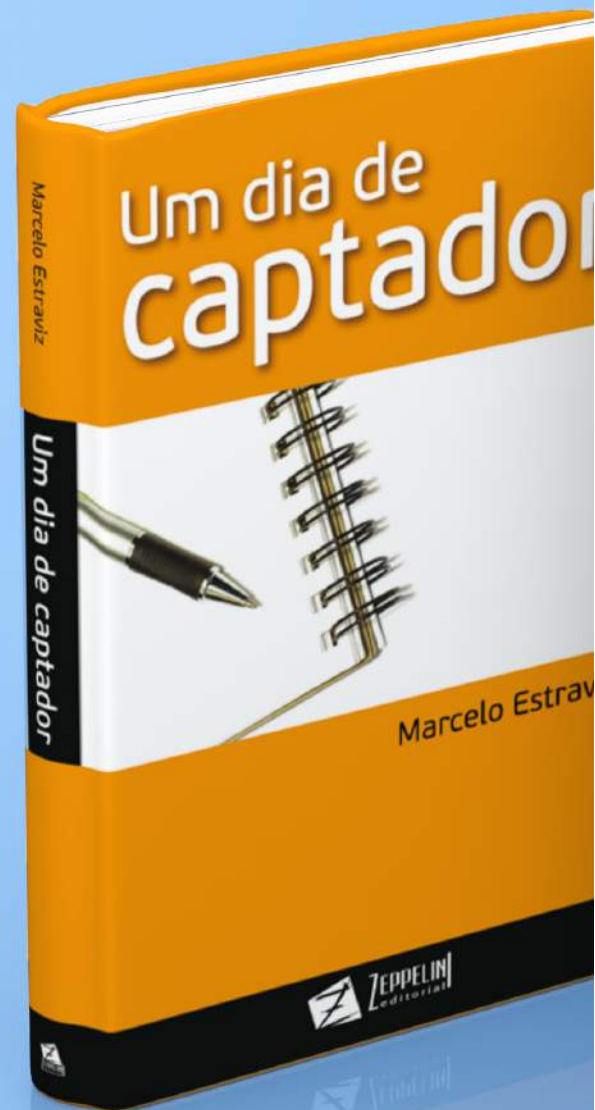


TRÊS

Melhor: as TRÊS

Os livros editados pela Zeppelini Editorial agora são também canais de comunicação do Instituto Filantropia. São três obras que têm como intuito colaborar com a profissionalização do Terceiro Setor. Os livros serão o início de uma série de publicações técnicas voltadas para a gestão de obras sociais, desde a sua concepção até o monitoramento de resultados. Legislação, contabilidade e a prática do voluntariado serão parte da coleção, que até o momento traz três temas importantes: captação de recursos, comunicação e fundos patrimoniais.

WWW.INSTITUTOFILANTROPIA.ORG.BR



UM DIA DE CAPTADOR

O livro Um dia de captador, de Marcelo Estraviz, baseia-se no relato do dia a dia de um captador de recursos que busca parcerias e financiadores em busca de sustentabilidade para sua instituição. Juntamente com o exemplo da rotina do profissional, o autor traz pílulas com informações técnicas, teóricas e dicas úteis para os captadores de recursos brasileiros.

Zeppelini Editorial | Autor: Marcelo Estraviz
Ano: 2011 - Edição: 1ª | Número de páginas: 192

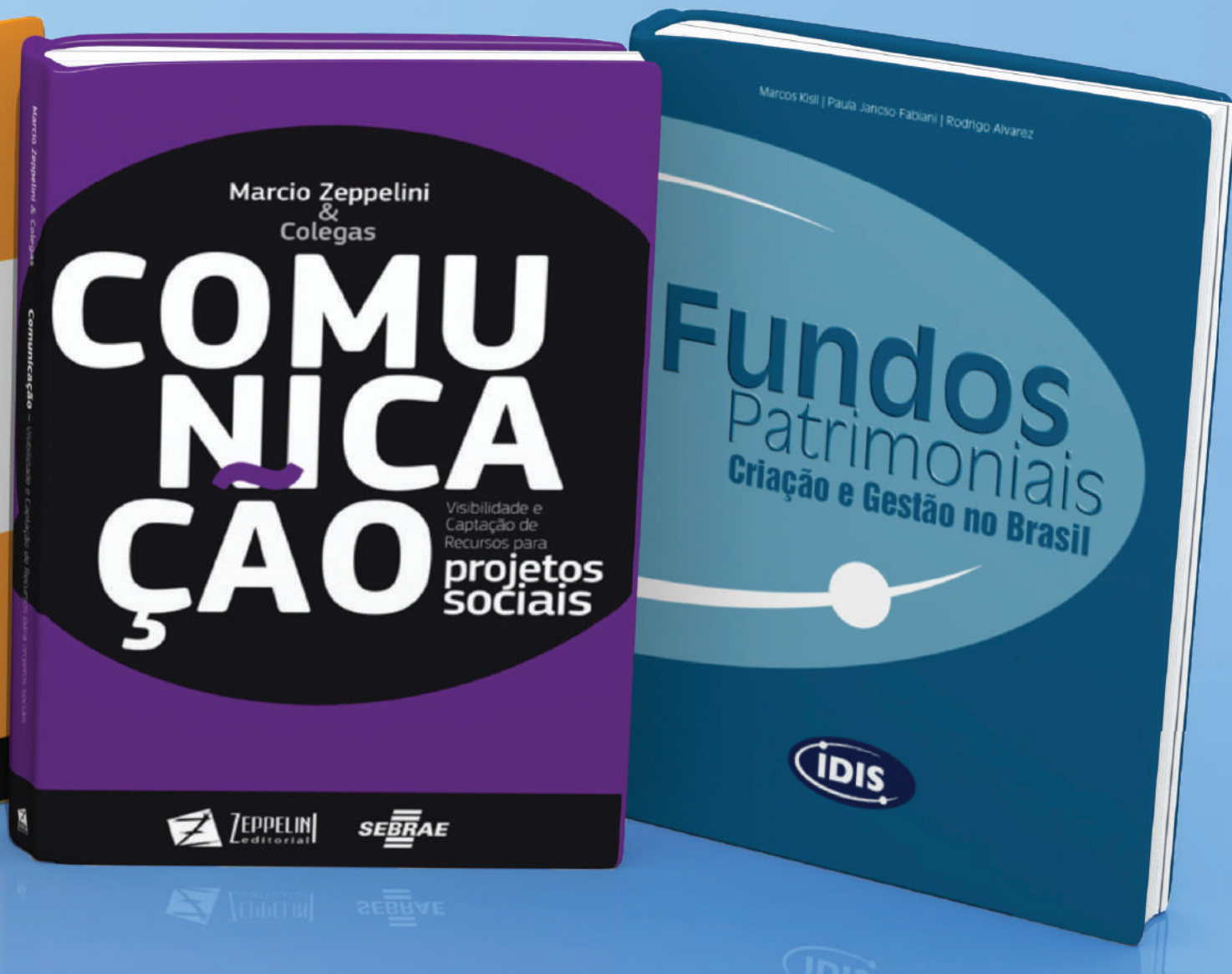
Acesse o site pelo seu smartphone



INSTITUTO
FILANTROPIA

OBRAS

PRIMEIRAS obras



COMUNICAÇÃO - VISIBILIDADE E CAPTAÇÃO DE RECURSOS

O livro Comunicação – Visibilidade e Captação de Recursos para Projetos Sociais reúne matérias e artigos ligados à comunicação e ao marketing para a área social. O objetivo do livro é proporcionar aos leitores estratégias de gestão da comunicação que possam incrementar as ações das instituições sociais, levando-as à profissionalização, fator cada vez mais presente no Terceiro Setor.

Zeppelini Editorial & Sebrae | Autor: Marcio Zeppelini
Ano: 2011 - Edição: 1ª | Número de páginas: 208

FUNDOS PATRIMONIAIS - CRIAÇÃO E GESTÃO NO BRASIL

Embora existente desde o Império Romano, o *endowment*, ou fundo patrimonial, é ainda incipiente no Brasil. Enfrentamos uma enorme carência de informações sobre sua criação e gestão, e de estruturas que sirvam de exemplo a investidores sociais privados engajados no tema. Esta publicação é uma primeira tentativa de cobrir esta lacuna e apresenta informações para leitores em diversos níveis de compreensão do assunto.

Instituto Filantropia, Fundo Vale & IDIS | Autores: Marcos Kisil, Paula Jancso Fabiani e Rodrigo Alvarez
Ano: 2012 - Edição: 1ª | Número de páginas: 148



50

FASFIL 2010

ESTUDO REVELA O PERFIL DAS INSTITUIÇÕES SOCIAIS BRASILEIRAS



6

ENTREVISTA

Ana Moser



28

ESPECIAL

Cidadãos em prol do desenvolvimento



72 DATA FILANTROPIA

Até que ponto as organizações estão incorporando os indicadores de sustentabilidade?



80 REFLEXÃO

Felipe Mello



10 RADAR SOCIAL

36 PAINEL DE CONTROLE

76 FIQUE LIGADO!

78 GERAÇÃO DE RENDA



GESTÃO SOCIAL

Ponto de Vista

14 Voluntariado e gestão

Captação de Recursos

17 Doações: números no Brasil e nos Estados Unidos

21 A burocracia compensa?

Voluntariado

22 Voluntariado também na prevenção

24 Transformação compartilhada

Ativismo

26 O mote da simplicidade

Administração

33 "404 Not Found"

Contabilidade

40 Com base na religião



MULTIPLICANDO O SUAS

Opinião

41 Uma *belle époque* para o SUAS

SUAS Brasil afora

44 O desafio da convivência familiar e comunitária

Conselhos e conselheiros

46 Esse tal controle social

Ficção

48 Partitura



SUSTENTABILIDADE

Responsabilidade Social

57 Investimento social cresceu!

Consumo

60 Felicidade está mais associada ao bem-estar do que à posse

Sustentabilidade

63 Reaproveitar para combater o desperdício

Opinião

68 A sustentabilidade é mensurável?

Meio Ambiente

70 Saneamento básico ainda é motivo de morte no Brasil



FILANTROPIA

ISSN 1677-1362

EDITOR GERAL Marcio Zeppelini (43.722/SP)
EDITORA-CHEFE Thaís Iannarelli (MTB 46.415/SP)

REDAÇÃO Paula Craveiro
Luciano Guimarães

PROJETO GRÁFICO Rafael Tadeu Sarto

EDIÇÃO Aline Graça

Daniel Gallo

Felipe Lopes

Kao Shin

Karina Watanabe

Luciana Silva Rodrigues

Rodolfo Daufembach Lucas

CONSELHO EDITORIAL Marcelo Monello

DELIBERATIVO Marcio Zeppelini

Marcos Biasioli

Mauro Zeppelini

Ricardo Monello

IDEALIZADORES



Imagens ilustrativas: shutterstock.com

INSTITUTO FILANTROPIA

PRESIDENTE Marcio Zeppelini

DIRETORA EXECUTIVA Thaís Iannarelli

CAPTAÇÃO DE RECURSOS Conceição Marmo

Daniilo Tiisel

Felipe Mello

CONSELHO DIRETOR Marcelo Estraviz

Ricardo Marcelo de Oliveira

Rogério Paganatto

Aron Belinky

Marcus Nakagawa

Dal Marcondes

Marianne Pinotti

Fagna Freitas

Michel Freller

CONSELHO CONSULTIVO

Joris Van Wijk

René Steuer

José Chapina

Rilder Campos

Livio Giosa

Tomaz de Aquino

Mara Gabrielli

www.institutofilantropia.org.br

www.facebook.com/InstitutoFilantropia

Rua Bela Cintra, 178 – Consolação – São Paulo

(11) 2978-6686

Aliados estratégicos



Parceiros Institucionais



PROGRESSO E PARCERIAS EM BUSCA DA EXCELÊNCIA



THAÍS IANNARELLI
Diretora-executiva
do Instituto Filantropia

A **Revista Filantropia**, agora fazendo parte das atividades do Instituto Filantropia, chegou ao número 60. Isso significa que há mais de dez anos trabalhamos para produzir conteúdo e levar até nossos leitores informações interessantes e úteis relacionadas à gestão na área social. Em busca de desenvolver mais ainda este meio de comunicação para você, afiliado e leitor, procuramos estabelecer parcerias e levantar fatos importantes com a meta de incrementar nossa produção e conteúdo.

Ao longo da nossa história, conquistamos parcerias muito significativas, que a cada edição contribuem para a qualidade da nossa publicação. Instituições como Centro de Voluntariado de São Paulo (CVSP), Canto Cidadão, Associação Brasileira de Captadores de Recursos (ABCR), Envolverde, Market Analysis, e também os escritórios Econômica Desenvolvimento Social, Monello Contadores, Quality Associados e Social Profit, colaboram conosco e nos enriquecem com sua experiência, no dia a dia do trabalho com o Terceiro Setor.

A partir desta edição, a número 60, a revista passa a ter 80 páginas e conta com a participação de mais um parceiro estratégico na busca pela excelência da gestão da área social. Este novo parceiro é a Paulus, instituição que, entre outras coisas, atua no assessoramento e garantia de direitos na área social. Na nova seção, chamada Multiplicando o SUAS, a contribuição virá em forma de artigos que decifram o Sistema Único de Assistência Social e analisam seus desdobramentos.

Com ações como esta, o Instituto Filantropia está em busca de fortalecer sua missão, que é levar informação técnica de qualidade para gestores da área social e todos aqueles interessados no tema. E contamos com parceiros de qualidade de ponta para atingirmos este objetivo!

Boa leitura!



MARCIO ZEPPELINI
Presidente
do Instituto Filantropia



Núcleo

PAULUS DE FORMAÇÃO,
PROGRAMA DIREITO E CIDADANIA

A PAULUS participa da implantação do Sistema Único de Assistência Social / SUAS, por meio do Assessoramento técnico às entidades socioassistenciais de todo o Brasil.

Núcleo PAULUS de Formação, Pesquisa e Disseminação Social
Contato: nucleosocial@fapcom.edu.br





INICIATIVA DE OURO

Cultura esportiva desenvolve ações educativas em comunidades

Por Juliana Fernandes

Considerada um dos grandes símbolos do voleibol feminino do Brasil, **Ana Moser** é natural de Blumenau. A ex-jogadora começou a praticar vôlei aos sete anos de idade e aos 16 já foi convocada para atuar na seleção infantojuvenil. Com a camisa número 2, no auge da carreira, foi titular nas Olimpíadas de Seul (1988) e de Barcelona (1992). Pela seleção brasileira, Ana conquistou títulos importantes como o Grand Prix, em 1994 e 1996, e a medalha de bronze em Atlanta, também em 1996.

Em 1999, anunciou oficialmente sua saída das quadras. Dez anos depois, foi eternizada ao entrar para o seletor Hall da Fama do Vôlei. Atualmente, preside o Instituto Esporte & Educação (IEE). A entidade atende a crianças e adolescentes em atividades esportivas e socioeducativas e promove a formação de professores e estagiários, assim como o desenvolvimento de uma metodologia de esporte educacional. Em entrevista à **Revista Filantropia**, Ana Moser dá detalhes sobre sua atuação social.



Instituto Esporte Educação



Revista Filantropia: Conte um pouco sobre sua atuação no Instituto Esporte & Educação (IEE) e como surgiu a ideia de criar o projeto.

Ana Moser: O IEE nasceu de um pequeno movimento entre amigos, todos ligados ao esporte, enquanto eu ainda era atleta profissional de vôlei. Pensávamos em uma estratégia para apoiar o desenvolvimento do esporte, especialmente entre as crianças em idade escolar. Além disso, eu viajava o mundo e sentia muita angústia com a injustiça social no Brasil. Não achava justo as pessoas não terem as mesmas oportunidades que eu tive para ter sucesso. Essa inquietação gerou um projeto de iniciação esportiva que criava turmas de meninos e meninas que aprendiam a jogar juntos e a gostar do jogo. Criamos o Instituto Esporte & Educação e montamos os dois primeiros núcleos em 2001. Um deles funciona até hoje em Heliópolis (maior favela de São Paulo).

RF: Além de estimular a cultura esportiva, o IEE considera o esporte como um instrumento de educação. Por isso, mantém como base de suas atividades a metodologia do esporte educacional. Na prática, como isso funciona?

AM: O esporte educacional funciona a partir de princípios: incluir a todos, a partir da diversidade, construir coletivamente, em uma educação integral rumo à autonomia. Todos esses princípios precisam acontecer ao mesmo tempo. Na prática, pense em uma turma do 5º ano de uma escola pública: teremos meninos, meninas, alguns mais altos, outros mais fracos, alguns alunos mais velhos, uns tímidos, outros líderes. Em uma aula de educação física tradicional os meninos jogam futebol, mas só aqueles que sabem jogar. As meninas jogam queimada, ou ficam conversando ao lado da quadra, enquanto os meninos jogam. No esporte educacional, o professor planeja jogos adaptados que apresentem desafios diferentes. Em uma sequência de aulas, o professor tem o objetivo de desenvolver as habilidades motoras dos alunos para que eles joguem cada vez melhor, mas também deve usar outras estratégias para que eles aprendam sobre o que se está vivendo com o corpo e sobre o mundo ao seu redor — por meio de pesquisas, conversas e experimentações. Quanto menores os alunos, mais as atividades se parecem com brincadeiras — quanto mais velhos, mais parecido com o esporte formal. Isso porque o esporte formal é feito para adultos, não para crianças.

RF: O IEE implantou e coordena uma série de núcleos em parceria com diversas entidades — escolas, associações comunitárias, prefeituras, Sesi e Sesc. De que forma funcionam esses núcleos?

AM: Os núcleos são espaços esportivos (quadras, campos, ginásios...) em escolas e clubes públicos, ou em espaços comunitários. Em parte dos espaços contratamos professores e estagiários, e em outra parte os professores são cedidos pelo parceiro público (secretarias de educação). Viabilizamos material esportivo, uniforme, organizamos eventos durante todo o ano.

ESPORTE & EDUCAÇÃO



Ana Moser preside o Instituto Esporte & Educação

Os alunos participam de duas a três atividades por semana, além dos eventos e outros projetos culturais e de geração de renda. Em parte dos núcleos há grupos de jovens e de adultos fazendo atividades físicas e se organizando em times de vôlei, de futebol. Alguns núcleos existem há cerca de dez anos, então muitos alunos entraram crianças, cresceram e viraram jovens monitores, depois entraram para a faculdade e viraram professores dos núcleos. Outros seguiram outras profissões. Mas, o mais importante é criar uma comunidade em torno da prática do esporte e de espaços próprios para isso.

RF: O Instituto conta com o apoio de grandes investidores privados e parceiros públicos que, felizmente, incentivam e viabilizam os projetos sociais. Qual a importância desses pilares para o IEE?

AM: O IEE tem uma missão — que é desenvolver pessoas e comunidades por meio da educação física e do esporte — e a visão de fomentar a disseminação do esporte educacional por todo o Brasil. Para alcançar esta missão e visão, o IEE trabalha por projetos, sendo a maior parte deles por meio da Lei de Incentivo Federal ao Esporte. Outra forma de financiamento do IEE são alguns poucos convênios com o poder público, a exemplo de dois programas da Prefeitura de São Paulo (Clube Escola e Ampliar). Os parceiros públicos e privados são primordiais para o IEE ou outra ONG realizar seu trabalho, cumprir sua missão. No caso do esporte, este setor social não está ainda muito bem estruturado. Com exceção da Lei de Incentivo, não há outra política (lei, orçamento) que garanta a oferta de esporte para a população. Então, nós estamos constantemente debatendo e convencendo empresários e dirigentes públicos do que precisa ser feito, como e para quem.

RF: Em mais de uma década de atividade, o Instituto já beneficiou muitas pessoas. Com tantas histórias de sucesso, há planos para aumentar o alcance do trabalho? Quais são as perspectivas?

AM: Nossa visão é chegar em todo o Brasil com o esporte educacional, ser um dos protagonistas deste processo, seja com metodologia, seja defendendo esta causa, ou usando tecnologia para chegar mais longe. Só teremos esporte em todo o Brasil, para todos os brasileiros, quando alcançarmos todos os municípios. É nessa perspectiva que pensamos os projetos do IEE. Nossa estratégia mais recente, que está em execução há dois anos, se chama Rede de Multiplicadores, pela qual treinamos parceiros locais — como outras ONGs e universidades — para disseminarem na sua região. No caso da ação em execução, patrocinada pela Petrobras, temos cinco parceiros em cinco estados (AM, BA, RJ, RS, PE) que estão, com o IEE, trabalhando com 30 municípios, formando professores e implantando cerca de 500 núcleos esportivos nas escolas. As perspectivas até 2016 são muito boas para o esporte, mas lutamos a fim de que o investimento se volte também para a base da população, não se restrinja à construção dos estádios, praças olímpicas e formação das seleções brasileiras. E, especialmente, que se pense em como garantir que o investimento no esporte perdure a partir da Copa e das Olimpíadas, criando uma lei geral do esporte ou um Sistema Nacional de Esporte. Caso contrário, poderemos ter um grande retrocesso após 2016. Não queremos “moda”, queremos políticas.

RF: Em 2008, durante o 1º Seminário Nacional da Lei de Incentivo ao Esporte, você afirmou que “falta uma política pública de Estado, não de governo, de gestão”. Em sua opinião, alguma coisa mudou? Qual a sua avaliação sobre as políticas nacionais de incentivo ao esporte?

AM: Desde 2000 eu acompanho uma evolução no debate sobre a política de esporte para o Brasil. Todo esse movimento ainda não virou regulamentação, ainda não garantiu orçamento público e a participação ordenada da sociedade dentro de um sistema. Algumas leis são exceções, como o Bolsa Atleta e a Lei de Incentivo ao Esporte. Porém, elas não estão inseridas numa visão completa de funcionamento de um setor, como existe na saúde e na educação, por exemplo.

RF: De que maneira os eventos esportivos que o país sediará, em 2014 e 2016, irão ajudar na profissionalização e no investimento dos futuros esportistas?

AM: Já estão ajudando. Desde 2010 o maior volume de recurso tem sido investido, tanto pelo governo quanto pelas empresas, na preparação das equipes olímpicas de todas as modalidades. Do vôlei à esgrima, do BMX à natação, nunca houve tanto recurso para treinamento, viagens, contratação de técnicos e patrocínio

ESPORTE & EDUCAÇÃO



Ana Moser põe em prática o esporte como ferramenta educacional

para atletas. Acontece que investindo só nos melhores de cada modalidade não se investe na renovação dos talentos, na criação das novas gerações de atletas. Quanto mais gente na base, mais e melhores atletas de ponta. O Brasil só vai ser potência olímpica quando resolver esse dilema.

RF: Ainda sobre o assunto, há um projeto muito interessante chamado Cidades da Copa. Como ele está sendo executado?

AM: O Cidades da Copa é um projeto aprovado pela lei do incentivo e financiado por empresas. É uma iniciativa que tem por objetivo mobilizar a comunidade esportiva de cada cidade sede da Copa do Mundo e Olimpíada em torno do debate pelo legado esportivo destes grandes eventos. O IEE iniciou o Cidades da Copa em 2012 e já trabalhou em Porto Alegre, Rio de Janeiro e Brasília. Nessas três cidades se organizaram comitês municipais do legado e foram elaborados os planos municipais de esporte. Estes planos são pauta das secretarias municipais e acompanhados pela sociedade. No primeiro semestre de 2013 iremos para Belo Horizonte, Curitiba e São Paulo. Depois, às sedes do Norte e Nordeste até 2014. 📌



Nilton Junior, diretor de Recursos Humanos da Volkswagen do Brasil; Peter Maffay, fundador do Instituto Peter Maffay; Frank Patta, secretário geral do Comitê Mundial de Trabalhadores do Grupo Volkswagen; e Valdir Freire Dias, vice-presidente do Comitê Mundial de Trabalhadores do Grupo Volkswagen.

COMITÊ DA VOLKSWAGEN BENEFICIARÁ 60 MIL PESSOAS COM O PROGRAMA “A CHANCE TO PLAY - O DIREITO DE BRINCAR”

O Comitê Mundial dos Trabalhadores da Volkswagen beneficiará cerca de 60 mil crianças e adolescentes do Brasil com o programa “A Chance to Play - O Direito de Brincar”, lançado em janeiro e que tem como foco o Brasil. Realizado em parceria com a ONG Terre des Hommes (Alemanha) e com o apoio da Volkswagen, o programa terá um investimento inicial de € 1,5 milhão, que será ampliado com ações de arrecadação que devem ocorrer ao longo dos próximos meses nas unidades da Volkswagen do Brasil. Os recursos serão empregados em 12 projetos sociais inéditos que utilizarão o futebol e o ato de brincar

como ferramentas de transformação social para promover a educação, a cidadania e a cultura de paz. No Brasil, o programa firmou parcerias com organizações sociais que já são reconhecidas pelos trabalhos que realizam em prol do desenvolvimento de crianças e adolescentes. Os 12 novos projetos serão realizados nos anos de 2013 e 2014, no contexto do Mundial de Futebol. O objetivo, no entanto, é promover condições para que as entidades parceiras deem continuidade aos programas permanentemente, consolidando redes locais e influenciando políticas públicas.

www.volkswagen.com.br

COMBATE À EXTREMA POBREZA AVANÇA, MAS ERRADICAÇÃO DA MISÉRIA SERÁ MAIS COMPLEXA E DEMORADA DO QUE O SUGERIDO PELO GOVERNO

Recentemente a presidente Dilma Rousseff anunciou a ampliação das transferências de renda às famílias mais pobres que constam do Cadastro Único do Governo. Com a mudança, essas pessoas receberão repasse complementar para que a renda per capita de suas famílias alcance ao menos R\$ 70 por mês – patamar abaixo do qual são consideradas extremamente pobres pelo governo. A alteração, segundo o governo, permitirá que 2,5 milhões de brasileiros se somem aos 22 milhões de beneficiários do Bolsa Família, que ultrapassaram a linha da pobreza extrema nos últimos dois anos. Porém, segundo especialistas, mesmo que o Cadastro Único passe a cobrir todos os brasileiros que hoje vivem na pobreza, sempre haverá novas famílias que se tornarão miseráveis. O valor de R\$ 70 por mês também é discutido. Em 11 das 18 capitais monitoradas pelo Dieese, R\$ 70 não garantem nem a compra da parte de uma cesta básica destinada a uma pessoa. Em São Paulo, seriam necessários R\$ 95,41 para a aquisição.

www.agenciabrasil.gov.br

NOVO OFFICE É DISPONIBILIZADO PARA ORGANIZAÇÕES SOCIAIS

Para trazer novas oportunidades de uso das tecnologias para as organizações sociais, a ATN, em parceria com a Techsoup Brasil, disponibiliza a plataforma TechSoup Brasil, iniciativa que auxilia as entidades sem fins lucrativos a obter produtos e recursos tecnológicos. A principal tarefa da plataforma é a doação de licenças de *software* para as entidades que desenvolvem projetos sociais. As organizações e bibliotecas públicas elegíveis podem agora solicitar a nova versão do *software* Office, da Microsoft, por meio do Programa de Doação de Licenças de *Software*. Para solicitar a doação, acesse o site da Techsoup Brasil.

<http://techsoupbrasil.org.br>



METADE DA COMIDA DO MUNDO VAI PARAR NO LIXO, DIZ RELATÓRIO

Um relatório publicado pela Institution of Mechanical Engineers, organização que representa engenheiros mecânicos e reúne 100 mil membros no Reino Unido, indica que até metade de toda a comida produzida a cada ano no mundo, ou cerca de dois bilhões de toneladas, vai parar no lixo. O documento, intitulado *Global Food; Waste not, Want not* ("Alimentos Globais; Não Desperdice, Não Sinta Falta", em tradução livre), diz que o desperdício está ocorrendo devido a uma série de motivos, entre eles as condições inadequadas de armazenamento e a adoção de prazos de validade demasiadamente rigorosos. Outro problema é a preferência dos consumidores por alimentos com formato ou cor específicos. O desperdício de alimentos também implica desperdício de recursos usados para a produção deles, como água, áreas para agricultura e energia, alertou o relatório. A ONU prevê que até 2075 a população mundial chegue a 9,5 bilhões de pessoas, o que reforça a necessidade de se adotar uma estratégia para combater o desperdício de alimentos e, assim, tentar evitar o aumento da fome no mundo. De acordo com o relatório, o equivalente a entre 30 e 50% dos alimentos produzidos no mundo por ano, ou seja, entre 1,2 bilhão e 2 bilhões de toneladas, nunca são ingeridos.

www.imeche.org



EMPRESAS QUE EXPLORAM TRABALHO ESCRAVO PODEM PERDER CADASTRO DE CONTRIBUINTE

Em 28 de janeiro foi sancionada, pelo governador Geraldo Alckmin, a Lei nº 14.946, que dispõe sobre a cassação da inscrição no cadastro de contribuintes do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (ICMS) de qualquer empresa que faça uso direto ou indireto de trabalho escravo ou em condições análogas. A cassação implicará às empresas o impedimento de exercerem o mesmo ramo de atividade, mesmo que em estabelecimento distinto daquele, além da proibição de entrarem com pedido de inscrição de nova empresa, no mesmo ramo de atividade, pelo prazo de dez anos, contados da data de cassação.

www.al.sp.gov.br



INSTITUTO AYRTON SENNA E NEOENERGIA FIRMAM PARCERIA PARA COMBATER ANALFABETISMO

A presidente do Instituto Ayrton Senna, Viviane Senna, e a presidente do Grupo Neoenergia, Solange Ribeiro, assinaram, em fevereiro, termo de parceria nos programas Se Liga, que alfabetiza alunos com distorção idade-série matriculados até o 5º ano do Ensino Fundamental, e Acelera Brasil, que corrige o fluxo escolar dos alunos, com garantias de aprendizagem e saltos nas séries. O acordo beneficiará aproximadamente 2.700 crianças nos Estados da Bahia, Pernambuco e Rio Grande do Norte, onde a Neoenergia mantém as distribuidoras Coelba, Celpe e Cosern. Os municípios atendidos possuem um cenário de passivo educacional agudo, em que cerca de 30% das crianças de suas redes municipais de ensino público apresentam um perfil de distorção idade-série. A Neoenergia deve apoiar os programas de correção de fluxo nos próximos anos, contribuindo para a redução significativa de crianças analfabetas ou com alguma distorção de idade-série nos municípios parceiros.

📄 www.neoenergia.com

📄 <http://senna.globo.com/institutoayrtonsenna>

PESQUISA TRUST BAROMETER 2013 APONTA QUE POPULAÇÃO DO BRASIL CONFIA MAIS NA MÍDIA E NAS EMPRESAS DO QUE NAS ONGS

A pesquisa Trust Barometer, realizada pela Edelman Significa, mostrou que no Brasil a mídia aparece como a mais confiável (66%), seguida das empresas (64%), ONGs (59%) e governo (33%). Esta é a 13ª edição do estudo, que foi realizado com 31 mil pessoas em 26 países com o objetivo de mostrar um panorama de crise nas lideranças das principais instituições. Globalmente, a confiança atribuída cresceu em todos os setores, e as ONGs ainda ocupam a liderança histórica – desde 2007, são as mais críveis, e neste ano ainda recuperaram posições, passando de 54% para 61%.

📄 <http://www.edelman.com>



EMPRESA RECOLHE ELETRÔNICOS DE PEQUENO PORTE EM AÇÃO NO PARQUE DO IBIRAPUERA

A Descarte Certo, empresa de coleta, manejo de resíduos e manufatura reversa de produtos pós-consumo, realizou, em 25 e 26 de janeiro, uma ação em parceria com o Planeta Sustentável, projeto de sustentabilidade da Editora Abril, para comemorar o aniversário da cidade de São Paulo. A empresa recolheu eletroeletrônicos de pequeno porte na Marquise do Parque do Ibirapuera. Os produtos coletados foram encaminhados para desfabricação e reciclagem na fábrica da empresa em Americana (SP). Entre os itens descartados, estavam telefones fixos e móveis, equipamentos de informática, secadores, chapinhas, carregadores de energia, cabos de rede e eletroeletrônicos de pequeno porte em geral. Pilhas, lâmpadas e baterias não foram recolhidas. Mercúrio, chumbo, fósforo e cádmio estão entre os elementos que compõem os eletroeletrônicos e, se descartados de forma errada, contaminam o ar ou os lençóis subterrâneos, responsáveis por mais de 90% da água potável consumida pela população. Atualmente, o Brasil consome mais de 120 milhões de aparelhos eletrônicos por ano.

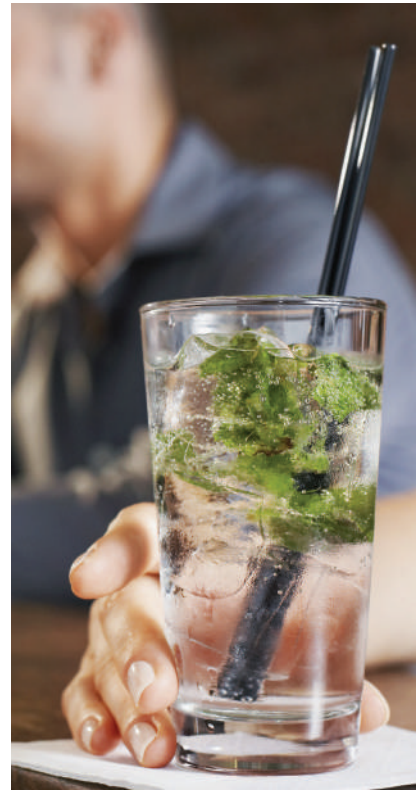
📄 www.descartecerto.com.br



CAMPANHA COMPLETA 18 ANOS E TRAZ NOVOS ARTISTAS PARA SEU TIME DE ESTRELAS

A campanha “O Câncer de Mama no Alvo da Moda” completa 18 anos no Brasil. O ano de 2013 será de muitas comemorações, e lembrar sua história e as conquistas obtidas é sempre reviver os artistas que vestiram a camiseta do alvo azul durante todo esse tempo, e que também marcarão presença neste ano de festa. Como de costume, 2012 foi um ano ótimo para a campanha em prol do Instituto Brasileiro de Controle do Câncer (IBCC) e teve o apoio de diversos famosos, entre novatos e veteranos na causa. Entre as participações femininas estão a cantora Claudia Leitte, as atrizes Letícia Spiller, Mariana Ximenes e Deborah Secco. Os homens também abraçaram a causa. Os atores Reynaldo Gianecchini, Paulo Rocha, Murilo Benício e Mateus Solano, além do comediante Marcelo Adnet e do cantor Dinho Ouro Preto, fotografaram com as camisetas do alvo azul. O ano de 2012 contou ainda com a participação especial da supermodelo tcheca Karolina Kurkova, que, numa ação internacional do Council of Fashion Designers of America (CFDA – em português, Conselho de Estilistas de Moda da América), literalmente vestiu a camiseta em prol da ação que ajuda mulheres em todo o mundo.

www.ocancerdemamanoalvodamoda.com.br



AMBEV OFICIALIZA INVESTIMENTO EM PROJETO DE CONSUMO RESPONSÁVEL

Em 13 de fevereiro, representantes da ONG Cipó receberam um cheque simbólico do diretor regional da Ambev, Cassiano De Stefano. Parceira da Ambev desde 2011, a Cipó participa do projeto Jovens de Responsa, que visa inibir o consumo de bebidas alcoólicas por menores de 18 anos. A companhia arrecadou cerca de R\$ 90 mil com o programa Cortesia de Responsa no Carnaval 2013, em Salvador (BA). O valor será investido integralmente no programa Jovens de Responsa. “Foi a primeira vez que utilizamos propriedades de eventos realizados pela companhia para fortalecer nossos projetos sociais. Foi uma iniciativa-piloto bem sucedida. Agora, com a Copa do Mundo, teremos uma oportunidade de fazer uso em uma proporção maior”, conta o gerente de responsabilidade social da Ambev, Rodrigo Moccia. Segundo o coordenador da Cipó, Luciano Simões, o recurso será utilizado para o atendimento dos adolescentes da comunidade Joanes Leste, do bairro do Lobato, em Salvador, no trabalho sobre a temática do consumo responsável de álcool.

www.ambev.com.br

www.cipo.org.br



VOLUNTARIADO E GESTÃO

Por Thaís Iannarelli

Desenvolver metodologias voltadas para atender as necessidades de assessoramento de escolas, empresas e organizações da sociedade civil é o papel da Parceiros Voluntários, organização que existe há 16 anos e é presidida pela entrevistada Maria Elena Pereira Johannpeter. Criada no Rio Grande do Sul, graças ao espírito empreendedor de Maria Elena, a instituição tornou-se referência no desenvolvimento da cultura do voluntariado no Brasil e em tecnologias sociais customizadas, dedicadas a levar sustentabilidade, gestão qualificada e princípios de transparência e prestação de contas ao Terceiro Setor. Maria Elena integra conselhos de entidades empresariais e de fundações nacionais e internacionais do segmento, além de já ter sido agraciada com diversos prêmios. Recentemente, foi convidada pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento a integrar seu grupo consultivo da sociedade civil no Brasil. Em entrevista à **Revista Filantropia**, ela fala sobre sua experiência e atividades em prol da profissionalização da área social no país.

Revista Filantropia: Como você começou a se envolver com o voluntariado e com a área social?

Maria Elena: Isso começou na adolescência, com uns 14 anos. Eu via o exemplo da minha mãe, mas naquela época não havia o título de voluntariado, ela simplesmente fazia. Então, posso dizer que foi por incentivo dela e por vê-la atuar pelo social.

RF: E como surgiu a Parceiros Voluntários?

ME: Depois que tive esse belo exemplo, assimilei aquilo. A gente cresce, a vida nos leva para outros lugares. Então, trabalhei, casei, tive filhos, mas sempre estive envolvida com ações voluntárias. No final da década de 1990, eu já estava próxima de me aposentar, e comecei a me deparar com aquela pergunta típica: “O que vou fazer agora?”. Então, já casada com meu marido atual, resolvi fazer aquilo que sempre quis e que gostaria de fazer, que era me dedicar à área social. Criei a Parceiros Voluntários por conhecer modelos, tanto no Brasil quanto no exterior, de



As pessoas pensam: “Ah, se você fizer uma boa prestação de contas, já está bom”. Mas, o que é isso? Não basta dizer como utilizei seu dinheiro, e sim o que foi transformado com aquele recurso. Esta é a mentalidade que precisa ser transformada

MARIA ELENA PEREIRA JOHANNPETER
Presidente da Parceiros Voluntários

organizações que mobilizavam o voluntariado para outras organizações. Na nossa primeira ação, mobilizamos 100 voluntários para 10 organizações e percebi que havia uma demanda, pois solicitamos 100 voluntários e apareceram 300. Ou seja, a sociedade gostaria de participar, mas não sabia como.

RF: E hoje como é o cenário, 16 anos após a criação da instituição?

ME: Há uns seis anos, ou seja, quando a Parceiros Voluntários tinha 10 anos de existência, passamos a atuar também, paralelamente ao voluntariado, com cursos de capacitação e gestão para as organizações sociais. Ampliamos nossa atuação para que os voluntários, tanto pessoa física quanto jurídica, ficassem dentro das ONGs e para mantê-los as organizações precisavam ter uma gestão mais qualificada. Isso era o que os voluntários traziam para nós. Diante desta informação, começamos a trabalhar com o foco em capacitação e gestão. Então, se existe uma frase que nos defina, eu diria que somos uma potencializadora das organizações sociais para que elas melhor atendam seu público interno, sua missão. Potencializamos de duas maneiras: com cursos de gestão e enviando recursos humanos voluntários qualificados.

RF: Quantas instituições vocês atendem atualmente e qual é a abrangência da atuação?

ME: Aqui no Rio Grande do Sul estamos com 2.400 organizações conveniadas, recebendo nossos cursos gratuitamente e os voluntários que encaminhamos. Desenvolvemos nove metodologias que fazem parte desta capacitação, e agora estamos levando a experiência para a Bahia, por enquanto implementando

três níveis do curso, que são: desenvolvimento de liderança, princípios de gestão e educando para a transparência.

RF: Como você analisa o cenário social no Brasil em termos de profissionalização das organizações?

ME: Eu diria que ainda estamos iniciando em termos de gestão. No Brasil, segundo o IBGE, há 290 mil organizações de todos os tipos. No Rio Grande do Sul, temos 26 mil. Na Bahia, 18.800. Então, cada Estado tem um número grande para somar a este 290 mil. É um setor com muitas pessoas, e o Primeiro e o Segundo Setores ainda não assimilaram a importância de o terceiro Setor ter uma boa gestão, com transparência. Porque se exige gestão do governo e das empresas, mas do Terceiro Setor ainda não. As pessoas pensam: “Ah, se você fizer uma boa prestação de contas, já está bom”. Mas, o que é isso? Não basta dizer como utilizei seu dinheiro, e sim o que foi transformado com aquele recurso. Esta é a mentalidade que precisa ser transformada. Os três setores têm de estar no mesmo nível de gestão para responder de maneira correta e transparente.

RF: Como vocês mensuram os resultados da implementação da metodologia da Parceiros Voluntários nas organizações?

ME: Em 2012, lançamos um livro que mostra os resultados da implantação desta metodologia de princípios de transparência e prestação de contas. Ela foi desenvolvida de 2008 a 2011 com o financiamento do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e com patrocínio da Petrobras. No livro, há 12 *cases* de práticas bem-sucedidas, e mostra como foi positivo o efeito dessa qualificação para as organizações. 📖

Cursos on-line e ao vivo

Alguns de nossos temas:

- 10 dicas para aparecer no Google.
- 10 formas de melhorar a comunicação de sua ONG.
- 10 temas indispensáveis para a contratação de funcionários e voluntários.
- 30 fontes internacionais de financiamento de projetos.
- 5 Incentivos Fiscais para sua organização captar recursos.
- 7 dicas para implementar o Marketing Relacionado à Causa (MRC) na sua organização.
- 7 razões para usar o Crowdfunding - Financiamento Coletivo de Projetos pela Internet.
- Captação de Recursos com empresas - Dicas e Truques.
- Criação de índice de desenvolvimento da causa e avaliação de impacto em projetos sociais.
- Leis e impostos que você deve conhecer antes de captar recursos.
- O que é preciso saber para captar com Incentivos Fiscais Federais.
- Recursos governamentais para a área de Cultura.
- Verificação e avaliação de resultados sociais: quantitativos e qualitativos.

Verifique nossa agenda:



diálogo
digital

A **Diálogo Digital**, parceira da **Revista Filantropia**, é a versão on-line da **Diálogo Eventos**, que leva via internet e ao vivo treinamentos para gestores de projetos sociais.

www.dialogodigital.com.br

CAPTAÇÃO DE RECURSOS

DOAÇÕES: NÚMEROS NO BRASIL E NOS ESTADOS UNIDOS

Conhecer a realidade sobre as doações realizadas no Brasil é fundamental para os captadores, porém, ela ainda é pouco detalhada no país. Não há, por exemplo, pesquisas recorrentes que apresentem o valor total doado por ano — já que sobre esse tema existe, de fato, apenas um estudo recente. Por outro lado, nos Estados Unidos, a

pesquisa Giving USA traz os números das doações naquele país e é realizada há 57 anos.

O Giving USA 2012¹ aponta que no ano anterior foram doados 298 bilhões de dólares, o que representa mais de 550 bilhões de reais. Lá, 73% de todas as doações foram realizadas por indivíduos, as fundações representam 14%





e recursos doados por testamentos somam 8%. Em último lugar, e por mais incrível pareça, empresas representam apenas 5% desse total.

Na outra ponta, dos quase 300 bilhões doados, as organizações religiosas foram as que mais receberam, 32%, quase 100 bilhões de dólares (no Brasil, até hoje não se entende doações para igrejas como parte do “bolo” total de doações realizadas para organizações da sociedade civil).

Em seguida, as mais beneficiadas foram as organizações de educação (13%), assistência social (12%), fundações (9%), saúde e de cooperação internacional (8%) e entidades de interesse público (7%).

Vamos tentar então identificar esses mesmos dados em relação ao Brasil. Para se ter uma ideia, em 2011 foi apresentada uma pesquisa² pela ChildFund Brasil que trazia o perfil dos doadores no país — realizada a partir dos dados da Pesquisa de Orçamentos Familiares de 2003 (POF) e dos dados preliminares do Censo 2010.

A pesquisa identificou um valor total de doações anuais de 5 bilhões e 200 milhões, sendo a média de 25 reais por pessoa. Porém, não trouxe o perfil das organizações que receberam esses recursos.

Outra fonte de informações relevante é o Censo GIFE³. Realizado bianualmente, ele mapeia o investimento social de empresas e fundações e teve a sua mais recente edição divulgada no final de 2012.

O Censo GIFE 2010–2012 mostrou um total de 2 bilhões e 350 milhões de reais investidos socialmente por ano, de uma amostra de 100 organizações que responderam. Segundo a pesquisa, desse total 27% foi doado a programas e ações sociais de outras organizações — o que configurou 634 milhões e 500 mil reais por ano.

Somados os dois valores que conhecemos, o da pesquisa da ChildFund e o do GIFE, temos menos de 6 bilhões de reais doados anualmente no Brasil. Ou seja, o “cenário de doações” no país é quase 100 vezes menor quando comparado aos Estados Unidos, ainda que na pesquisa brasileira não tenham sido consideradas as doações para igrejas.

De todo modo, esse é um panorama inicial. Reforçando nosso argumento, no Brasil os números ainda são pouco consistentes e as pesquisas são recentes e pontuais. Falta um estudo mais abrangente em relação ao cenário completo das doações.

Em complemento e para conhecermos um pouco melhor os números sobre as nossas doações, e compará-los com a realidade americana — o país onde mais se tem dados sobre o assunto —, vamos também analisar quantos são os doadores e doadoras.

O Índice Mundial de Doações publicado pela organização britânica Charities Aid Foundation¹ (CAF), em 2012,



O Brasil ficou na 83ª posição entre os países em que mais pessoas doam em relação à população total, e em 5º lugar quando considerados apenas os países da América do Sul

pesquisou 155 mil pessoas em 146 países do mundo, em sua 3ª edição.

O Brasil ficou na 83ª posição entre os países em que mais pessoas doam em relação à população total, e em 5º lugar quando considerados apenas os países da América do Sul. À nossa frente ficaram: Paraguai, Chile, Colômbia e Bolívia.

Segundo a pesquisa, em números absolutos são 35 milhões de doadores de recursos financeiros no país — o que nos coloca em 8º lugar no mundo.

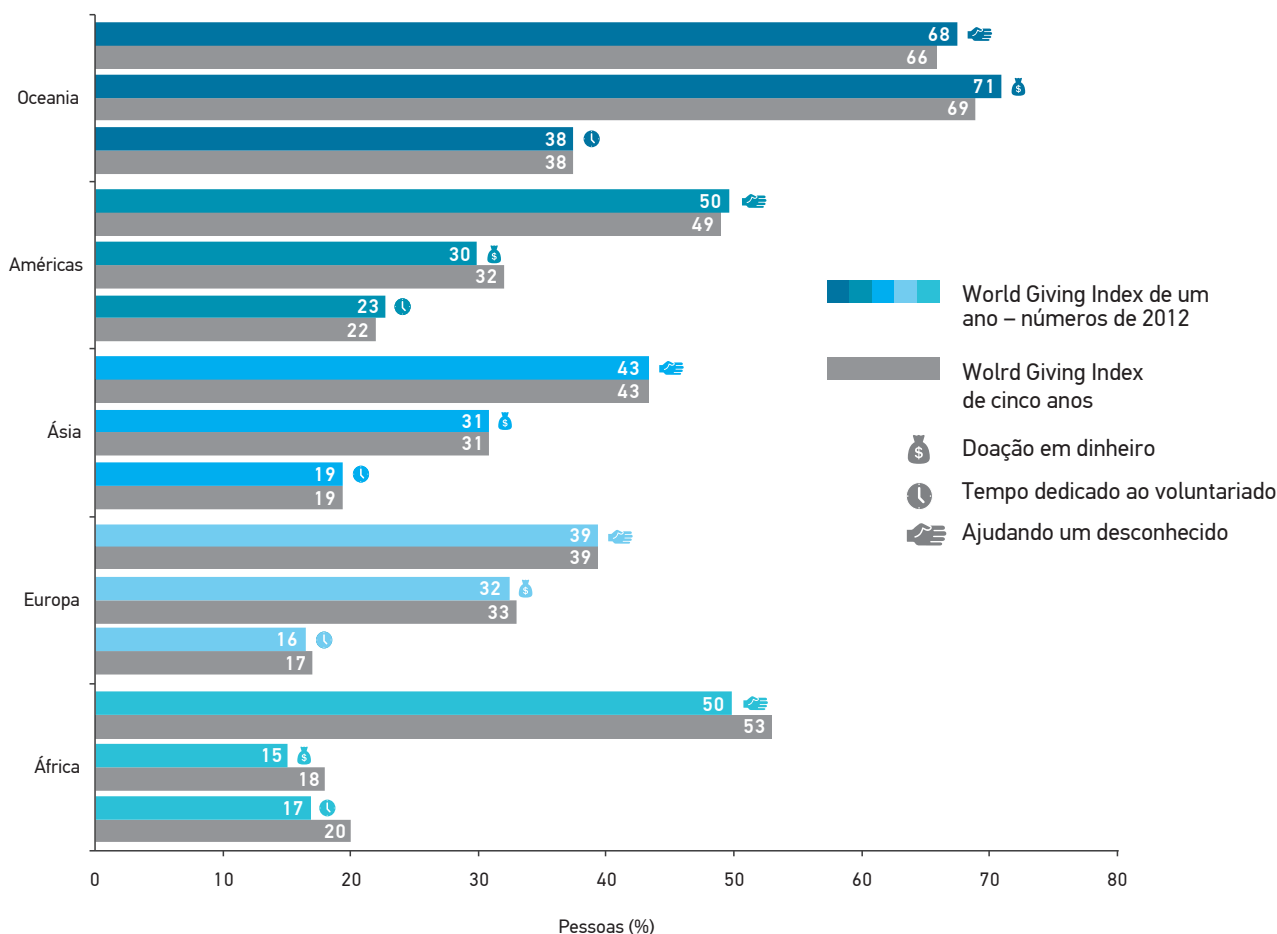
Já os Estados Unidos são o 5º país no mundo onde há mais doadores em relação ao total da população, e o 2º lugar em números absolutos de doadores de recursos financeiros: 143 milhões

A já citada pesquisa da ChildFund Brasil, no entanto, trouxe um número diferente em relação aos doadores brasileiros: 17 milhões. Como não temos condições de comparar as metodologias e identificar qual pesquisa é mais fidedigna com a realidade, trabalhamos então com os dois números, 17 e 35 milhões, e entendemos que, de fato, o número de doadores encontra-se entre os dois quantitativos.

Pois bem, já discutimos sobre o valor doado em cada país e também sobre o número de doadores existentes em ambos. Mas, quantas são as organizações pedindo doações?

Em relação ao universo das organizações da sociedade civil no Brasil, uma pesquisa traz os números nessa área: a Fundações Privadas e Associações sem Fins Lucrativos

PARTICIPAÇÃO DOS CONTINENTES NA DOAÇÃO DE DINHEIRO, TEMPO DE VOLUNTARIADO E APOIO A DESCONHECIDOS EM CINCO ANOS



FONTE: World Giving Index 2012

(Fasfil 2010)⁵. Segundo a Fasfil, existem 290.692 organizações brasileiras, sendo 93% delas associações, e o restante fundações.

Em compensação, nos Estados Unidos os números⁶ indicam 2 milhões e 300 mil organizações da sociedade civil, das quais pelo menos 1 milhão e 600 mil são registradas junto à Receita do país. É oito vezes mais do que no Brasil.

Todo esse conhecimento, ainda que dê a impressão de serem números demais, é importante para os captadores e

mobilizadores de recursos e também para os gestores das organizações da sociedade civil.

Existe muito potencial inexplorado no Brasil em pelo menos três frentes importantes: conhecimento sobre as doações, número de doadores e número de organizações existentes.

Desenvolvendo essas três frentes, teremos uma estrutura mais forte para a sociedade civil e todos ganharemos com isso. Principalmente, se beneficiará aquilo que mais precisa da atuação dessas organizações: as causas que elas defendem. 🏡

¹ Giving USA 2012: <http://store.givingusareports.org/2012-Giving-USA-The-Annual-Report-on-Philanthropy-for-the-Year-2011-Executive-Summary-P43.aspx>. Acessado em 13/03/2013

² Perfil dos Doadores no Brasil: <http://www.slideshare.net/flac2011/perfil-doadores-brasil-child-fund-brasil-gerson-pacheco>. Acessado em 14/03/13

³ Censo GIFE: <http://censo.gife.org.br>. Acessado em 15/03/13

⁴ World Giving Index: <https://www.cafonline.org/publications/2012-publications/world-giving-index-2012.aspx>. Acessado em 14/03/13

⁵ Fundações Privadas e Associações sem Fins Lucrativos: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/fasfil/2010/default.shtm>. Acessado em 14/03/13

⁶ The Nonprofit Sector in Brief: <http://www.urban.org/UploadedPDF/412674-The-Nonprofit-Sector-in-Brief.pdf>. Acessado em 15/03/03

Vem aí!

XIV

Congresso Brasileiro do 3º Setor

Direito | Auditoria | Contabilidade | Captação de Recursos



ECONÔMICA
Desenvolvimento Empresarial

16 de agosto de 2013 | Intercontinental Hotel
Alameda Santos, 1.123 - São Paulo | SP - Brasil



A BUROCRACIA COMPENSA?

Quem nunca ouviu a frase “Recursos existem, o que faltam são bons projetos”? Muitos não acreditam e outros dizem: se não houvesse tanto desvio de recursos, haveria mais investimentos. Mas essa é a realidade quando se consideram os recursos que são perdidos por falta de apresentação de projetos na destinação de emendas parlamentares, falta de informações e adequações do plano de trabalho quando estão prestes a serem aprovados, falta de interesse devido à burocracia e aos custos operacionais e, outras vezes, pela falta de conhecimento para utilizar o Sistema de Convênios do Governo Federal (Siconv).

RECURSOS ORIUNDOS DE EMENDAS PARLAMENTARES

As emendas parlamentares são indicações dos deputados ou senadores para a destinação de recursos em áreas de suas bases eleitorais. Normalmente, são indicadas até 31 de agosto, sendo votadas e encerradas até a segunda quinzena de dezembro, em geral até o dia 20.

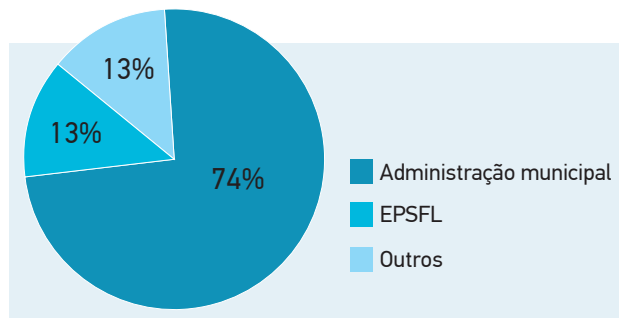
É a forma de os parlamentares apontarem diretamente a destinação do recurso de que eles dispõem. Muitos sabem que o decreto nº 7.641, de 12 de dezembro de 2011, trouxe mais exigências para realizar transferência e gestão dos recursos públicos. Com isso, as entidades privadas sem fins lucrativos (EPSFL) não podem mais receber emenda parlamentar diretamente, pois as entidades têm de passar obrigatoriamente por chamamento público (um edital que seleciona os projetos que receberam recursos), a não ser que esta entidade já tenha recebido recursos e prestado contas com o órgão do Governo Federal que pretenda firmar um convênio, contrato de repasse ou termo de parceria, pelos últimos cinco anos.

Em 2012, cada parlamentar teve R\$ 15 milhões para destinar; temos 513 deputados e 81 senadores que, juntos, totalizam R\$ 8,91 bilhões em emendas individuais. Deste recurso, no máximo 60% chega a ser empenhado, e apenas por volta de 20 a 30% chega a ser pago, pois para que o pagamento seja efetuado é necessário que o projeto tenha todas as suas diligências supridas.

SICONV EM NÚMEROS

Em 2012 foram assinados 10.826 instrumentos na somatória de todas as modalidades: convênios, contratos de repasse e termos de parceria.

O Ministério da Saúde teve o maior número de transferências (1.980), que equivale a 18% das transferências realizadas, cujo valor estimado foi de R\$ 2 bilhões, no qual foi empenhado



Fonte: Siconv – janeiro a dezembro de 2012

R\$ 1,4 bilhão e executados financeiramente (pagos) somente R\$ 270,6 milhões.

O Ministério da Integração Nacional também recebeu destaque; assinou 426 instrumentos de transferências voluntárias, somando o total de R\$ 1,5 bilhão. Deste valor, foram empenhados R\$ 983,8 milhões e executados financeiramente R\$ 479,2 milhões.

O QUE REALMENTE FOI PAGO?

As transferências da União em 2012 totalizavam o montante de R\$ 9,5 bilhões; destes, somente R\$ 7,3 bilhões foram empenhados e apenas R\$ 2,8 milhões foram executados financeiramente; deste recurso, R\$ 608,5 milhões foram pagos às EPSFL.

Ao longo de 2012, deixamos de receber da União para a execução de projetos o montante de R\$ 6,7 bilhões, que poderia estar no seu projeto. Você já se planejou para captar recursos com o Governo Federal?

PRINCIPAIS PROBLEMAS

Depois ter seu plano de trabalho aprovado, ele é assinado, publicado e, por fim, empenhado, podendo ser um pré-empenho ou o empenho definitivo. Quando ocorre o pré-empenho, seu projeto fica aprovado com “cláusula suspensiva”. Isso acontece por ainda conter diligências a serem supridas até a sua aprovação final.

Existem vários problemas que fazem com que estes recursos se percam: divergência política, falta de interesse dos beneficiários (no caso das emendas parlamentares), falta de inclusão dos projetos no Siconv no período de vigência do programa e falta de complementação de informações sobre o termo de referência ou do projeto básico. 📄



VOLUNTARIADO TAMBÉM NA PREVENÇÃO

Uma comunidade bem preparada tem mais chances de enfrentar situações adversas

A prevenção é o melhor meio de se evitar acidentes, mas ainda continua sendo um grande desafio por não ser encarada como prioridade. Muitas vezes é só depois da ocorrência de problemas — epidemias, alagamentos, enchentes, incêndios, desabamentos — que

se pensa em reverter os prejuízos. Além disso, muitos acidentes não são notificados e tratados como tal, dificultando suas possíveis soluções. Não existe a consciência de que as legislações devem ser cumpridas e que cabe a cada um de nós fiscalizar e bem cuidar de nossos cidadãos.

O que se opõe ao descuido e ao descaso é o cuidado. Cuidar é mais que um ato; é uma atitude. Portanto, abrange mais que um momento de atenção. Representa uma atitude de ocupação, preocupação, de responsabilização e de envolvimento afetivo com o outro”

LIVRO “SABER CUIDAR”, DE LEONARDO BOFF

Um desastre é o resultado de eventos adversos sobre um ecossistema vulnerável, causando danos humanos, materiais e/ou ambientais e consequentes prejuízos econômicos e sociais. Um dos problemas mais sérios para a organização dos trabalhos de prevenção e combate às calamidades é obter a participação da comunidade. Prevenir, educar, conscientizar e criar uma rede de cidadãos que fiscalizam, observam e denunciam ajuda na redução de riscos. Os voluntários podem incentivar ações preventivas, principalmente de caráter educativo, que visem à redução dos riscos de desastres.

A Terra é nosso lar, somos uma família, uma comunidade com um destino comum. Por meio do voluntariado, podemos somar forças para gerar uma sociedade sustentável, global, baseada no respeito pela natureza, nos direitos humanos, na justiça econômica e social e numa cultura de paz!

A atuação de voluntários tanto na prevenção como no enfrentamento e na solução de desastres é valiosa, desde que organizada e bem orientada. O voluntário pode contribuir desenvolvendo ações voltadas à redução dos riscos e à minimização dos danos provocados por eventos adversos extremos, sendo que muitas atividades podem ser desenvolvidas periodicamente.

Atualmente vemos que muitas pessoas se preocupam com assuntos distantes, ao mesmo tempo em que ignoram as dificuldades de seus vizinhos, neutralizando sua sensibilidade e reduzindo sua atenção aos problemas mais próximos e imediatos ou a problemas locais de pequeno porte.

A atuação de voluntários responsáveis e comprometidos com o seu trabalho, em situações já citadas anteriormente, é muito valiosa para os órgãos de coordenação dos trabalhos. A simples vontade de colaborar e ajudar, sem submeter-se à gestão e sem participar de equipes especializadas, prejudica as operações, sobrepõe atividades e dilui os resultados.

Somente com a participação de todos como cidadãos, com espírito de colaboração e solidariedade, poderemos evitar a perda de vidas preciosas, reduzir os prejuízos e minorar o sofrimento das populações assoladas por catástrofes, desastres e acidentes que não puderem ser evitados. 🏠

📌 Link: www.cvsp.org.br

DICAS DE AÇÕES DOS VOLUNTÁRIOS

Na prevenção e em períodos de normalidade:

- Identificar e analisar os riscos locais;
- Identificar formas de redução de riscos;
- Incentivar formas de educar e orientar para a prevenção de riscos;
- Cadastrar recursos e os meios de apoio existentes na comunidade; espaços para abrigos temporários, grupos de apoio, espaço para receber doações.
- Realizar oficinas e palestras em escolas, organizações sociais orientando sobre o cuidado, sobre as formas de planejamento para controlar e minimizar os efeitos de um desastre, com a participação de todos.
- Participar de cursos e treinamentos oferecidos, por exemplo, pela Defesa Civil do município e Cruz Vermelha.
- Manter contato permanente com os órgãos responsáveis pelo gerenciamento de desastres e seu cadastro como voluntário em dia para facilitar o chamado em caso de desastre;
- Fiscalizar a criação e o cumprimento de legislação e regulamentação específicas.
- Informar, alertar e denunciar em situações de desconfiância de risco iminente ou irregularidade.

Nas situações emergenciais, calamidade e desastres:

- Apoiar no diagnóstico de demandas;
- Ajudar na divulgação das necessidades, demandas e pontos de atendimento, e também das oportunidades de voluntariado por meio de mídias e redes sociais;
- Organizar campanhas de doações e apoiar a triagem e a montagem de materiais a serem distribuídos;
- Apoiar e oferecer assistência nos abrigos temporários. A responsabilidade de organizar um abrigo temporário é do órgão municipal de Defesa Civil, mas voluntários podem contribuir com a minimização do impacto social provocado pelo desastre em atividades como: recepção e cadastro dos desabrigados, na cozinha, na escuta, na assistência religiosa e apoio emocional e na recreação das pessoas atendidas;
- Fazer parte da equipe de comunicação e apoio administrativo;
- Participar da equipe de reconstrução, de apoio aos serviços de reabilitação e restabelecimento da normalidade.



TRANSFORMAÇÃO COMPARTILHADA

Voluntariado empresarial tem o potencial de, juntamente com a sociedade, impactar e gerar transformação

“ **A**s formas mais comuns com que tentamos enfrentar nossos desafios sociais mais complexos são os extremos: guerra agressiva ou paz submissa. Nenhum funciona. Podemos tentar forçar nossa vontade usando armas, dinheiro ou votos, sem ligar para o que as pessoas querem — mas, inevitavelmente, elas reagirão —, ou podemos sim-

plesmente não empurrar nada nem ninguém, o que só deixa nossa situação exatamente como está”.

Com essas palavras, Adam Kahane introduz o assunto do seu livro, que trata da mudança social como um processo apoiado ora no amor — não o conceito de amor ingênuo e romântico, mas como uma força que quer unir duas partes separadas —, ora

no poder — como “o impulso de tudo o que vive para realizar a si mesmo com crescente intensidade e extensividade”. Nos dois casos, o autor se apoia nas definições de amor e poder descritas pelo teólogo e filósofo Paul Tillich.

Parti desse livro para escrever um artigo sobre voluntariado empresarial, pois é justamente nessa dicotomia entre poder e amor que esbarra a maioria das empresas que investe dinheiro, tempo e talentos em grandes ações mobilizadoras e engaja suas equipes na construção de uma relação com suas comunidades de entorno, embora, muitas vezes, seja sem um verdadeiro impacto ou transformação da realidade sobre a qual decidiram atuar.

A consequência desse tipo de programa é o baixo nível de participação dos voluntários ou, por exemplo, ações que comecem com um grande número de interessados mas que experimentam uma queda acentuada na participação ao longo dos ciclos de atividades.

Cientes de seu poder econômico, ou, ainda, de sua responsabilidade social, empresas almejam, por meio do trabalho voluntário, compartilhar conhecimento e contribuir para a diminuição das desigualdades sociais. Entretanto, sozinhas dificilmente podem compreender profundamente a realidade sobre a qual estão agindo — e será bastante frustrante esperar que os colaboradores voluntários sejam capazes de promover essa transformação.

Então, como o voluntariado poderia ser uma forma de promover a transformação social?

Adam Kahane, após anos de experiências em grandes projetos de mudança social, resolvendo problemas complexos que envolviam muitos *stakeholders*, concluiu que, “para enfrentar nossos desafios mais complexos, precisamos de uma nova forma que não seja nem guerra nem paz, mas criação coletiva”. Aqui Kahane está se referindo à maneira mais convencional com que, em geral, lidamos com nossos problemas, tentando resolvê-los à força, por meio do uso abusivo do poder, ou simplesmente aceitando as coisas como elas são, preservando a paz, mas fatalmente sem sair do lugar.

Sua visão sobre a relação entre poder e amor ajuda a compreender por que as empresas fracassam em muitas tentativas de engajar seu público interno em projetos de voluntariado. Na visão do autor, “o poder tem claramente um lado generativo e outro degenerativo, e o amor também — embora de maneira menos óbvia”. Ele cita alguns exemplos de como essas forças se complementam e se equilibram, sendo, portanto, forças complementares nas relações pessoais, profissionais, amorosas etc. Portanto, conclui, que é um equívoco pautar nossas decisões em apenas uma dessas forças: o poder sem amor é abusivo e autoritário; já o amor sem poder é anêmico e incapaz de criar novas realidades sociais.

A falta de clareza sobre os papéis de todos os atores envolvidos num programa de voluntariado pode levar ao desequilíbrio dessas duas forças (amor e poder) durante a atuação dos

voluntários ou durante o engajamento dos colaboradores para participar de determinada ação. Um exemplo muito comum desse abuso do poder é a empresa julgar fundamental, para o sucesso do programa, o envolvimento das lideranças no apoio e o estímulo de suas equipes para participarem do programa de voluntariado da empresa. Existe aí uma linha muito sensível que separa o ato de inspirar — pela coerência nas atitudes — e o ato de convencer, ainda que muitas vezes bem intencionado. Envolver as lideranças é importante e pode de fato impactar positivamente nos níveis de engajamento, contanto que a participação das lideranças seja legítima e voluntária. Se as lideranças de fato enxergam valor no voluntariado e acreditam no seu potencial de transformação, esse poder generativo será muito benéfico. Outro exemplo comum de abuso de poder é a empresa submeter o projeto ao tempo e espaço do universo empresarial, obrigando voluntários e parceiros a se adequarem a uma agenda que atende unicamente aos interesses da empresa em entregar resultados no período de seis meses ou um ano, quando, na verdade, a natureza do projeto pode exigir um tempo mais longo para se alcançar resultados significativos. Esses são apenas dois exemplos que acontecem com frequência.

Na maioria dos programas de voluntariado empresarial com que tive contato em seis anos de consultoria, alguns bem estruturados, com recursos adequados e equipes bem capacitadas, percebi a falta de um elemento que aqui chamarei provisoriamente de “conexão”. Kahane faz referência ao “campo do poder”, que se preocupa em considerar os interesses e as diferenças que existem entre os atores envolvidos em problemas sociais complexos, e ao “campo do amor”, que se preocupa em estabelecer conexões. A falta de conexão refere-se justamente ao fato de que indivíduos, comunidades, empresas e governos não se percebem como parte de um todo, não reconhecem sua interdependência. Quando a conexão mencionada anteriormente acontece, ou seja, o colaborador percebe (e experimenta profundamente) que faz parte de um processo de transformação do qual ele é o agente transformador e, ao mesmo tempo, beneficia-se dos resultados, pois desenvolve habilidades alinhadas com o negócio da empresa. Estamos diante de uma iniciativa com grande potencial de cocriação de novas realidades mais justas e equilibradas.

No final do processo de trabalho, ficam evidentes os ganhos para a empresa, que reforçou seu compromisso social interna e externamente; para o voluntário, que ampliou sua visão de mundo e reforçou ainda mais os laços entre o seu trabalho e seu propósito de vida; e para a comunidade, que recebeu e compartilhou conhecimento.

Kahane observa e faz um alerta: “é um erro fazer uma escolha entre o amor e o poder, eles [...] constituem um dilema permanente que necessita ser constante e criativamente conciliado”. E reforça: “essa conciliação é fácil na teoria, mas muito difícil na prática”. 📌



O MOTE DA SIMPLICIDADE

O trabalhador social e as novas demandas do Terceiro Setor

“Conheça todas as teorias, domine todas as técnicas, mas ao tocar uma alma humana seja apenas outra alma humana” Carl G. Jung

Quando optamos por desenvolver como profissão um trabalho que nos faz entrar em contato com outras almas humanas, dificilmente ficamos isentos e ilesos nessa experiência. Muitos dizem que esta opção dos trabalhadores sociais, que “cuidam de pessoas”, responde a feridas internas que tendem a se curar ou melhorar ao cuidar das feridas alheias.

Essa teoria bastante estudada pode até responder pelo motivo da escolha profissional, mas fica pequena para abranger a experiência que é conquistada quando se conhecem os meandros e detalhes delicados da natureza humana e da transformação pessoal e intransferível que pode acontecer.

Tendo como formação de base o Serviço Social, escolha feita por mim ainda na adolescência, fui vivendo e compartilhando

um leque de histórias tão variadas, ricas e marcantes que hoje, mais de trinta anos após o início da jornada, considero-me não só uma assistente social, profissão que amo — algo que declaro de coração aberto —, mas uma trabalhadora social aberta para as transformações e novos paradigmas que a sociedade do terceiro milênio propõe.

Compartilhar essa vivência apresenta-se como a necessidade de preservar essa história e, quem sabe, organizar meu pensamento para melhor compreensão do tamanho, tonalidade, desenhos, sonhos, ilusões, tristezas e alegrias dessa colcha de retalhos. E de algumas constatações que, ainda hoje, me deslumbram e me alegram.

Tive e tenho a oportunidade de conviver com pessoas das mais variadas formações e com as mais diversificadas experiências

de vida. A intergeracionalidade e a interdisciplinaridade surgem como fatores de transformação neste momento de diversidade cultural e social.

As pessoas em situação de vulnerabilidade tendem a ser identificadas tanto individualmente quanto em grupo como sujeitos das ações de inclusão social.

A visão holística e integralizada presume ampliação dessa condição, considerando o grupo social, seja qual for, como peça-chave na elaboração de programas e projetos sociais, visando à construção coletiva de significado e políticas públicas sustentáveis.

“Preconceito é a doença que as pessoas têm quando descobrem que um amigo ou amiga tem o vírus da infelicidade”, frase dita por um jovem que viveu sendo portador do vírus da Aids desde bebê, por cerca de 20 anos, já falecido, ao definir o significado do preconceito e da doença, em 2003.

Poucas definições me soaram tão profundas quanto essa.

De onde posso observar, algumas polêmicas e dificuldades de comunicação e formação de vínculo na prática profissional da área social são estabelecidas por mentes formadas nas antigas, e ainda tão contemporâneas, “caixas de saberes” adquiridas na formação acadêmica, que podem deixar os profissionais míopes para trabalhar junto, e não pelo outro.

Creio que a palavra-chave para a comunicação há de ser simplicidade. Mas não uma simplicidade rasa que não consiga aprofundar os conteúdos e convivências. Para tanto, cabe ao técnico conhecer profundamente os processos teóricos que o conduziram até determinado ponto, mas de tal maneira que consiga lapidar como um escultor sua teoria e aplicá-la numa prática que faça sentido para quem estiver compartilhando suas ações.

A tal simplicidade fica explícita tanto na comunicação verbal quanto na comunicação não verbal. Nesta mais ainda, pois somente aquilo que se aprendeu na prática consegue tocar o coração do outro. Passa por uma crença, convicção até daquilo que se pretende: na atividade de grupo ou no atendimento individual, mais simples ou mais complexo, temos que estar inteiros. E aí entra o que creio ser o estágio mais delicado e profundo, quando meus olhos e meu corpo falam a mesma coisa e entregam para o outro aquilo que me pertence e no que acredito.

“Minha filha, você pensa que é fácil?” Foi o que me disse um jovem com deficiência intelectual depois que perguntei quando ele terminaria o artesanato que estava fazendo. Isso após ele ter se dirigido a mim como senhora e doutora, revelando para mim, naquele momento, que a distância tinha diminuído porque nos aproximamos da sua realidade.

Independentemente do retorno do outro, concordando ou discordando daquilo que foi apresentado, a legitimidade da minha comunicação qualifica o diálogo, toca o coração do

outro. Passa do discurso de empoderamento para a emancipação, valorizando a reflexão crítica e a possibilidade real de transformação.

E o “outro”? Quem é esse outro ser que dialoga comigo: pode ser o componente do grupo, meu colega de profissão ou de outra qualquer, aquele que se encontra em situação de vulnerabilidade, enfim, será sempre “outro ser humano procurando ser respeitado e feliz”.

“O saber se aprende com os mestres. A sabedoria, só com o corriqueiro da vida”, já dizia Cora Coralina.

A construção de um novo patamar de conhecimento só acontecerá se for coletiva, com a somatória dos saberes de todos. O respeito mútuo é chave fundamental para valorizar os talentos individuais e os bens coletivos de uma comunidade.

Creio que a visão crítica das deficiências de determinada região ou comunidade é essencial para não haver equívocos quanto aos encaminhamentos necessários à condução de qualquer ação efetiva e eficiente.

Porém, se essa visão crítica for preconcebida, acabará por ocultar os talentos e recursos locais já existentes.

É inevitável trazer para o contexto de atuação a prática da resiliência: pessoal, familiar e comunitária. Porém, considero impossível que esse conceito possa ser internalizado e significativo para o profissional se ele mesmo não se perceber resiliente.

O exercício dessa prática pode nos levar a uma visão de solidariedade em contraposição à generosidade e à caridade, dando oportunidade para relações mais horizontais, no sentido da soma dos saberes, sejam aqueles adquiridos na academia e/ou na escola da vida, desarticulando a visão hierárquica do “suposto saber acadêmico” como único ou inatingível.

As novas tecnologias sociais, as formações de equipes interdisciplinares, e as relações cada vez mais próximas entre os setores da sociedade necessitam de novas respostas, que passam por uma visão sistêmica da vida em sociedade.

Os diversos modelos da família contemporânea, o envelhecimento da população brasileira, as questões da infância e da juventude, da violência urbana, doméstica, entre outras, permeados pela verdadeira pandemia que é a dependência química, que atinge todas as classes sociais, requer do profissional que atua na área social uma visão ampliada de realidades tão diversas e complexas.

Nas formações que tenho ministrado, observo que os profissionais vêm com uma inquietação muito grande sobre teoria, técnicas e vivências práticas que possam servir de referência para uma atuação eficaz.

As vivências na prática profissional têm possibilitado espaços para reflexão sobre os caminhos a seguir. De novo, a comunicação e a possibilidade de troca aproximam as pessoas que se propõem a seguir esse caminho. 📖



CIDADÃOS EM PROL DO DESENVOLVIMENTO

Prêmio Empreendedor Social, realizado pela Folha de S. Paulo e Fundação Schwab, premia iniciativas com impacto socioambiental

Por **Thaís Iannarelli**

Desde 2005, líderes socioambientais empreendedores do Brasil ganharam um espaço importante para demonstrarem suas ações e serem premiados por isso. A iniciativa da Folha de S. Paulo, em parceria com a Fundação Schwab, é o principal concurso de empreendedorismo socioambiental da América Latina e um dos mais concorridos do mundo. O objetivo é premiar iniciativas que ocorram há pelo menos três anos e que sejam inovadoras, sustentáveis e com comprovado impacto socioambiental.

Como complementação a este reconhecimento, em 2009 foi criado o Prêmio Folha Empreendedor Social do Futuro, cuja meta é revelar empreendedores socioambientais inovadores em um dos momentos mais críticos de qualquer organização: o período de um a três anos de existência. Portanto,

é preciso que a iniciativa empreendedora tenha sido efetiva na prática.

Em 2012, Cybele Oliveira foi a vencedora do Prêmio Empreendedor Social. Pedagoga, fundou o Instituto Chapada de Educação e Pesquisa da Bahia e trabalha pela erradicação do analfabetismo. O Dr. Sergio Petrilli foi o vencedor “escolha do leitor” e está à frente do Grupo de Apoio ao Adolescente e à Criança com Câncer (GRAACC), que oferece tratamento a crianças e adolescentes sem recursos financeiros. Por último, Fernando Botelho recebeu o Prêmio Folha Empreendedor Social do Futuro devido à criação de um *software* de baixo custo que possibilita o uso de computador pelos deficientes visuais.

Em entrevista à **Revista Filantropia**, os três vencedores contam um pouco de sua história e de seu desempenho na área social.

4
Quando ganhei, senti que estava ganhando pelos tantos mil professores deste país e isso me deixou muito emocionada”

Revista Filantropia: Para você, olhando para trás, como foi superar as dificuldades de aprendizagem da infância?

Cybele Amado: Tive algumas dificuldades iniciais. Sempre brinco que desde criança eu já me rebelava contra uma forma de aprender tão homogênea e tão distante do sentido de aprender mesmo, porque a prática da alfabetização da minha infância não me ajudou neste processo. Então, a superação desta dificuldade tem a ver com o contexto como um todo. Na minha casa havia muitos livros e minha mãe é contadora de histórias. Íamos por outros caminhos para vencer as dificuldades que a escola não conseguia. A escola na época era tradicional e tinha uma proposta centrada em uma concepção única de alfabetização. Então, a superação deixou uma marca em mim. Até hoje, sei como uma criança se sente quando alguém diz que ela não vai aprender alguma coisa, pois eu sei que não é verdade.

RF: E hoje, atuando como educadora, como isso influenciou no seu trabalho?

CA: É muito interessante, porque quando fui assumir minha primeira atuação como professora na Chapada Diamantina, na Bahia, percebi que pelo contexto o professor não tinha exatamente formação para ser professor. Mas, o que ficou para mim, após lembrar do caderno todo riscado de vermelho na época de estudante, é que nada é impossível. Para mim não existe a impossibilidade.

RF: E como começou sua atuação na Chapada Diamantina?

CA: Cheguei aqui há 20 anos e o cenário era um horror. Aproximadamente 70% das crianças terminavam a primeira série sem ler nem escrever, isso sem contar o índice de evasão e reprovação. Tomei um susto, porque quando fui ensinar em uma escola rural, tinha 12 alunos na quinta série, depois 10 na sexta e ia diminuindo. O cenário então, sem condições... escolas acabadas, sem estrutura, não tinha nada.

RF: E hoje, o que mudou?

CA: Trabalhamos muito pensando em sair da sala de aula e ir para as políticas públicas. A primeira coisa que mudou em toda essa região de modo geral é a compreensão do que é a sala de aula. Hoje sabemos quem são os meninos e meninas que

CYBELE AMADO

Sobrinha-neta de Jorge Amado, Cybele passou por várias adversidades durante o período escolar. Ao não se adaptar ao método de ensino utilizado na escola em que frequentava, e depois superar esta situação por meio da ajuda dos pais, revolucionou sua história. Formou-se em Pedagogia e decidiu atuar na área da educação.

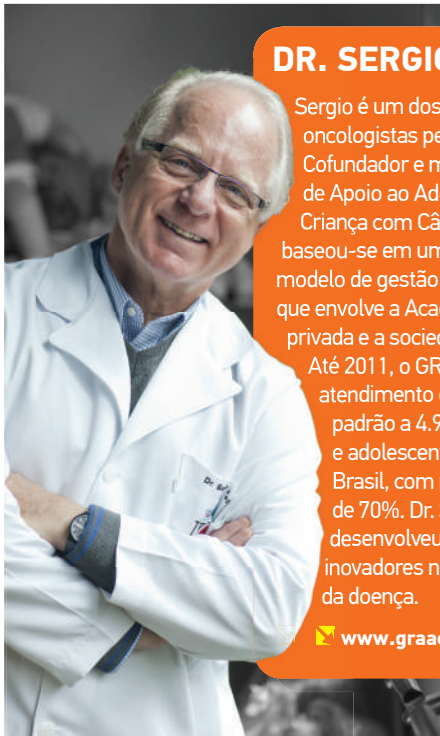
www.institutochapada.org.br



estudam, tanto pelo Censo nacional, que ajudou muito, como também pela região que começou a discutir o tema. Criou-se uma estrutura de secretaria municipal de Educação, assim como a organização do trabalho pedagógico na escola, e isso não existia antes, foi um avanço importante. Trabalhamos muito essa questão da gestão da aprendizagem, organização dos espaços, e isso foi uma mudança imensa. A gente ainda tem escolas que precisam de infraestrutura física, mas a dimensão pedagógica foi onde investimos mais e vemos uma mudança qualitativa e quantitativa também.

RF: E para você, como foi ganhar o Prêmio Empreendedor Social de 2012?

CA: Eu não achava que iria ganhar, já considerava um prêmio estar entre os empreendedores, sendo finalista ou não. Foi uma grande surpresa e fiquei muito feliz. Eu disse no momento de recebê-lo que nossa educação pública está numa grande crise, então ou profissionalizamos e damos melhores condições para quem trabalha, ou não. E muitos professores desistem da profissão no Brasil. Quando ganhei, senti que estava ganhando pelos tantos mil professores deste país e isso me deixou muito emocionada. Fora isso, também teve muita repercussão. É como uma pedra jogada na água, que faz ressoar os círculos em volta. É isto o que acontece neste momento. Abriu portas, canais, possibilidades e diálogos.



REINATO STOCKLER/NA.LATA

DR. SERGIO PETRILLI

Sergio é um dos principais oncologistas pediátricos do país. Cofundador e mentor do Grupo de Apoio ao Adolescente e à Criança com Câncer (GRAACC), baseou-se em um eficiente modelo de gestão e atendimento que envolve a Academia, a iniciativa privada e a sociedade em geral. Até 2011, o GRAACC ofereceu atendimento gratuito de alto padrão a 4.961 crianças e adolescentes de todo o Brasil, com índice de cura de 70%. Dr. Sergio também desenvolveu protocolos inovadores no tratamento da doença.

www.graacc.org.br



Por causa disso, podemos atender de portas abertas, o que faz com que 90% dos nossos pacientes sejam do SUS, e isso exige muito da nossa captação de recursos”

GRAACC. Sua finalidade no início era captar recursos para ajudar no serviço de oncologia da Escola Paulista, que era uma universidade pública. A partir daí, entramos no Mc Dia Feliz e fizemos a proposta de construir um hospital. Assim, em 1998, após muita mobilização, conseguimos a construção com o dinheiro que foi doado.

Revista Filantropia: Como você se envolveu com a causa do câncer pediátrico?

Sergio Petrilli: Optei por fazer oncologia pediátrica há mais de 20 anos e, na época, víamos que as pessoas tinham pouca sobrevida. Também havia poucos lugares para aprender mais sobre o tema, e fui para Nova York com minha família, em 1978, onde tive a oportunidade de ver o tamanho da oncologia e tudo o que precisaríamos saber a respeito. Vi que havia mais chances de cura, coisas novas poderiam ser aplicadas. Resolvi voltar depois de um ano e, junto com o Hospital A.C. Camargo, trouxemos novidades e novos protocolos para o Brasil.

RF: E qual era a realidade que você percebia naquele momento?

SP: Percebíamos que os casos chegavam ao hospital muito avançados, e entendemos que seria bom ir a uma universidade para ensinar sobre diagnóstico precoce, novas possibilidades de cura. Então, fui trabalhar na Escola Paulista de Medicina e em 1990 fui contratado pela universidade. Também tive a experiência de passar um tempo em hospitais americanos, especialmente o Saint Jude, em Memphis, onde organizaram uma organização social que captava recursos na sociedade dos Estados Unidos para investir na construção de um grande hospital. Foi assim que conseguimos, com a participação do A.C. Camargo, da Escola Paulista de Medicina, amigos, voluntários, médicos e enfermeiros, captar recursos para criar o

RF: E hoje, como funciona a gestão do GRAACC?

SP: A organização precisa ter um plano bem adequado relacionado à causa e ao uso do recurso, assim como transparência na prestação de contas. Também precisa ter condições de captar o recurso fazendo materiais, propostas, chegando ao doador com clareza, convidando-o a participar do projeto. Hoje, temos um prédio com 200 funcionários e lá temos o call center, especialistas em mala direta, comunicação, captação de recursos, ou seja, toda uma estrutura para manter o hospital. Por causa disso, podemos atender de portas abertas, o que faz com que 90% dos nossos pacientes sejam do SUS, e isso exige muito da nossa captação de recursos. Por isso, precisamos ter capacidade de ir buscar a doação. Hoje, certamente temos um número bem grande de pessoas que doam mensalmente ao GRAACC.

RF: E como você reagiu ao saber da escolha do leitor do Prêmio Empreendedor Social?

SP: Ficamos muito contentes. É bom saber que veículos de comunicação valorizam os empreendedores e entendendo que seja importante valorizar iniciativas que trazem outras maneiras de fortalecer instituições, hospitais. Isso dá uma visibilidade muito grande para o projeto e incentiva outras pessoas a seguirem este tipo de caminho. Valorizo muito este prêmio para que consolidemos o Terceiro Setor no Brasil, que é uma arma muito poderosa para melhorar o atendimento dos menos favorecidos.

FERNANDO BOTELHO

Fernando Botelho sofreu de uma doença degenerativa que o levou à cegueira na adolescência, porém, sempre teve acesso a todos os equipamentos de ponta para estudar e graduar-se em Sociologia, nos Estados Unidos. De volta ao Brasil, criou o F123, *software* livre que torna mais simples e acessível a inclusão digital, social e profissional de pessoas cegas ou com baixa visão. O programa equivale a 8% do preço do *software* para deficientes visuais mais vendido no mercado e beneficiou mais de 700 pessoas.

 [HTTP://f123.org](http://f123.org)



RENNATO STOCKLER/ALTA LATA

Revista Filantropia: Conte-nos um pouco sobre sua experiência e sobre como teve a ideia de criar o F123.

Fernando Botelho: Sou cego há mais e 20 anos. Perdi a visão com 16, fiquei com baixa visão, e depois fiquei cego. No começo nem sabia da existência das chamadas tecnologias assistivas, que são *softwares* e *hardwares* especiais para que alguém com deficiência visual possa usar o computador. Mas fui privilegiado, porque meus pais puderam comprar as tecnologias de que eu precisava, e tive a chance de estudar nos Estados Unidos. Passei vários anos querendo fazer algo positivo para a sociedade. Trabalhei numa ONG em Nova York, nas Nações Unidas, em banco, mas nada parecia ser algo no qual eu estivesse de fato contribuindo por mim. Até que finalmente tive a ideia de fazer um *software* de baixo custo, porque o que ficou evidente é que havia muitas oportunidades profissionais para quem é cego, mas a pessoa não tinha acesso à educação, à formação necessária.

RF: E como esta ideia se concretizou?

FB: Conheci os *softwares* livres e outras estratégias que barateiam o acesso à informação de forma dramática. Foi isso o que nos entusiasmou, porque não fazia sentido abrir uma empresa convencional e vender um *software* 30% mais barato. Tinha de ser 10, 20, 50 vezes mais barato para ter um impacto social importante. Por isso, bolamos uma estratégia que atingisse esse nível de acessibilidade, no caso, financeira. E nosso objetivo não era o de vender tecnologia, e sim de prover educação e emprego. A tecnologia era apenas um canal para se chegar lá.

RF: E como é a atuação de vocês?

FB: Facilitamos a instalação das tecnologias de baixo custo, realizamos melhoras, facilitamos muitas coisas que normalmente não

“Isso porque se falarmos de tecnologia, nos esquecemos do lado humano, que é o que interessa. A questão é ajudar justamente quem não é tecnologicamente sofisticado”

estão disponíveis. Outra coisa é a ajuda técnica e a criação de conteúdos de capacitação para que professores e instrutores de ONGs possam ter uma estrutura pronta para usarem nas suas aulas. No caso de quem está mais isolado, a pessoa pode até estudar sozinha. Isso porque se falarmos de tecnologia, nos esquecemos do lado humano, que é o que interessa. A questão é ajudar justamente quem não é tecnologicamente sofisticado. É a pessoa que quer ser professor de Matemática, geógrafo, ou o que quer que seja. Além de tudo, o F123 é uma solução completa e pode ser instalado diretamente no computador ou até em um *pendrive*, para aqueles que não possuem computador próprio, ou devem ir a um telecentro ou *lan house*. A realidade da maioria dos cegos em países em desenvolvimento é que eles não têm o luxo de ter um computador.

RF: E como o prêmio impactou seu trabalho?

FB: Afetou positivamente, porque nos deu grande visibilidade e credibilidade. Então, tem muitas organizações de todo o Brasil que já começaram a entrar em contato solicitando o *software*, querendo dar aulas de capacitação para quem ajudam localmente, voluntários querendo ajudar. É um processo lindo de se ver e não estamos mais sozinhos. 🍷

Contribuir para a construção de um mundo mais justo e sustentável é **responsabilidade de todos.**



Prestar serviços com especialização, atualização e competência é **nosso compromisso.**



Quality
Associados

Consultoria e assessoria contábil, fiscal e trabalhista para o **Terceiro Setor**

visite nosso site www.qualityassociados.com.br ou ligue para (11) 3837-0000



“404 NOT FOUND”

Já passou da hora de as organizações sociais direcionarem esforços para incrementar a venda de produtos pela Internet

Por Luciano Guimarães

Não encontrada. Essa é a tradução da mensagem-código, em inglês, do título da matéria, geralmente visto na tela do computador quando um *site* está fora do ar, ou não existe, e reflete também a atual realidade da relação das organizações sociais brasileiras com o comércio eletrônico de seus produtos. A maioria ainda passa ao largo desse importante canal gerador de renda e inclusão.

Ferramenta com enorme potencial, a internet voltada ao *e-commerce* ainda tem uso muito incipiente entre as entidades do Terceiro Setor nacional. Não existem estudos revelando os reais motivos para tal resistência, mas é certo que estão perdendo tempo e oportunidades, além da possibilidade de fortalecer financeiramente o caixa e, institucionalmente, seu nome e missão.

Entretanto, é possível apontar com alguma certeza que tal situação ocorre por motivos variados, indo do total desconhecimento sobre esse meio de vendas até as barreiras impostas pelas altas taxas cobradas por operadoras de cartão de crédito, que variam de 5,4 a 6,4%.

Outros fatores relevantes contribuem decisivamente para a não exploração das ferramentas utilizadas do comércio eletrônico. Em primeiro lugar, a grande maioria das entidades não possui o que comercializar. Quando têm, preferem vender diretamente em sua sede ou por meio de algum parceiro com loja física, tendo em vista que nem sempre o volume de vendas justifica a manutenção de serviços de pagamento eletrônico. Muitas organizações sociais até praticam a emissão de boleto ou aceitam transferências ou depósitos

bancários, desde que os pedidos sejam feitos por telefone ou e-mail. Com uma loja virtual de baixo custo, além da automatização do processo de venda, as entidades poderiam atingir um maior número de pessoas identificadas com a causa defendida. Em último caso, há organizações que utilizam sua infraestrutura física ao reservar um espaço específico para expor seus produtos, receber e despachar pedidos, dispensando de vez a internet.

CAIU NA REDE

Se ainda há milhares de entidades que não descobriram as potencialidades da web, muitas outras têm comemorado os resultados obtidos com o apoio desse precioso instrumento tecnológico. Um dos casos de sucesso vem da Fundação SOS Mata Atlântica.

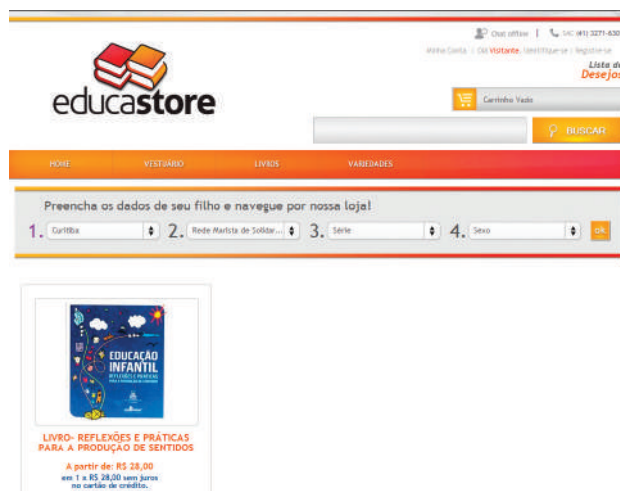
Há cinco anos, a ONG da área de meio ambiente mantém uma loja virtual própria, difundindo o conceito de produtos sustentáveis por meio da comercialização desde blocos de anotações com capa revestida com fibra de folha de bananeira — e folhas de papel reciclado, e mochilas e bolsas feitas com lona de caminhão reciclada — até camisetas, *baby looks*, camisas polo e moletons fabricados com malha ecológica produzida com garrafas PET recicladas e algodão.

“O faturamento da loja virtual em relação à captação total da Fundação é de menos de 1%, fechando 2012 em R\$ 160 mil. Contudo, é uma atividade que agrega valor às ações da entidade”, explica Olavo Garrido, diretor administrativo, financeiro e de controladoria, que espera um incremento de 30% nas vendas até o final de 2013, em comparação ao ano anterior.

Além de emitir boletos para pagamento à vista, a loja virtual da SOS Mata Atlântica aceita cartões de crédito com parcelamento em até seis vezes e parcela mínima de R\$ 30,00. O diretor comenta que o fato de ser uma ONG não proporciona diferenciação nas taxas cobradas pelas operadoras de cartão: “Entre as dificuldades encontradas no sistema eletrônico de cartões, que cobra taxas elevadas, há ainda o problema em relação a manter uma loja virtual, que, para ter uma boa gestão, necessita de investimentos consideráveis”, ressalta Garrido.



Loja virtual da Fundação SOS Mata Atlântica: de agendas recicladas a camisetas feitas com PET, vendas fecharam 2012 em R\$ 160 mil



EducaStore: concebida pelo Instituto Marista para a venda de material didático e uniformes, a loja integra as diversas unidades educacionais da entidade

PAGAMENTO ON-LINE TRAZ MAIS SEGURANÇA



O mercado de lojas virtuais está tão aquecido pela forte e crescente demanda deste tipo de ferramenta que dezenas de empresas do setor de pagamento on-line foram criadas na web nos últimos anos, algumas com taxas mais atrativas. Moip, MercadoPago, GerênciaNet e PagSeguro, este último pertencente ao Grupo UOL, estão entre as mais conhecidas e respeitadas empresas desse segmento de soluções em pagamentos on-line, cobranças e gestão de clientes.

O Moip cobra taxas para operações com cartão de crédito que variam de acordo com o volume de transações, de 5,4 a 7,4%. Já o MercadoPago cobra 4,99% por negócio fechado, exceto se for via Mercado Livre, que é gratuito. No GerênciaNET, a cobrança via cartão de crédito tem taxa de 5,9%. Já o PagSeguro oferece taxas e tarifas especiais para ONGs. Se, para o mercado em geral, está cobrando entre 1,9 e 2,9% para recebimentos à vista (contas vendedor-empresarial), para as entidades sem fins lucrativos essa porcentagem cai para apenas 0,9%.

A criação de lojas virtuais também é um negócio em crescimento, com dezenas de boas empresas prestando esse serviço, com planos mais simples que começam em R\$ 25,00. Os valores vão depender da quantidade de produtos na vitrine, do volume de vendas e dos serviços agregados, como os sistemas de pagamento e cobrança. Um dos mais conhecidos é o *WebStore Locaweb*, que inicia com preços a partir de R\$ 49,00.

EDUCAÇÃO

Quando utilizado de maneira otimizada e bem estruturada, o *e-commerce* consegue bons resultados, especialmente se for dirigido a uma comunidade com interesses religiosos e educativos em comum.

Pertencente ao Instituto Marista, que abrange o Grupo Marista e a Rede Marista de Solidariedade, a EducaStore é uma plataforma de comércio on-line de uniformes e materiais escolares criada para atender pais e alunos de instituições de ensino brasileiras (colégios, universidades, escolas de idiomas). O portal agrega os produtos das diversas instituições maristas de ensino, localizadas nas cidades de São Paulo (SP), Ribeirão Preto (SP), Curitiba (PR), Cascavel (PR), Londrina (PR), Goiânia (GO), Jaraguá do Sul (SC) e Joinville (SC). As lojas são personalizadas e contam com toda a infraestrutura, do pedido pelo site ou teatendimento ao pagamento com cartões e boleto e a entrega pelos Correios.

Algumas instituições de ensino já possuem diversas opções à escolha de pais e alunos; outras, como a Rede Marista de Solidariedade Curitiba, está começando a explorar esse segmento e, por enquanto, só comercializa o livro “Educação infantil: reflexões e práticas para a produção de sentidos”.

PARA DOAÇÕES

Por ser versátil e atingir uma gama enorme de público, o comércio eletrônico também vem sendo utilizado com inteligência por muitas organizações sociais. Se não vendem produtos, pelo menos conseguem angariar recursos por meio de doações para investir no atendimento daqueles que precisam.

Assim é Doe Santa Casa, a Bovavi – Bolsa de Valor à Vida, da Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Curitiba. A proposta é muito interessante. Funciona nos parâmetros de uma bolsa de valores, em que tudo tem um preço, mas, neste caso, baseia-se na seguinte questão: qual é o valor da vida humana? O projeto foi criado para justamente responder a essa questão.

Bolsa de Valores à Vida, da Santa Casa de Curitiba: comercializa ações de uma das cinco áreas disponíveis: unidade de internação, ambulatório, centro cirúrgico, unidade de dor torácica e UTI

A pessoa interessada em ajudar escolhe uma das cinco áreas em que deseja investir: unidade de internação, ambulatório, centro cirúrgico, unidade de dor torácica e UTI. Segundo a direção da instituição, os chamados “investidores sociais” podem fazer as suas aplicações financeiras em vidas humanas.

Os valores estão lastreados em ação ou lote. Uma UTI, por exemplo, custa R\$ 570,97 à vista e a ação e pode ser paga em até 18 vezes de R\$ 31,72, tudo pelo PagSeguro. Quem tem condições pode adquirir um lote de ações por R\$ 3.425,83 à vista ou em 18 vezes de R\$ 190,32. O investidor clica na opção e segue o passo-a-passo, bem semelhante ao de uma loja virtual.

Como se pode constatar, a invenção do *e-commerce* ainda é mal conduzida pelas organizações sociais e, ao mesmo tempo, não é algo que esteja há anos-luz de distância, improvável de ser alcançado no curto e médio prazo. Basta, quem sabe, uma pequena mudança de rota das ações e projetos de gestão no Terceiro Setor brasileiro. 🇧🇷

www.doesantacasa.org.br/bovavi | www.educastore.com.br | www.gerencianet.com.br | www.locaweb.com.br/produtos/loja-virtual.html | www.mercadopago.com/mp-brasil | www.pagseguro.uol.com.br | www.site.moip.com.br | www.sosma.org.br

MARKET ANALYSIS

EMPRESA DE PESQUISA DE MERCADO ESPECIALIZADA EM ESTUDOS DE INTELIGÊNCIA EM SUSTENTABILIDADE

Monitore os impactos dos programas em investimento social

Entenda as expectativas dos consumidores, *stakeholders* e públicos de interesse

Identifique os indicadores chave de reputação

Responsabilidade Social Corporativa

SponsorTracker

Monitor de Reputação Empresarial

Líder Barômetro

Media Reputation

Barômetro Ambiental

www.marketanalysis.com.br

info@marketanalysis.com.br
+55 48 3234 8573



BERÇÁRIOS E CRECHES NAS EMPRESAS

As empresas com pelo menos cem funcionários poderão ser obrigadas a manter berçário ou creche para os filhos de até cinco anos dos empregados. É o que propõe o Projeto de Lei do Senado (PLS) 236/2011, da senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM), que tramita na Comissão de Assuntos Sociais (CAS), onde aguarda relatório do senador Eduardo Suplicy (PT-SP). A proposta permite que a exigência seja suprida por meio de convênios com creches, pré-escolas e escolas, públicas ou privadas, desde que sejam próximas aos locais de trabalho ou por meio de reembolso, caso seja solicitado pelo empregado. A CLT prevê, atualmente, que estabelecimentos com pelo menos 30 mulheres com mais de 16 anos tenham local apropriado “para guardar sob vigilância e assistência” os filhos de funcionárias no período de amamentação.

www.senado.gov.br

IR 2013: NOVIDADE NAS DOAÇÕES A FUNDOS

Até o próximo dia 30 de abril, quando termina o prazo para a entrega das declarações do Imposto de Renda da Pessoa Física 2013, os contribuintes poderão fazer doações a um dos fundos de ajuda à criança e ao adolescente inscritos na Receita Federal. O Fisco federal aceitará esse procedimento, mas o abatimento no imposto devido será de 3% ainda na declaração atual. Já as doações aos mesmos fundos feitas em 2012 terão 6% do total. Este ano, apenas cerca de 200 fundos poderão receber as doações, uma baixa considerável, pois em 2012 esse mesmo número chegava a 900. Segundo a Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, a queda se deveu ao provável desconhecimento das entidades quanto à renovação.

www.receita.fazenda.gov.br



REFORÇO PARA A ECONOMIA SOLIDÁRIA

A Secretária Nacional de Economia Solidária (Senaes), do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), concluiu o processo de seleção das redes de cooperação formadas por empreendimentos econômicos solidários, iniciado em outubro. Das 41 entidades que apresentaram propostas, 32 foram selecionadas, incluindo, pela primeira vez, projetos que beneficiam jovens trabalhadores. Os recursos totais, que chegam a R\$ 30,2 milhões, serão aplicados até 2015. O foco é a integração dos empreendimentos da Economia Solidária em todo o país. A meta é assinar, até 28 de dezembro, convênios para o repasse dos recursos aos projetos de 12 entidades. Desse total, nove são voltadas para o desenvolvimento e assessoramento técnico às redes de cooperação solidária. As outras três entidades desenvolvem atividades de apoio a empreendimentos juvenis, com iniciativas voltadas para a organização de arranjos produtivos, comercialização e assessoria a projetos realizados por jovens trabalhadores.

www.mte.gov.br

RESTITUIÇÕES MAIS RÁPIDAS

A partir deste ano, os contribuintes portadores de doenças graves e os deficientes físicos e intelectuais terão prioridade na restituição do Imposto de Renda. Até 2012, esse benefício era voltado apenas para os maiores de 60 anos de idade. Agora, ao abrir a declaração na ficha “Identificação do Contribuinte”, surgirá uma janela com a pergunta: “Um dos declarantes é pessoa com doença grave ou portadora de deficiência física ou mental?”. Essa questão é indicativa para os casos em que a declaração for em conjunto. O envio do documento à Receita Federal deve ser feito até o dia 30 de abril.

www.receita.fazenda.gov.br



PESSOAS COM AUTISMO PROTEGIDAS POR LEI PRÓPRIA

Retratadas diversas vezes por Hollywood em filmes famosos como Rain Man, com Tom Cruise e Dustin Hoffman, pessoas com autismo agora estão protegidas por lei própria (12.764/12), sancionada no final de dezembro pela presidente da República, Dilma Rousseff. A legislação instituiu a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista e estabelece diretrizes para sua consecução. De acordo com o texto, que beneficia cerca de dois milhões de pessoas, esse tipo de transtorno caracteriza-se pela deficiência persistente e clinicamente significativa da comunicação e da interação social, manifestada por deficiência marcada de comunicação verbal e não verbal usada para interação social; ausência de reciprocidade social; falência em desenvolver e manter relações apropriadas ao seu nível de desenvolvimento.

DIRETRIZES DA NOVA LEI EM PROL DA PESSOA COM AUTISMO

Originada a partir de Projeto de Lei, nº 168 de 2011, de autoria da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, a nova Lei tem sete diretrizes: a interseccionalidade no desenvolvimento das ações e das políticas e no atendimento à pessoa com transtorno do espectro autista; a participação da comunidade na formulação de políticas públicas e o controle social da sua implantação, acompanhamento e avaliação; a atenção integral às necessidades de saúde, objetivando o diagnóstico precoce, o atendimento multiprofissional e o acesso a medicamentos e nutrientes; o estímulo à inserção no mercado de trabalho; a responsabilidade do poder público quanto à informação pública relativa ao transtorno e suas implicações; o incentivo à formação e à capacitação de profissionais especializados no atendimento a pessoas com autismo, pais e responsáveis; e o estímulo à pesquisa científica.

www.camara.gov.br

DIREITOS AUTORAIS DISPENSADOS

Outra importante vitória das entidades sem fins lucrativos está na possibilidade futura de deixarem de recolher recursos voltados ao pagamento de direitos autorais sobre músicas executadas publicamente em festas e eventos. É que a Câmara analisa proposta que dispensa do pagamento, ao Escritório Central de Arrecadação e Distribuição (Ecad), as sociedades, fundações e associações que não remunerem os seus dirigentes e não distribuam vantagens diferenciadas a qualquer de seus membros.

A sugestão está contida no Projeto de Lei 4556/12, do deputado Valdir Colatto (PMDB-SC). Outra exigência é que as agremiações apliquem integralmente os recursos na manutenção e no desenvolvimento dos objetivos sociais. Enquadram-se nesse perfil entidades religiosas, culturais, instrutivas, científicas, artísticas, literárias, recreativas e esportivas que tenham por objeto promover lazer, assistência ou conagração de seus associados.

www.camara.gov.br

ISENÇÃO PARA APOSENTADOS POR INVALIDEZ PERMANENTE

As pessoas aposentadas por invalidez permanente poderão, em breve, ter direito à isenção do Imposto de Renda Retido na Fonte (IRPF) sem a necessidade de renovar o laudo médico oficial que atestou a incapacidade para o trabalho. O Projeto de Lei 4240/12, da deputada Andreia Zito (PSDB-RJ), tramita na Câmara e acrescenta dispositivo à Lei 9.250/95, que altera a legislação do IRPF. Segundo a parlamentar, é inaceitável que o cidadão portador de doenças incapacitantes ainda precise se sujeitar — normalmente a cada dois anos — a nova perícia médica para ter assegurada a isenção do Imposto de Renda. O projeto tramita nas comissões de Seguridade Social e Família; e de Constituição e Justiça e de Cidadania, em caráter conclusivo.

www.camara.gov.br



CONCEPÇÃO DURANTE O AVISO PRÉVIO

A concepção ocorrida durante o curso do aviso prévio, ainda que indenizado, garante à trabalhadora a estabilidade provisória no emprego. Assim, se a rescisão do contrato de trabalho ocorrer por desconhecimento do estado gravídico por parte do empregador ou até mesmo da própria trabalhadora, o direito ao pagamento da indenização não usufruída estará garantido. Assim entendeu o Tribunal Superior do Trabalho ao julgar o caso, garantindo à trabalhadora o direito de receber o pagamento dos salários do período compreendido entre a data da despedida e o final do período de estabilidade, não lhe sendo assegurada a reintegração. O voto foi acompanhado por unanimidade.

www.tst.gov.br

ESTABILIDADE PROVISÓRIA À GESTANTE

A ocorrência de óbito fetal — morte intrauterina do feto no momento do parto — não impede o recebimento de indenização pela estabilidade provisória concedida à gestante. Esse entendimento levou a cozinheira de uma empresa de alimentação, dispensada ainda grávida, a ter reconhecido seu direito à indenização pelo período em que esteve grávida. Esse direito não engloba, contudo, os cinco meses após o parto. Os magistrados mantiveram a decisão da instância regional, que deferiu à trabalhadora a indenização correspondente ao período da gravidez mais o prazo de duas semanas referente ao repouso remunerado previsto no artigo 395 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aplicado em casos de aborto espontâneo.

www.tst.gov.br

VEÍCULOS SEM IPI PARA ONGS

Instituições de assistência social sem fins lucrativos poderão ficar isentas do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) para a aquisição de veículos de passageiros, de uso misto ou ambulâncias. O benefício, que baixará sensivelmente o custo do bem, está previsto no Projeto de Lei 4558/12, do deputado Valdir Colatto (PMDB-SC). A isenção só valerá para aquisições em quantidade igual ou inferior à frota verificada pelas instituições na data da publicação da nova lei. A proposta também assegura a manutenção do crédito do IPI relativo às matérias-primas, aos produtos intermediários e ao material de embalagem efetivamente utilizado na industrialização dos veículos. A proposta, que irá a Plenário, foi apensada ao PL 7699/06 e será analisada por Comissão Especial sobre o tema.

www.camara.gov.br



NOVA VERSÃO DA NOBSUAS

Em vigor desde o dia 3 de janeiro, a nova versão da NOBSUAS representa um marco fundamental na estruturação do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), imprimindo um salto qualitativo na sua gestão e na oferta de serviços socioassistenciais em todo o território nacional, tendo como base a participação e o controle social. A Resolução CNAS nº 130, de 15 de julho de 2005, que aprovou a NOBSUAS 2005, foi revogada pela Resolução CNAS nº 33/2012, que aprova a NOB/SUAS 2012. A Norma Operacional Básica do SUAS representa um estágio importante para sua consolidação e é produto de ampla discussão nacional com diversos segmentos do setor.

www.mds.gov.br/cnas

.....

1) Qual o único requisito constitucional necessário para que uma entidade filantrópica faça jus à imunidade prevista na Constituição Federal?

Resposta: O único requisito necessário para que uma entidade filantrópica tenha direito à imunidade do patrimônio, renda e serviços prevista na Constituição Federal é a inexistência de fins lucrativos. O ser sem fins lucrativos é o único requisito constitucional para o gozo da imunidade. Os requisitos que a lei pode estabelecer, como os dispostos no artigo 14 do Código Tributário Nacional, embora sejam de observância obrigatória dizem respeito ao modo de aquelas entidades demonstrarem a ausência de fins lucrativos, afinal, a vedação de distribuição de qualquer parcela de patrimônio ou das rendas, a qualquer título, e a aplicação integral dos recursos no país e na manutenção dos objetivos institucionais mostram-se incompatíveis com a finalidade lucrativa. No entanto, a manutenção de escrituração das receitas e despesas em livros revestidos de formalidades capazes de assegurar sua exatidão é uma obrigação acessória que oportuniza à Administração Pública a fiscalização das entidades.

.....

2) O fato de a entidade filantrópica possuir diversas fontes de financiamento para a promoção de suas atividades assistencialistas, como, por exemplo, a realização de bazar, descaracteriza sua qualidade assistencial e filantrópica?

Resposta: Caro leitor, o artigo 150, VI, c, da Constituição Federal, diz que é vedada a instituição de impostos sobre o patrimônio das instituições de assistência social, sem fins lucrativos, atendidos os requisitos da lei. Por sua vez, o Código Tributário Nacional estabelece os requisitos que devem ser atendidos para demonstrar a inexistência de fim lucrativo e, em consequência, gozar da imunidade tributária. Assim, o fato de a entidade filantrópica possuir diversas fontes de financiamento de suas atividades, por si só, não descaracteriza sua qualidade assistencial, desde que sejam observadas as disposições do Código Tributário Nacional.

.....

3) As rescisões de contrato de trabalho que ocorrerem a partir de fevereiro de 2013 em uma entidade de assistência social deverão ser realizadas já com a utilização do novo Termo de Rescisão do Contrato de Trabalho (TRCT)?

Resposta: Prezado leitor, o § 1º do artigo 2º da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) é claro ao dispor que “equiparam-se ao empregador, para os efeitos exclusivos da relação de emprego, os profissionais liberais,

as instituições de beneficência, as associações recreativas ou outras instituições sem fins lucrativos que admitirem trabalhadores como empregados”. Portanto, a utilização do novo TRCT, consoante disposto na Portaria 1.815 de 1º de fevereiro de 2012, passa a ser obrigatória, inclusive para as entidades de assistência social já a partir de 1º de fevereiro de 2013, haja vista que a partir dessa data a Caixa Econômica Federal exigirá a apresentação do modelo atualizado para pagamento do seguro-desemprego, bem como do FGTS.

.....

4) Com a publicação da NOB/SUAS 2012, como fica a gestão do Sistema Único de Assistência Social (SUAS)?

Resposta: Caro leitor, o artigo 8º da NOB/SUAS 2012 dispõe que o SUAS se fundamenta na cooperação entre União, Estados, Distrito Federal e municípios. Além disso, o § 3º do mesmo artigo relata que o SUAS é integrado não só pelos entes federados acima citados, mas também pelos conselhos de assistência social e pelas entidades e organizações de assistência social abrangidas pela Lei 8.742/93 e pela Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS.

.....

5) É possível obter recursos do Estado sendo estes repassados diretamente a uma instituição sem fins lucrativos? Se sim, quais as parcerias existentes?

Resposta: O Estado é parte fundamental na prestação de serviços sociais, por isso é possível o repasse de recursos públicos às entidades sem fins lucrativos, sendo, inclusive, tal prática determinada na Constituição Federal e em leis infraconstitucionais. As parcerias existentes dividem-se em: financiamento direto — vencções, auxílios, contribuições, convênios, termo de parceria — e financiamento indireto, que é obtido por meio das imunidades, isenções e incentivos fiscais determinados por leis específicas.

.....

6) Do que se trata o FIA e como posso me cadastrar?

Resposta: Trata-se do Fundo para Infância e Adolescência e é instituído pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) com a finalidade de captar e aplicar recursos destinados às ações de atendimento à criança e ao adolescente expostos à situação de risco pessoal e social e, excepcionalmente, destina-se a projetos de assistência social para crianças e adolescentes que deles necessitem. A competência para administrar o fundo pertence aos Conselhos dos Direitos das Crianças e Adolescentes. Procure informações junto ao CMDCA do seu município, visto que este deverá exigir requisitos próprios para a inscrição.



COM BASE NA RELIGIÃO

Organizações religiosas têm seu direito próprio, assim como estatutos específicos para sua atuação

Com o advento da Lei nº 10.825/2003, foi inserido o artigo 44 no Código Civil Brasileiro, que em seu inciso IV criou outro tipo de pessoa jurídica: a organização religiosa. Por organização religiosa entende-se a pessoa jurídica de direito privado, constituída por membros que professam uma religião, uma crença segundo seus ditames religiosos e sob a perspectiva de uma fé, na vivência de um carisma ou de uma espiritualidade, de uma ideologia, de uma filosofia de vida que lhes proporcionam e fornecem o fundamento para suas iniciativas religiosas, educacionais, assistenciais e outras.

As organizações religiosas decorrem da confissão e vivência da fé de seus membros ou de seus integrantes. Para se caracterizar como organização religiosa a entidade poderá ser uma igreja, um instituto religioso, um instituto de vida consagrada, cujos fundamentos e diretrizes são sedimentados numa crença, espiritualidade ou carisma.

Destaca-se que a organização religiosa não necessita ser uma igreja ou templo para se caracterizar como tal. As igrejas, os institutos de vida consagrada e as instituições religiosas se destacam e se caracterizam como organizações religiosas. O inciso III do artigo 20 da Lei nº 9.394/1996, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), dispõe: que são entidades religiosas as “instituídas por grupos de pessoas físicas ou por uma ou mais pessoas jurídicas que atendem a orientação confessional e ideologia específicas”.

Entende-se que todos os institutos de vida consagrada, tais como congregações, ordens religiosas, institutos seculares e instituições religiosas dotadas de personalidade jurídica do tipo associação devem se transformar em organização religiosa. Entretanto, é sugerido que essas instituições beneficentes de assistência social, antes de proceder à sua transformação estejam em plena harmonia e sintonia com o Código Civil e, para resguardar direitos e evitar qualquer conflito governamental, consultem o Ministério que lhes concedeu o Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (Cebas), se portadora deste Certificado, sem que essa transformação possa ou não prejudicar a manutenção dessa certificação.

Entende-se que a transformação de associação em organização religiosa não deve prejudicar de forma alguma a certificação, visto que é prevista no Código Civil, e ainda porque o acordo

entre o Brasil e a Santa Sé assegura os direitos das entidades religiosas em igualdade com as instituições filantrópicas.

Artigo 15: Às pessoas jurídicas eclesásticas, assim como ao patrimônio, renda e serviços relacionados com as suas finalidades essenciais, é reconhecida a garantia de imunidade tributária referente aos impostos, em conformidade com a Constituição brasileira. § 1º. Para fins tributários, as pessoas jurídicas da Igreja Católica que exerçam atividade social e educacional sem finalidade lucrativa receberão o mesmo tratamento e benefícios outorgados às entidades filantrópicas reconhecidas pelo ordenamento jurídico brasileiro, inclusive, em termos de requisitos e obrigações exigidos para fins de imunidade e isenção.

Outro ponto importante a ser destacado é que, regra geral, todas as igrejas, institutos de vida consagrada e institutos religiosos possuem direito próprio, que norteia suas vidas e suas finalidades. Esse direito próprio está protegido pelo Decreto nº 119-A/1890, e ainda pelo acordo entre Santa Sé e o Brasil, promulgado pelo Decreto nº 7.107/2010, publicado no Diário Oficial da União de 12 de fevereiro de 2010, que revitalizou este Decreto.

É ressaltar que nossa Constituição Federal consagra vários princípios, dentre eles o da isonomia. Por este princípio e através deste acordo, foi assegurada para todas as entidades religiosas a possibilidade de se beneficiarem de vários de seus aspectos, entre os quais tributário, fiscal, patrimonial, liberdade religiosa, de ensino religioso nas escolas públicas, a proteção dos bens sagrados, entre outros. Pelo princípio da transparência administrativa e em vista das exigências legais hoje previstas para o Terceiro Setor, as organizações religiosas devem manter a regularidade contábil e fiscal, em especial o cumprimento das obrigações fiscais e acessórias, bem como estar em sintonia com a ITG/2002, do Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

Também, pelo princípio da transparência de gestão torna-se importante que as organizações religiosas mantenham sempre os serviços de auditoria externa independente e, se possível, auditoria interna, como instrumento de boa governança e de comprovação de sua transparência de gestão administrativa. 🏠

MULTIPLICANDO O SUAS

UMA BELLE ÉPOQUE PARA O SUAS

Há pouco mais de 150 anos, Jean Valjean ressoa no imaginário coletivo da humanidade como uma prova incontestada da capacidade humana de se transformar, sendo-lhe necessária, algumas vezes, tão somente a oportunidade de um voto de confiança. Dada essa condição, Jean Valjean tornou-se precursor de certo empreendedorismo econômico, com expressivas conexões com o social.

Altruísta, solidário e compromissado em contribuir para a sociedade justa ao seu alcance, Valjean apresentou para a posteridade seu papel de vítima do poder do Estado, que além de obrigá-lo a delinquir para alimentar-se, apareceu pela primeira vez em sua vida para lhe tirar a liberdade por 19 anos.

Principal personagem do livro *Os Miseráveis* (1862), de Victor Hugo, monsieur Valjean habitou literariamente a Europa pós-revolução francesa, e da França demonstrou para a História os estragos de uma sociedade sem parâmetros de justiça na transição contraditória entre a nobreza e a república e todos os condicionantes que atingiram o homem comum em seu cotidiano de trabalhador.

Consolidado como um dos grandes relatos da História humana, candidato a ser lido por todos os milênios em que nossa civilização existir no planeta, o romance francês nos permite a metáfora irresistível da luta do bem contra o mal, da lida inaugurada pela razão Iluminista, ante uma sociedade, a partir de então, remanescente de sua hora mais escura, a Idade Média.

Ao completar um século e meio de existência, *Os Miseráveis* exibe uma extensa lista de interpretações, seja no cinema, no teatro, em incontáveis trabalhos acadêmicos e nas influências diretas e indiretas que atualizam e autorizam o destino de seus personagens a flertarem com a realidade que a cada época é reivindicada, permitindo como obra atemporal a aproximação livre dos eventos contemporâneos.

Dessa forma poeticamente libertária, podemos aproveitar mais uma eclosão de visibilidade do texto do ensaísta francês para nos referirmos à História recente do Brasil, que organiza pela primeira vez em todo seu percurso de nação uma legislação pertinente à área de proteção social.

A sociedade brasileira, com a tradição de não-direitos, exibe em sua trajetória um viço cartorial e discricionário. A partir de um olhar particular aos diversos períodos de nossa História, encontram-se os traços que determinam os valores, hábitos e atitudes de uma institucionalidade não produtora dos princípios da convivência cidadã, custando a gerações a fio o preço da sobrevivência por si só, desprovidas das condições básicas que deveriam ser oferecidas pelo poder público.

Dessa forma, restou à população, sobretudo aos mais pobres, construir pequenas e grandes soluções para suas





demandas a partir de seu próprio repertório cultural ou contar com a benemerência dos generosos de plantão, cujo papel, em última instância, atenuou dores, fomes e desconfortos do corpo e do espírito, mas não contribuiu para que se forjasse pelas suas contribuições uma coletividade de sujeitos de direitos.

Nos últimos 25 anos, foi possível verificar no Brasil uma guinada conceitual e jurídica na qual podemos pensar em viver o presente e o futuro com outros parâmetros societários. Nascido na Constituição de 1988, esse ambiente historicamente ainda tenro não poderia ter outra origem senão na lei maior do país.

Faz tempo que a sociedade brasileira anseia pela organização e validação de seu estado democrático de direitos na área social. Mas faz muito pouco tempo que as instâncias de regulação da sociedade civil e do poder público começaram a construção doutrinária da mais ousada experiência latino-americana de avanço civilizatório por meio de uma política pública decisivamente inclusiva: o Sistema Único de Assistência Social (SUAS).

Falar de assistência social como direito no Brasil tem sido nosso mantra profissional nas últimas décadas. Nunca precisamos de tão fortes argumentos e exemplos para desenhar junto a profissionais, técnicos, usuários e gestores — sejam públicos ou de entidades socioassistenciais — a lógica de uma mudança que passa pela formação acadêmica de alguns, pela compreensão de financiamento e administração de outros e pelo empoderamento social da maioria a quem se destina a política, assim como pela clareza de todos de que este poderá ser um novo país.

Dos trabalhadores envolvidos na operação do sistema espera-se profissionalismo e discernimento ético para substituir uma visão idílica dessa política, sempre associada à eliminação de conflitos e sofrimentos por uma mágica de se fazer um bem temporal. Imprescindível que estes se apropriem das novas condutas que desejamos alcançar, mas não sem penhorar nosso antigo gosto por certezas e garantias de sucesso sempre avalizados pelo calor de nossas primeiras — e às vezes únicas — impressões, desprezando indicadores e outras mensurações fundamentais.

Distante do universo da administração empresarial, cabe ao gestor da assistência social decifrar seu papel de não mais ter de somente refluir verbas públicas, do bazar beneficente e deteriorante de fazer política para pobres e reduzidos a dó. Cabe a ele o ônus-honrado de ajudar a argumentar pelo orçamento obrigatório para a assistência. Ele deve à sociedade um equilíbrio de princípios e ações que transformem prédios e móveis plasmados pela tradição da pena e do compadrio em uma cidadela de direitos chamado Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), ou Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS), ou

Nos últimos 25 anos, foi possível verificar no Brasil uma guinada conceitual e jurídica na qual podemos pensar em viver o presente e o futuro com outros parâmetros societários

Instituição de Acolhimento, ou casa de longa permanência para idosos, ou o que for mais adequado para aquele que, de sua destreza administrativa, depende o usufruto do usuário da Assistência Social.

Anos-luz da prática do “astuto logrado”, que se locupleta de sua própria condição de usuário para se beneficiar das sobras do Estado. Cabe ao cidadão em situação de vulnerabilidade o gozo de sua condição de destinatário de uma política que lhe deve chegar como catapulta para a projeção de Homo sapiens sapiens, cidadão contemporâneo e copartícipe de suas soluções. Mais que isso, um ser a ser visto como membro de um grupo, integrante de um lócus contraditório, mutante e único, mas, sobretudo, um lugar especial, talvez o único onde qualquer um de nós realmente seja eterno: a família.

Também ao conjunto de atores que habitam os serviços de assistência diariamente em todo o país cabe estudar, participar dos fóruns e ambientes de controle da política. É importante que compreendam, sem as firulas da retórica, o momento único deste tema. Construiremos o SUAS que nossas capacidades de discernimento permitir, na velocidade que imprimirmos ao cotidiano de nossos serviços e de nossas consciências.

A trajetória nacional inédita e singular do SUAS encontra na PAULUS, instituição que atua no assessoramento e garantia de direitos na área social, solo eficaz para quem há mais de 80 anos vêm contribuindo com as diversas etapas desse movimento de proteção social brasileiro.

Nesse particular, a Paulus passou a atuar juntamente com a Revista Filantropia, que nos recebe com a cortesia dos que se sabem importantes na missão de fortalecer a ideia do SUAS, com os desejos e sonhos dos parceiros que somam forças e que são companheiros de esperanças com ações concretas.

A propósito da saga contada por Victor Hugo, aquele período precedeu à belle époque, à art nouveau e ao impressionismo europeu, que fez o mundo mais humano, doce e alegre. Nisso saudamos nossa parceria com a Revista Filantropia com a sede de aprender da PAULUS, para reafirmar o SUAS como uma oportunidade de corrigir erros, promover pessoas e, como servidores da sociedade brasileira, modestamente, ajudarmos a anunciar um Brasil melhor. 🇧🇷



INSTITUTO
FILANTROPIA

FAÇA PARTE DA
MAIOR REDE DE
CONHECIMENTO
TÉCNICO E DE GESTÃO
DE ORGANIZAÇÕES
SOCIAIS!

AFILIE-SE:

www.institutofilantropia.org.br



O DESAFIO DA CONVIVÊNCIA FAMILIAR E COMUNITÁRIA

Segurança promovida pelo Sistema
Único de Saúde nem sempre
é incorporada ao dia a dia das
organizações sociais

por Célio Vanderlei Moraes

Incluída como uma das seguranças aiançadas pelo Sistema Único de Assistência Social (SUAS) e, ao mesmo tempo, um dos direitos presentes no Estatuto da Criança e do Adolescente, a convivência familiar e comunitária ainda não foi totalmente compreendida e incorporada no cotidiano de muitas entidades de assistência social.

Nos marcos normativos atuais da Política Nacional de Assistência Social (PNAS 2004¹), a Segurança de Convivência Familiar e Comunitária soma-se às demais seguranças socioassistenciais (de Acolhida, de Desenvolvimento da Autonomia, de Rendimentos e de Sobrevivência a Riscos Circunstanciais) e, juntas, compõem os mínimos sociais assegurados na Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS)². O desdobramento desta definição é uma das aquisições a ser garantida para todos os usuários dos serviços socioassistenciais tipificados³.

No Estatuto da Criança e do Adolescente⁴, a convivência familiar e comunitária foi definida como um dos direitos fundamentais e ensejou a construção conjunta entre os Conselhos Nacionais da Assistência Social (CNAS) e dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA), do Plano Nacional de Convivência Familiar e Comunitária, em 2006.

Para além do cumprimento de normativas, há que se aprofundar a reflexão sobre a temática da convivência familiar e comunitária ao planejar o trabalho socioeducativo realizado pelas entidades. O fato de reunir coletivos de crianças e adolescentes, ou mesmo de idosos, em seus trabalhos já implica uma série de elementos próprios da convivência social, mas está longe de alcançar toda a dimensão desta questão.

Os coletivos já costumam abordar educativamente o respeito às diferenças, a tolerância à divergência, a construção e respeito às regras que sejam acordadas com o grupo, o trabalho em equipe e outras habilidades importantes para o desenvolvimento da convivência. Devemos acrescentar, entretanto, outros aspectos que exigirão que sejam ultrapassados os muros da unidade onde o trabalho é realizado.

O primeiro aspecto a ser aprofundado diz respeito à convivência no âmbito da família. Neste contexto, a questão está centrada nos vínculos entre seus integrantes. Será necessário desenvolver atividades pedagógicas que identifiquem os vínculos e o quanto estes contribuem para que cada um explore ao máximo suas potencialidades.

Quem são as pessoas, o mapa de distâncias e proximidades subjetivas e mesmo como veem e representam suas famílias podem ser importantes neste sentido. Nestes exercícios, os papéis deverão ser fortalecidos pelos serviços socioassistenciais como contribuição à convivência familiar. A autoridade familiar, a autonomia de seus membros, a valorização das diferenças geracionais e a compreensão da própria história familiar são alguns dos aspectos a serem trabalhados nesta direção. Vale salientar que a autoridade familiar não pode ser confundida com mera obediência aos pais ou responsáveis. Ao contrário, trata-se de identificar as responsabilidades destes para com o desenvolvimento integral das crianças e adolescentes. Há decisões que lhes cabem, e não aos filhos, por exemplo. Eles precisam receber orientação e apoio para cumprir esta tarefa. Além disso, muito cuidado com modelos pré-concebidos de família ou das atribuições de cada um de seus membros. Importa, mais uma vez, a qualidade das relações, e não o cumprimento de qualquer padrão prévio.

Indo mais adiante, a Convivência precisa ultrapassar a entidade/unidade de atendimento e o ambiente doméstico para encontrar no espaço público a dimensão da cidadania. Neste sentido, a convivência ganha o significado de pertencimento de cada um à coletividade com suas múltiplas implicações. Desde o território no qual a entidade está inserida até a cidade, o Estado, o país e até mesmo o âmbito mundial da convivência serão o foco do trabalho socioeducativo. Para isso poderão ser desenvolvidas atividades, como visitar espaços e autoridades públicas, percorrer outros territórios da cidade, assistir filmes que mostrem lugares e culturas distantes, estudar as regras de convivência fixadas nas legislações, entre outras. O fundamental é que isso não seja uma excepcionalidade, mas ocupe um espaço privilegiado no planejamento pedagógico da entidade. Todas enfrentam limitações nas condições para desenvolver este tipo de atividade, mas é indispensável que busquem ampliar estas condições através da busca de apoios e parcerias para que isso se torne possível. Mesmo nos contextos mais precários, na medida em que esta seja uma prioridade da entidade, serão criadas alternativas para que se ultrapassem os “muros” e, com o acompanhamento pedagógico, sejam desenvolvidas as habilidades próprias da convivência familiar e comunitária. ■

¹Resolução CNAS 145/2004.

²Lei Federal 8742/1993, Art. 1º.

³Resolução CNAS 109/2009.

⁴Lei Federal 8069/1990, Art. 4º, 19 e seguintes.

ESSE TAL CONTROLE SOCIAL

por Carlos Eduardo Ferrari

Desde que iniciei minha militância participando em conselhos de políticas setoriais, a exemplo da Assistência Social e da Saúde, ou de Direitos, como o Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência (Conade), nunca foi incomum ouvir de companheiros dirigentes de ONGs modestas e/ou complexas a recorrente pergunta: “mas para que de fato serve esse tal de Controle Social?”

Nada mais natural, em se tratando de algo tão inovador, e mais do que isso, gestado e implementado em meio a um país no qual, durante décadas, ouvimos dizer e repetimos com efusividade que a política é algo que também não se discute. Logo, olhar com estranhamento os espaços pensados para fiscalizar e deliberar acerca dos rumos de determinadas políticas públicas é decorrência de um fenômeno histórico em plena transformação e, por mais curioso que pareçam os principais protagonistas, por muitas vezes são os mesmos líderes de organizações sociais que acabam não compreendendo este processo.

Parece confuso? De princípio, creio que sim. Mas acredito que fica fácil compreender esse paradoxo se revisarmos a caminhada dos tantos homens e mulheres que durante décadas construíram nosso ainda controverso, porém forte em valores e princípios, “Terceiro Setor brasileiro”. Foram essas lideranças, representantes de instituições religiosas, militantes do segmento de pessoas com deficiências, movimentos de mulheres, negros, povos tradicionais, LGBT, camponeses, sindicalistas, ambientalistas, dentre outros, que tomaram as ruas na luta pelas Diretas Já e seguiram unidos para que, anos mais tarde, pudessem celebrar a conquista em lei da garantia de direitos há muito esperados, assim como tantos outros “novos” e ainda hoje mal compreendidos.

Foram ainda estes mesmos atores os responsáveis pela inserção de um modelo revolucionário de democracia com foco na participação popular, com a recém-promulgada Constituição no ano

de 1988. A partir daquele momento foi reconhecida e batizada como a Carta Magna Cidadã.

Vinte e cinco anos depois, ainda é tímida e pouco qualificada a participação de nossas organizações nas instâncias de controle social. Atribuições de caráter burocrático, inúmeros esforços com vistas a garantir a sustentabilidade e o cumprimento da missão, dentre outros fatores, são os principais motivos que, segundo muitos dirigentes, acabam comprometendo seu envolvimento direto nesses espaços. Somado a isso, é inegável que a descrença em relação à política como um todo também fez com que muitos reforçassem o coro daqueles que afirmavam: “esses espaços não servem para nada, lá já chega tudo decidido”.

Felizmente a realidade não é essa, e a História nos mostra que quando as organizações não participam, sempre prevalece a retórica daqueles que negam sua importância civilizatória, criando um falso embate entre o Estado e a sociedade civil organizada. Falso porque temos em nosso arcabouço legal, notadamente, e em nossa constituição, assegurados todos os mecanismos que reconhecem e situam como estratégica a atuação dessas entidades para qualificação das políticas públicas.

No âmbito da Assistência Social, vale a pena revisar o art. 17º da Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS). Ali, temos definido quais segmentos da sociedade civil podem compor os conselhos municipais, estaduais e nacional de Assistência. Outro artigo importante a ser amplamente difundido é o 16º. É lá que temos garantida em lei a participação financiada de representantes do governo e da sociedade civil. Desde 2011 não cabe mais aquele velho discurso, que por muitas vezes inviabiliza a participação de determinados segmentos nos espaços de controle social, alegando falta de recursos financeiros.

Em se tratando de participação popular e controle social, também não podemos nos esquecer que temos uma diretriz constitucional que merece ser defendida por todos que militam na área. Trata-se da legitimação da representatividade por meio de organizações

Ainda, faz-se necessário buscar estratégias eficientes que consolidem o equilíbrio de forças para o exercício efetivo da democracia participativa por nossas organizações



representativas. Isso significa que esses espaços não são compostos por sujeitos atomizados ou individualizados que deliberam e fiscalizam. Ali devem estar organizações representativas que reverberam anseios e bandeiras de segmentos organizados e legitimamente eleitos.

Na prática, essa questão por vezes padece de melhor entendimento, pois se por um lado lutamos pelo fortalecimento da representação institucional, por outro ainda vemos inúmeros atores que confundem sua atuação enquanto militante com a responsabilidade de representar determinada entidade. Acaba então havendo uma simbiose negativa, que compromete a identidade do indivíduo e da organização a qual ele foi delegado a representar.

No fim das contas, o resultado dessa mistura é a prevalência das vontades do indivíduo em detrimento das causas de seu segmento. O sujeito acaba falando por si, defendendo suas convicções, esquecendo-se que ali deveria atuar considerando

que está investido do nome, da marca e, principalmente, do direito de se posicionar outorgado a sua organização.

Costumo dizer que sou um sempre otimista. Trabalhando a partir daquela analogia que se refere a um copo com água até o meio, não tenho dúvidas em afirmar que esse copo está quase cheio. Avançamos muito, seja na garantia de direitos, seja na construção e difusão de instrumentos normativos.

Ainda, faz-se necessário buscar estratégias eficientes que consolidem o equilíbrio de forças para o exercício efetivo da democracia participativa por nossas organizações.

Sabemos que há muito por ser feito, e a atuação política qualificada de dirigentes, trabalhadores e usuários de nossas entidades nesses espaços se configura como um caminho legítimo e seguro para que se possa vislumbrar, no futuro próximo, um cenário estruturado e sustentável a partir de uma relação verdadeiramente bem resolvida entre o estatal e o não governamental. 🇧🇷



PARTITURA

Por Lucimara Moura e Aurimar Pacheco

Sentado na escadaria da igreja, o menino tinha os olhos fixos na adjacência das mãos que caminhavam à sua frente, pai e filha juntos, de mãos dadas. Fato que o fez olhar para as próprias mãos, soltas, mal cuidadas e solitárias e, sem entender o porquê, pensou que ter uma mão para segurar deveria ser melhor do que ter comida ou teto.

Íntimo à marginalidade e a todas as suas gratuidades, o menino não sabia o que era confiança, nunca havia experimentado entregar seu rumo a alguém. Caminhava sozinho em direção ao pouco que sua vida lhe permitia — quase nada — muito bem disfarçado de via pública, sinal fechado, calçada de cimento ocre.

Certo dia foi abduzido por algo que não podia ver, mas entrava pelos ouvidos, agitava as células e fazia o coração bater mais forte. Quanto mais ele se aproximava, maior era a catarse que acometia seu íntimo inaugural, retorcendo sensações que ele até então desconhecia.

Como poderia haver coisa assim, combinando sons, intercalando ruídos bons? Parecia que o vento e o ar eram qualificados pela intervenção de algo incomum, que destoavam da realidade usual que ali sempre seria uma freada brusca, um motor acelerando, o silêncio de mais um dia sem respostas. Ao contrário, tinha uma sedução invisível somente aos olhos dos sem direção.

Ao final da melodia estranha, o menino não tinha mais a mesma composição; era como se a simetria do som no tempo tivesse afetado sua maneira de pensar e agir. Sua principal sensação era de arrebatamento, e não haveria mais o que melhor pensar senão ceder ao turbilhão em curso, identificar a fonte e

deixar-se tomar pela música outra vez, como um dependente químico anseia satisfazer o vício.

Com o sopro que só desvelamento produz, era preciso investir naquela vontade nova, em um ímpeto que lhe varria a alma de dentro para fora, no cerne luminoso daquilo que, aprenderia melhor mais tarde, chama-se desejo.

Ainda que isso parecesse imprudência, colocou a própria liberdade em risco, na certeza vigente de que ser livre agora tinha um aposto a configurar, um aplicativo humano que a mente reconhecia, os olhos recomendavam e o coração comemorava. Foi procurar a ajuda que não lhe servira até então. Sabia os caminhos que tolhiam suas regras: chamava-se projeto social.

Deixou-se cuidar por aqueles que sempre estiveram lá, em menor ou maior escala. Identificou os atalhos, disse o que queriam ouvir, dançou conforme o líder, desenhou em folha branca a beleza que ao outro parecia ter. Foi preciso paciência, disciplina e vontade de viver para aceitar todas as amarras e imposições que não tinham valido a pena em sua vida até aquele momento.

Ponto! Foi por ela que ele trocou a falsa independência, a insustentável satisfação do cotidiano picotado, pelo direito de aprender. Por ela ousou criar, recriar, exorbitar. Dominou os códigos da modernidade, ligou o equalizador de neurônios e obedeceu sua mãe natureza. Por meio disso e mais um pouco, enxergou um mundo diferente. Experimentou a variação deradeira da liberdade e tornou-se regente de si mesmo.

Dali em diante, a música seria seu refúgio, nos momentos bons e ruins. Mais do que isso, sua guia. Ele teria agora mais do que uma mão para segurar: seria eternamente conduzido por sua arte. 🎨

#

CAPA



FASFIL 2010

ESTUDO REVELA O PERFIL DAS INSTITUIÇÕES SOCIAIS BRASILEIRAS

Por Juliana Fernandes

O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), em parceria com a Associação Brasileira de Organizações Não Governamentais (ABONG) e o Grupo de Institutos, Fundações e Empresas (GIFE), apresentam um estudo sobre as organizações da sociedade civil organizada no Brasil com base nos dados do Cadastro Central de Empresas (CEMPRE), do IBGE.

A análise fornece um panorama geral das organizações em 2010, com estatísticas sobre localização, tempo de existência, porte, atividade desenvolvida, número de empregados e remuneração. A pesquisa contempla ainda, pela primeira vez, questões relacionadas a gênero e nível de escolaridade, e realça as principais mudanças no segmento entre 2006 e 2010, buscando confrontar as estatísticas com as apresentadas pelas demais organizações públicas e privadas ativas no CEMPRE.

“Com os resultados do estudo sobre as Fundações Privadas e Associações sem Fins Lucrativos no Brasil (FASFIL), espera-se municiar a sociedade com informações sobre as associações civis e as fundações privadas e prover subsídios à realização de outras análises e avaliações necessárias para um maior conhecimento deste importante segmento”, declara Wasmália Socorro Barata Bivar, presidente do IBGE.

O principal objetivo, portanto, é apresentar um panorama visando informar, tanto o governo quanto as organizações da sociedade civil, o que há de mais importante sobre o assunto. Assim, o governo dispõe de informações que contribuem para ampliar o conhecimento sobre as organizações — a fim de aperfeiçoar a formulação de políticas públicas. E as entidades, por sua vez, têm à disposição dados úteis sobre o universo ao qual pertencem, que podem, ainda, servir como fonte relevante de estudos mais aprofundados.

No que se refere à sociedade como um todo, a iniciativa visa estimular e qualificar o debate público sobre as características do segmento associativo e fundacional sem fins lucrativos no Brasil, apresentando sua relevância e legitimidade, além de suas relações com os poderes públicos, empresas e mídias.

Segundo Leila Landim, antropóloga e professora da Universidade Federal do Rio de Janeiro, o estudo ajuda a derubar preconceitos e fantasias sobre o setor, além de fomentar o aprimoramento profissional e administrativo. “Nessa área, como em qualquer outra, existem aspectos positivos e negativos. O mapeamento permite que os debates em torno do tema sejam mais objetivos.”

PERFIL DAS ASSOCIAÇÕES SEM FINS LUCRATIVOS

O estudo mostra que em 2010 havia 290,7 mil fundações privadas e associações sem fins lucrativos no Brasil, voltadas, predominantemente, à religião (28,5%), associações patronais e profissionais (15,5%) e ao desenvolvimento e defesa de direitos (14,6%). As áreas de saúde, educação, pesquisa e assistência social (políticas governamentais) totalizavam 54,1 mil entidades (18,6%).

A distribuição acompanha a localização da população. Assim, é na Região Sudeste que se concentram praticamente as mesmas proporções de FASFIL (44,2%) e de brasileiros (42,1%). Em segundo lugar figura a Região Nordeste, onde estão 22,9% dessas instituições, o que representa uma proporção pouco menor do

A distribuição acompanha a localização da população. Assim, é na Região Sudeste que se concentram praticamente as mesmas proporções de FASFIL (44,2%) e de brasileiros (42,1%)

que a da população (27,8%). Já a Região Sul ocupa o terceiro lugar, tanto em número de instituições quanto em de habitantes. No entanto, neste caso, as proporções se diferenciam, evidenciando concentração mais acentuada das FASFIL, já que nela se encontram 21,5% das entidades e apenas 14,4% da população. Por fim, na Região Norte acontece o contrário: estão 4,9% das FASFIL e 8,3% dos brasileiros.

De acordo com Anna Maria Peliano, diretora de Estudos Sociais do IPEA, “os resultados refletem a ampliação da participação da sociedade na vida social e política, a participação em ações comunitárias de maneira organizada e a busca da defesa de direitos que consolidam a democracia”.

Tempo de atuação

As FASFIL são entidades relativamente novas no Brasil: a maior parte delas (40,8%) foi criada no período de 2001 a 2010. Das 118,6 mil entidades nascidas na década, pouco mais da metade (50,8%) surgiu nos últimos cinco anos, sendo cerca de 4% a cada ano, evidenciando crescimento regular no período. É interessante também observar o peso das entidades criadas no período de 1981 a 2000: representam 46,5% do total em atividade em 2010.

Segundo Landim, “a década de 1990 foi uma época de renovação, e diferentes atores sociais passaram a buscar formas específicas de atuação quando notaram que havia espaço para isso”. Nessa época, multiplicaram-se as organizações voltadas para a defesa de direitos humanos, meio ambiente, associações comunitárias e de moradores, patronais e profissionais, que quadruplicaram entre 1996 e 2002, passando de 11 mil para 45 mil.

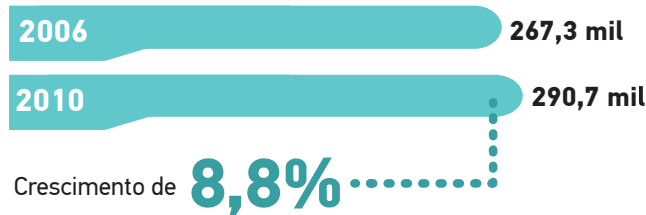
Já as instituições mais antigas, criadas até 1980, correspondem a apenas 12,7% do total das FASFIL. Elas absorvem o maior percentual de pessoas ocupadas (47,3%). Entre as conclusões que se pode extrair desse resultado, destacam-se não só a presença menos significativa dessas entidades nas décadas anteriores, mas também a dificuldade de manutenção das menores ao longo dos anos.

Sobre a distribuição por grandes regiões encontram-se diferenças importantes em relação à idade. Entre as mais antigas, criadas até o final dos anos 1970, predominam as sediadas no Sudeste, com 55,4% do total. Já entre as mais novas, cresce a participação das sediadas no Nordeste, que representam um

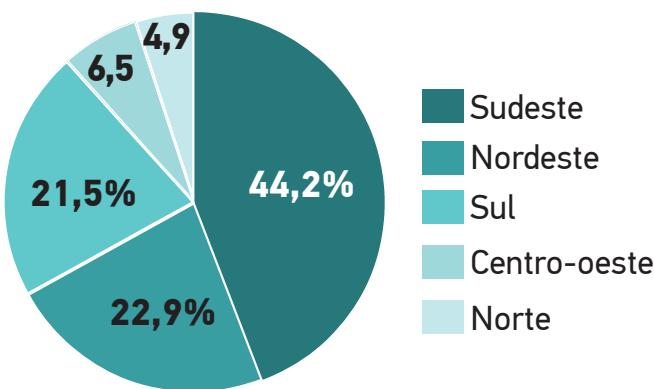
FUNDAÇÕES PRIVADAS E ASSOCIAÇÕES SEM FINS LUCRATIVOS NO BRASIL (FASFIL)

O que são - Organizações privadas, sem fins lucrativos, institucionalizadas, autoadministradas e voluntárias

EVOLUÇÃO



DISTRIBUIÇÃO POR REGIÃO (em %)



* Essas instituições representavam 5,2% do total de 5,6 milhões de entidades públicas e privadas, lucrativas e não lucrativas, do Cadastro Central de Empresas (CEMPRE) do IBGE de 2010

quarto do total das entidades criadas de 2001 a 2010. O resultado reflete o fortalecimento progressivo da participação da sociedade civil na região.

Quantos trabalhadores empregam?

Um contingente de 2,1 milhões de pessoas estava registrado como trabalhador assalariado nas 290,7 mil FASFIL em 2010, o que representa cerca de um quarto (23,0%) do total dos empregados na administração pública no mesmo ano, 73,5% do total do emprego formal no universo das 556,8 mil entidades sem fins lucrativos e 5,8% do total de entidades empresariais existentes no CEMPRE.

Mais da metade dos assalariados das FASFIL (58,1%), ou seja, 1,2 milhão de pessoas, trabalha em instituições localizadas na Região Sudeste, em especial no Estado de São Paulo, que reúne, sozinho, 748,7 mil, totalizando 35,2% do total.

A distribuição do pessoal ocupado assalariado entre os diversos campos de atuação das FASFIL tende a refletir as diferenças na abrangência do atendimento e na complexidade dos serviços

TIPOS



Voltadas, predominantemente, à religião

..... **28,5%**



Voltadas para as áreas de saúde, educação, pesquisa e assistência social (Políticas governamentais)

..... **18,6%**



Associações patronais e profissionais

..... **15,5%**



Voltadas ao desenvolvimento e defesa de direitos

..... **14,6%**

prestados. Assim, as entidades de educação e pesquisa, que representam apenas 6,1% das FASFIL, reúnem 26,4% do total de trabalhadores.

Neste grupo, a concentração é bem mais expressiva no subgrupo de educação superior, pois 1,4 mil universidades ou faculdades (0,5% das FASFIL) empregam 165,6 mil trabalhadores (7,8% do total). Na área de saúde também é observado o mesmo fenômeno. Em cerca de 6 mil entidades trabalham 574,5 mil pessoas (27% do total).

Ainda é interessante assinalar a diferença entre a proporção do pessoal assalariado nos hospitais e nas entidades que prestam outros serviços de saúde. As últimas representam mais da metade das entidades do setor de saúde (64,6%), porém, absorvem apenas 16,6% dos profissionais da área.

Mulheres são a maioria

Pela primeira vez o estudo trouxe informações sobre gênero e nível de escolaridade do pessoal ocupado, revelando que, em 2010, as mulheres representavam 62,9% do total de assalariados



Fundações Privadas e Associações sem Fins Lucrativos segundo as faixas de ano de fundação - Brasil - 2010

Faixas de ano de fundação	Fundações Privadas e Associações sem Fins Lucrativos	
	Total	Percentual (%)
Até 1970	9.558	3,3
De 1971 a 1980	27.270	9,4
De 1981 a 1990	45.132	15,5
De 1991 a 2000	90.079	31,0
De 2001 a 2005	58.388	20,1
2006	11.869	4,1
2007	11.551	3,0
2008	11.464	3,9
2009	13.726	4,7
2010	11.655	4,0
Total	290692	100,0

FONTE: IBGE, DIRETORIA DE PESQUISA, CADASTRO CENTRAL DE EMPRESAS 2010

nas FASFIL, percentual bem superior ao total observado no CEMPRE (42,1%).

Para Vera Masagão, diretora executiva da ABONG, isso refilete um caminho alternativo à política tradicional, que ainda é de domínio do homem. “Elas expressam interesse em cuidar das pessoas, em se envolver, por isso a maior adesão é das mulheres”, afirma.

A forte predominância feminina pode ser observada em todas as regiões do país, sendo um pouco maior no Sul (67,6%) e um pouco menor no Norte (55,2%). É nas áreas da saúde e da assistência social que a presença das mulheres é maior, com participação de 73,5% e de 71,7%, respectivamente. Já a presença masculina é mais forte apenas no grupo de entidades de esporte e recreação (66,8% do total).

O estudo também mostra que, nas organizações sociais, as mulheres recebiam, em 2010, salário médio equivalente a 75,2% da remuneração dos homens, o que correspondia a 2,9 e 3,9 salários mínimos, respectivamente. O comportamento é semelhante ao observado para o conjunto de assalariados do CEMPRE, cuja remuneração média das mulheres equivalia a 80% da dos homens.

Nível de escolaridade

Em relação ao nível de escolaridade, as informações apontam que cerca de 33% dos assalariados das FASFIL têm nível superior. Isso significa que uma em cada três pessoas empregadas em instituições sem fins lucrativos tem nível superior completo. Nos demais segmentos da economia acompanhados pelo IBGE, a proporção é de uma em cada seis. “Foi uma

O estudo também mostra que, nas organizações sociais, as mulheres recebiam, em 2010, salário médio equivalente a 75,2% da remuneração dos homens, o que correspondia a 2,9 e 3,9 salários mínimos, respectivamente

surpresa. É bem acima do que se observa em outros setores”, afirma Anna.

Observa-se que essa formação é relativamente constante em todas as grandes regiões do país, variando de 30,7%, no Norte, a 34,2%, no Sul. Tal resultado aponta, por outro lado, diferenças significativas em relação ao total de ocupados no Brasil. Segundo dados do CEMPRE, o percentual de pessoas com nível de escolaridade superior nas empresas e demais organizações formais ativas era de apenas 16,6% do total dos assalariados em 2010.

A proporção de profissionais com curso superior é bem acima da média nacional nas entidades de educação e pesquisa: 56,3% do total dos assalariados. É determinante para tal resultado a alta porcentagem de pessoas com maior nível de escolaridade, sobretudo nas instituições de educação superior (67,4%) e ensino médio (60,1%). Na educação infantil, a proporção de assalariados com nível superior é menor (31,8%).

Média de remuneração

Os trabalhadores das FASFIL ganhavam, em média, o equivalente a 3,3 salários mínimos mensais em 2010. No total, a remuneração dos profissionais que trabalham formalmente nessas entidades envolveu recursos da ordem de R\$ 46,2 bilhões, o que equivale a uma média mensal de R\$ 1.667,05.

Para ilustrar o significado desses números, vale a pena mencionar que, no mesmo ano, a remuneração média de todos os assalariados das organizações públicas e privadas, lucrativas e não lucrativas, cadastradas no CEMPRE era de 3,2 salários mínimos mensais, correspondendo a R\$ 1.650,30. Assim, os salários médios nas FASFIL eram equiparados aos demais salários no país.

Distribuição absoluta e relativa das Fundações Privadas e Associações Sem Fins Lucrativos e do pessoal ocupado assalariado, segundo faixas de pessoal ocupado assalariado – Brasil – 2010

Faixas de pessoal ocupado assalariado	Fundações Privadas e Associações sem Fins Lucrativos		Pessoal ocupado assalariado	
	Absoluta	Relativa (%)	Absoluta	Relativa (%)
0	210.019	72,2	0	0,0
De 1 a 2	32.228	11,1	43.157	2,0
De 3 a 4	11.645	4,0	39.719	1,9
De 5 a 9	12.388	4,3	82.128	3,9
De 10 a 49	17.340	6,0	376.284	17,7
De 50 a 99	3.459	1,2	239.522	11,3
De 100 a 499	2.975	1,0	601.830	28,3
500 e Mais	638	0,2	745.367	35,0
Total	290.692	100,0	2.128.007	100,0

FONTE: IBGE, DIRETORIA DE PESQUISA, CADASTRO CENTRAL DE EMPRESAS 2010

O valor das remunerações pode variar de forma significativa entre as instituições. No piso inferior, a remuneração média mensal é menor do que dois salários mínimos. Nesse patamar se encontram os profissionais que trabalham nas entidades que prestam serviços nas áreas de educação infantil e emprego e treinamento. Entre as que proporcionam remuneração mais alta, por volta de cinco salários mínimos, estão as entidades de ensino superior e cultura e arte.

Em termos regionais, o que mais se destaca na análise das informações é que apenas no Sudeste a média dos salários é superior à média nacional das FASFIL. A menor remuneração, em salários mínimos, é a da Região Nordeste.

Ainda foi possível notar que a desigualdade de gênero também está presente no Terceiro Setor. O rendimento dos homens é mais de um terço (34,5%) superior ao das mulheres. Em 2010, elas ganhavam, em média, 2,9 salários mínimos por mês, e eles, 3,9. Isso significa que as mulheres têm ganhos similares aos das que trabalham em empresas (2,8 salários mínimos); já os homens das organizações sociais recebem mais (nas empresas, são 3,5 salários mínimos).

POUCO TRABALHO FORMAL

Em 72,2% das instituições (210 mil) não havia sequer um empregado formalizado em 2010, provavelmente, apoiando-se em trabalho voluntário e prestação de serviços autônomos. As que não contavam com empregados eram mais comuns no segmento de religião (29,1%), desenvolvimento e defesa de direitos (17,4%) e associações patronais e profissionais (16,2%).

Para a diretora de Estudos Sociais do IPEA, isso não quer dizer que predomine mão de obra precária nesse ramo. “O número de entidades sem assalariados é significativo, mas é preciso ter em mente que o voluntariado é muito presente nessas instituições”, salienta.

Outro ponto é que frequentemente as entidades não têm fontes fixas de recursos – recebem por projetos. “Atualmente, financiam-se mais projetos do que instituições, o que leva a um contrato de prestação de serviço entre a organização e o trabalhador, em vez de se estabelecer uma relação trabalhista mais longa”, explica Anna.

Ao mesmo tempo, os números sinalizam, segundo ela, que o mercado de trabalho no Terceiro Setor tem muito espaço para se desenvolver, ainda mais quando se sabe que apenas 12% das entidades são responsáveis por empregar 63,3% de todos os assalariados.

CRESCIMENTO X CONSOLIDAÇÃO

Por outro lado, a mão de obra assalariada cresceu quase duas vezes mais que o número de entidades. De 2006, quando se realizou pela primeira vez a pesquisa, a 2010, a quantidade de organizações passou de 267.288 para 290.692, um aumento de 9%. Já o volume de trabalhadores saltou 16%, de 1,8 milhão para 2,1 milhões.

A pesquisadora do IPEA lembra que o estudo anterior, referente a 2008, já apontava desaceleração no crescimento do número de entidades. O dado, associado ao incremento de assalariados, indicava um processo de consolidação das entidades existentes, mais do que de surgimento de novas associações e fundações. “A dinâmica é de fortalecimento, e não de expansão”, avalia Anna. 📊

📊 Fonte: As Fundações Privadas e Associações sem Fins Lucrativos no Brasil 2010. Links: www.abong.org.br | www.cempre.org.br | www.gife.org.br | www.ibge.gov.br | www.idis.org.br | www.ipea.gov.br

RESPONSABILIDADE SOCIAL

INVESTIMENTO SOCIAL CRESCEU!

Mapeamento realizado pelo Gife aponta elevação de 8% no Brasil em 2012 em relação ao ano anterior

Por Paula Craveiro

De 2011 para 2012, os investimentos sociais privados apresentaram elevação de 8% no país, passando de R\$ 2,1 bilhões para R\$ 2,3 bilhões, conforme aponta o Censo Gife, pesquisa realizada a cada dois anos pelo Grupo de Institutos, Fundações e Empresas (Gife), em parceria com o Instituto Paulo Montenegro. A iniciativa visa delinear o cenário do investimento social privado no Brasil a partir da rede associada ao Gife. A amostra foi composta por 100 organizações, sendo 13 empresas e 87 institutos ou fundações.

O Censo mostra ainda crescimento de 14% nos investimentos entre 2009, ano posterior ao início da crise que abalou fortemente a economia global, e 2011. “Essa crise representou a estabilização do investimento social das empresas, que deixou de ser visto como despesa passível de corte em tempos austeros. O crescimento regular desde 2009 vem reforçando essa disposição”, argumenta André Degenszajn, secretário-geral da entidade e responsável pelo levantamento.

ÁREAS DE ATUAÇÃO

Um dos aspectos consultados na pesquisa refere-se ao foco dos investimentos. “Apesar de os investidores abrangerem de maneira mais balanceada o portfólio de temas, verificamos individualmente um foco maior. Isso pode ser compreendido como um indicador de segmentação e qualificação do investimento, compatível com o panorama favorável verificado, por exemplo, no campo da avaliação”, afirma Degenszajn.

Os resultados obtidos indicam que 86% dos entrevistados investem em educação, o equivalente a um acréscimo de 2% em relação ao Censo 2009–2010. Outros temas



relevantes são a qualificação e a formação de jovens para o mercado de trabalho (60%), o desenvolvimento comunitário e cultura e artes (ambas com 53%).

A surpresa ficou por conta dos investimentos em meio ambiente, que sofreram retração de 59 para 43% em comparação com o estudo anterior. “Embora quase metade dos associados do Gife invista em meio ambiente, o campo centraliza apenas 7% do montante investido (R\$ 158.992.668,00), dado que indica que o investimento nessa área é, em geral, secundário em relação às demais áreas”, explana o secretário-geral. Vale destacar que muitas das ações nesse campo relevam-se pontuais e com baixo nível de investimento.

Dentre os associados do Gife que atuam nessa área, a educação ambiental é o principal foco (79%), seguida da operação com lixo, reciclagem, tratamento de resíduos e saneamento (61%).

INVESTIMENTOS SOCIAIS – VOLUME

	Em reais (R\$)	Varição
2008	2.010.821.092	–
2009	1.909.635.803	- 5%
2010	1.986.021.235	+ 4%
2011	2.168.684.205	+ 9%
2012	2.347.527.117	+ 8%

ÁREAS DE ATUAÇÃO

Base-amostra	(100)
Educação	86
Formação de jovens para trabalho e cidadania	60
Desenvolvimento comunitário	53
Cultura e artes	53
Apoio à gestão de organizações do Terceiro Setor	49
Geração de trabalho e renda	48
Meio ambiente	43
Assistência social	42
Defesa de direitos	41
Esporte e recreação	36
Saúde	33
Comunicação	31

FONTE: CENSO GIFE 2011/2012

Das organizações analisadas, 18 financiam uma ou duas áreas, e 26 realizam programas próprios em uma ou duas áreas.

As principais entidades financiadas são organizações não governamentais e organizações comunitárias ou de base (90%); institutos e fundações (51%); institutos ou centros de pesquisa e universidades (41%); e unidades educacionais (33%).

RECURSOS UTILIZADOS

O estudo analisou a origem dos recursos destinados aos investimentos e, com base nas respostas de 84 institutos e fundações, constatou que grande parte é proveniente da empresa mantenedora, bem como de doações de mantenedores individuais, comercialização de produtos e serviços e captação com pessoas físicas.

Das entidades entrevistadas, 41 afirmaram ter utilizado incentivos fiscais em 2011, equivalendo a 14% do volume dos investimentos realizados no período analisado pelo Censo (R\$ 335.009.214,00).

O levantamento também destacou que 15% dos entrevistados financiam projetos de terceiros e 32% realizam projetos próprios, enquanto 52% financiam terceiros e realizam projetos próprios.

No caso das mantenedoras, 34% das decisões sobre os investimentos são tomadas pelo CEO/diretor-presidente; 29%, pelo Conselho de Administração; e 14%, pela Diretoria de Responsabilidade Social ou de Sustentabilidade. Cerca de 23% dos pesquisados afirmaram não possuir empresa ou grupo empresarial mantenedor.

ALINHAMENTO ESTRATÉGICO

O investimento social privado, quando executado em linha com as diretrizes de responsabilidade social e sustentabilidade e com as estratégias de negócio da organização, gera valor para a empresa e a sociedade e torna a companhia sujeito do processo de transformação social do país.

No entanto, o levantamento do Gife aponta que somente 10% das organizações consultadas realizam ações totalmente atreladas ao seu ramo de atividade, enquanto 39% desenvolvem ações parcialmente relacionadas ao seu negócio e 29% promovem ações sem nenhuma conexão com suas atividades.

MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO

Os dados obtidos pelos censos nos últimos anos vêm indicando que a avaliação de resultados tem sido um quesito de grande valia para os investidores sociais.

Na recente edição da pesquisa, 85% dos 99 associados respondentes dessa questão afirmaram realizar avaliação dos

resultados de suas ações, 82% avaliam seus processos e 44% disseram mensurar o impacto dessas iniciativas.

“Apesar de termos avançado na compreensão das estratégias de avaliação, ainda há indistinção quanto às formas de abordagem, fato que pode contribuir para justificar o elevado índice de consultados que afirmaram fazer avaliação de impacto, ação mais custosa, complexa e que deve ser medida no longo prazo”, pondera André.


INVESTIMENTOS

A pesquisa apontou que 69% dos respondentes do Censo 2011–2012 executam diretamente projetos e programas próprios, 49% apoiam projetos de organizações sociais com recursos financeiros e 44% desenvolvem e viabilizam

projetos sociais técnica e financeiramente, mas sua execução se dá integralmente por terceiros.

Também foi apurado que, do total de associados entrevistados, 91 investem em projetos e programas na Região Sudeste, 64 no Nordeste, 61 no Sul, 54 investem na Região Centro-Oeste e 50 na Região Norte.

Em relação às perspectivas de investimento para 2013, 13% responderam que pretendem elevar em até 15% o valor investido em 2012, 25% aumentarão o investimento em até 15%, 49% manterão o investimento estável, 4% farão uma redução de até 15% e 9% farão uma redução de mais de 15%.

A íntegra dos resultados do Censo Gife 2011-2012 está disponível para consulta no site <http://censo.gife.org.br>. 

■ Critérios para definir ações (%) por associados



Origem dos recursos
90% ou mais são provenientes da mantenedora
Captam entre pessoas físicas (apenas quatro casos superam 50% dos recursos)
Mais de ¾ dos recursos vêm de fundo patrimonial
Doações de mantenedores individuais representam mais de 50% dos recursos
Mais de 50% por venda de produtos e serviços
Há captação internacional (representa apenas dois casos entre 20 e 30%)
Contribuições associativas superam os 50%

Áreas de investimento	2009	2011	Varição
Defesa de direitos	29%	42%	40%
Desenvolvimento comunitário	44%	54%	18%
Comunicação	26%	31%	15%
Esporte e recreação	32%	36%	9%
Apoio à gestão	46%	49%	4%
Educação	82%	87%	2%
Formação de jovens	60%	61%	-2%
Geração de trabalho e renda	51%	48%	-8%
Cultura e artes	60%	54%	-13%
Saúde	38%	33%	-15%
Assistência social	49%	42%	-16%
Meio ambiente	58%	43%	-27%

FONTE: CENSO GIFE 2011/2012

FELICIDADE ESTÁ MAIS ASSOCIADA AO BEM-ESTAR DO QUE À POSSE

Levantamento do Instituto Akatu aponta que entrevistados preferem alternativas mais ligadas ao caminho da sustentabilidade do que ao do consumismo

“Para você, o que é felicidade?”. Essa foi uma das perguntas que o Instituto Akatu fez a 800 brasileiros de todas as regiões do país no final de 2012. O resultado da pesquisa revela que os entrevistados — independentemente de fatores como classe social ou faixa etária — associam sua felicidade muito mais ao bem-estar físico e emocional e à convivência social do que aos aspectos financeiros e à posse de bens.

Quando questionados sobre o que consideram ser felicidade, dois terços dos entrevistados indicaram que estar saudável e/ou ter sua família saudável é um fator essencial. Para 60% do público que respondeu à pesquisa, conviver bem com a família e os amigos também os aproxima mais da felicidade. Apenas três em cada dez brasileiros indicaram a tranquilidade financeira em suas respostas.

“Segundo a nossa pesquisa, para os brasileiros ir ao encontro da felicidade hoje não é aumentar o consumo, mas trabalhar pela saúde e prover condições para o verdadeiro bem viver, com suficiência material e tempo para desfrutar a vida em companhia dos amigos e familiares, num ambiente seguro e acolhedor”, analisa Helio Mattar, diretor-presidente do Akatu.

DESEJOS SUSTENTÁVEIS

A tendência de valorizar o bem-estar se confirmou quando os entrevistados foram convidados a priorizar seus desejos. O resultado mostra que, coerentemente com sua visão sobre felicidade, os brasileiros são fortemente atraídos pelo caminho da sustentabilidade. Em cinco dos oito temas propostos (afetividade, alimentos, água, mobilidade, durabilidade, energia, resíduos e saúde), os entrevistados preferiram

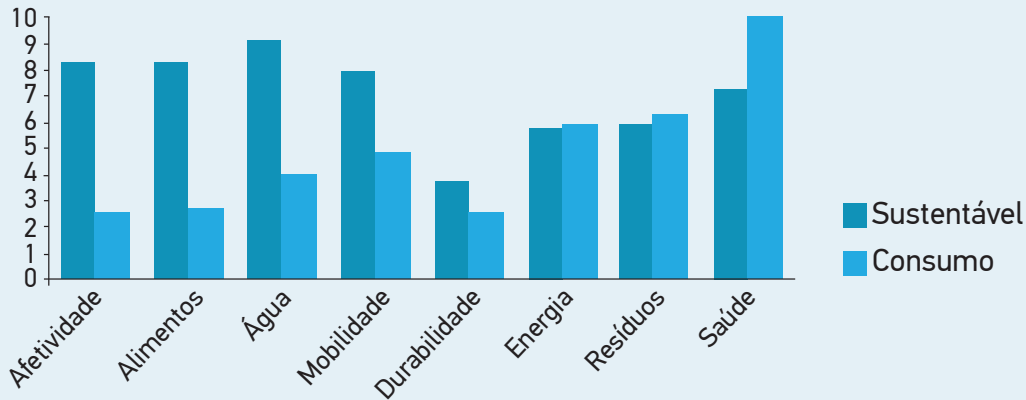


as alternativas mais ligadas ao caminho da sustentabilidade do que as ligadas ao do consumismo.

O tema afetividade destaca-se como o que possui maior diferença entre os que preferem o cenário mais sustentável (passar tempo com as pessoas — com índice de prioridade de 8,3 em uma escala de 0 a 10) em vez do consumista (comprar presentes — índice de 2,6), o que leva a uma reflexão sobre os hábitos relacionados às compras de presentes de qualquer natureza.

Em seguida, outros três temas (alimento, água e mobilidade) são os que contam com uma preferência bem maior para os cenários do caminho sustentável, com a qualidade de vida (expressa por alimentos saudáveis, uso racional da

Preferência entre promessas da sociedade de consumo e da sustentabilidade (média geral, por tema)



água e boa mobilidade) sendo bem mais valorizada do que o modo consumista tradicional (expresso por alimentos práticos, uso irresponsável da água e ter carro próprio).

Merecem destaque as escolhas relacionadas à mobilidade: se deslocar pela cidade com rapidez, segurança, conforto e flexibilidade alcançou um índice de 7,9, enquanto ter carro próprio obteve apenas 4,9 em uma escala de 0 a 10. Até mesmo para quem não usa um carro próprio em seu cotidiano (82% dos entrevistados), a preferência é fortemente em favor da mobilidade (7,7).

O aspecto específico da durabilidade também mostra uma tendência favorável ao caminho da sustentabilidade, na contramão da obsolescência planejada e da descartabilidade: os respondentes demonstraram um interesse proporcionalmente bem maior por produtos que durem bastante e que possam ser atualizados do que por produtos baratos e substituíveis.

Nos temas energia e resíduos, há um virtual empate entre respostas associadas ao modelo consumista em vigor e as propostas sustentáveis para o mesmo tema. Apenas na questão relacionada à saúde, em que as opções eram ter um bom plano de saúde ou ter um estilo de vida mais saudável, houve prevalência da alternativa mais relacionada ao consumo. “A resposta parece revelar não uma preferência pelo modelo consumista, mas sim uma preocupação com a precariedade do sistema de saúde. E, mais ainda, uma atitude que prioriza a segurança, pois a garantia de assistência médica em caso de necessidade vai ao encontro da primeira prioridade dos brasileiros quando pensam em sua felicidade: ter saúde”, explica Mattar.

Em todas as classes sociais se verifica maior aspiração pelo caminho sustentável do que pelo caminho atual, da sociedade de consumo. Nesta tendência, um exemplo de destaque: quando solicitados para priorizar entre “ter tempo para estar com quem gosta” e “comprar presentes”, os entrevistados de todas as classes sociais mostram preferência bem maior pela primeira opção, a mais sustentável. “Possivelmente pela carência de acesso a bens e serviços básicos, as classes mais baixas mostram aspiração pelas soluções oferecidas pela sociedade de consumo em alguns tópicos, mas, ainda assim, as opções sustentáveis prevalecem em suas escolhas de longo prazo”, comenta Aron Belinky, coordenador técnico da pesquisa.

Saber que o potencial de adesão ao consumo consciente já se expressa nos desejos dos consumidores indica um descompasso entre o que a sociedade quer e o que se oferece a ela. “Quanto tempo mais será necessário para que as empresas e o Poder Público reconheçam essa situação e busquem atender a essas demandas da sociedade, em vez de incentivar um modelo insustentável e esgotado do consumo pelo consumo em si e não como instrumento de bem-estar?”, questiona Mattar. A resposta a essa pergunta determinará o nosso futuro.

SOBRE A PESQUISA

Os dados sobre felicidade e desejos dos brasileiros fazem parte de uma pesquisa realizada periodicamente pelo Instituto Akatu sobre a percepção do brasileiro em relação ao seu consumo, à sustentabilidade e à responsabilidade social das empresas. O relatório completo da pesquisa será divulgado em maio. 📄

Ressoar Solidário

Ações de voluntariado em diversas áreas por todo o Brasil.



Programa Ressoar

Apresentado por Chris Flores, o Programa Ressoar vai ao ar pela Record News todos os domingos às 19h30, com reprise nos sábados seguintes às 11h30. Por meio de reportagens e entrevistas, abre espaço para o debate sobre o terceiro setor, incluindo temas econômicos, sociais e educacionais.



Projeto Nova Canaã

Educação, esportes e alimentação para 600 crianças de Irecê, no sertão da Bahia.



INSTITUTO RESSOAR



Ressoar nos Bairros

200 mil atendimentos por ano. Diversão e prestação de serviços para quem mais precisa.

Ressoar Multimeios

Curso de capacitação profissional na área audiovisual com 700 alunos inscritos a cada etapa.



É MAIS QUE ESPERANÇA. É REALIZAÇÃO!

Junte-se à nós e seja mais que esperança na vida de muita gente!
Faça parte de nossos projetos.

Vamos tornar a sociedade mais justa e menos desigual.

Fale conosco - ressoar@ressoar.org.br



www.ressoar.org.br



facebook.com/institutoressoar



twitter.com/ressoar



REAPROVEITAR PARA COMBATER O DESPERDÍCIO

Grandes ou pequenas, mais ou menos abrangentes, ações voltadas a combater qualquer tipo de desperdício vêm se espalhando como rastilho de pólvora em todo o Brasil

Por Luciano Guimarães

Nos últimos anos, empresas e entidades sem fins lucrativos têm se engajado em diversos tipos de projetos e programas com a intenção de reutilizar. As opções são diversas, indo do reaproveitamento de alimentos ao recolhimento de eletrônicos, pilhas e baterias de celulares.

Em maior escala, encontram-se também ideias bem boladas, como a fabricação de materiais compostos utilizando pneus para complementar a mistura da massa asfáltica e entulho na composição de blocos.

A Ecovias, por exemplo, já utiliza asfalto borracha (ou ecológico) produzido por usina própria em 70% dos 176,8 km de extensão do Sistema Anchieta-Imigrantes (SAI), do qual é concessionária. De 2002, quando iniciou os testes, para cá, já retirou 317 mil pneus em desuso da natureza.

A borracha dos pneus triturados é misturada à massa asfáltica, a qual se acrescenta também brita e cal, produzindo um concreto asfáltico cerca de 40% mais resistente que o produto convencional em relação a trincas e deformações.

“O material provoca menos ruídos e tem maior aderência, fator que diminui a possibilidade de derrapagem e reduz o *spray* causado pelos pneus dos veículos em dias de chuva, além de maior conforto e segurança aos usuários”, explica Paulo Rosa, assessor de projetos especiais da concessionária.

A usina da Ecovias tem capacidade para produzir até 140 toneladas de material por hora, o suficiente para asfaltar aproximadamente 330 metros de uma faixa de rodagem de 5 centímetros de espessura.

Além das rodovias do SAI, por onde circulam 30 milhões de veículos anualmente, o asfalto borracha também está presente em alguns trechos das rodovias SP 070 (Ecopistas), BR 277 (Ecocataratas), BR 277 (Ecovia) e BR 116 (Ecosul), que fazem parte do Grupo Ecorodovias.

ELETRÔNICOS

Outro gargalo que vem engolindo o meio ambiente está na complicada destinação de eletrônicos e seus componentes, itens cada vez mais comuns na vida dos brasileiros. São milhões de toneladas de microcomputadores, impressoras, TVs, rádios, celulares e



DIVULGAÇÃO

Ecovias: com 70% dos 176 quilômetros do Sistema Anchieta-Imigrantes cobertos pelo asfalto ecológico, empresa já retirou 317 mil pneus velhos da natureza

baterias de lítio e pilhas, entre outros, descartadas anualmente, em terrenos baldios, córregos, esgotos, lagoas e até no mar.

Ações para impedir parte do problema estão tomando corpo também em alguns setores do setor público. No início de setembro de 2012, o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) fixou normas para controle, uso, descarte, transporte e reciclagem de pilhas e baterias.

O objetivo é impedir que este tipo de material, composto por substâncias perigosas à saúde e ao meio ambiente, como mercúrio, cádmio, chumbo, zinco-manganês e alcalino-manganês, cheguem à natureza.

Com as novas regras do Ibama, o material deve ser descartado em coletas seletivas próprias, geralmente encontradas em postos de venda e em fábricas. Nesses locais, os recipientes de lixo destinados a pilhas e baterias devem apresentar um símbolo para facilitar a coleta e evitar a mistura com outros resíduos.

Ainda na seara do lixo eletrônico, há iniciativas bastante positivas. Desde o final de 2009, a Universidade de São Paulo (USP) mantém o Centro de Descarte e Reúso de Resíduos de Informática (Cedir), que implementa práticas de reúso e descarte sustentável de lixo eletrônico, incluindo bens de informática e telecomunicações obsoletos. O local fica em um galpão de 400 metros quadrados e pode receber entre 500 e 1.000 equipamentos por mês.

O engajamento se torna ainda mais forte quando existem parcerias envolvidas, como a promovida entre a USP e o Instituto GEA, OSCIP ligada ao desenvolvimento da cidadania e da educação ambiental sediada na cidade de São Paulo que assessora a população a implantar programas de coleta seletiva de lixo e reciclagem.

Em novembro de 2012, por exemplo, formaram 182 catadores de 63 cooperativas de cidades paulistas e mineiras, que participaram do Projeto Eco-Eleto, ocasião em que foram capacitados a processar a reciclagem de resíduos eletrônicos. Realmente são números robustos para um país que ainda engatinha no reaproveitamento de materiais eletrônicos.

A professora Tereza Cristina Carvalho, assessora de projetos especiais da Coordenadoria de Tecnologia da Informação (CTI) da USP, explica que na maioria dos casos, por falta de informação, os catadores descartam da reciclagem componentes preciosos, como as placas, pois ignoram seu valor comercial. “Sem esse cuidado, esse material acabará em um lixão, algo bastante problemático, pois muitos desses materiais são poluentes”.

Outro projeto do Instituto GEA, o Programa Eco Reciclagem, de coleta seletiva, vem sendo desenvolvido no Shopping Pátio Higienópolis. Lançado em abril do ano

No início de setembro de 2012, o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) fixou normas para controle, uso, descarte, transporte e reciclagem de pilhas e baterias

O Brasil é o quarto maior produtor mundial de alimentos, com 126% das suas necessidades alimentícias. De toda essa riqueza, desperdiçam-se 26,3 milhões de toneladas de alimentos ao ano

passado, já mandou 104 toneladas de materiais para reciclagem, que foram doadas à Cooperativa de Catadores Nova Esperança com o objetivo de elevar significativamente a renda dos seus cooperados.

“Estamos bastante esperançosas com a implementação da Política Nacional de Resíduos Sólidos. Promulgada em 2010, a lei deu prazo de quatro anos para que as empresas, os governos municipais e a população se ajustassem. Se em 2014 ela for realmente colocada em prática, teremos um grande avanço na coleta seletiva no país”, argumenta a presidente do Instituto GEA, Ana Maria Domingues Luz.

DESPERDÍCIO DE ALIMENTOS

Um dos principais problemas enfrentados em boa parte do mundo, quando a fome assola milhões de pessoas, o desperdício de alimentos vem sendo combatido em diversas frentes. São campanhas pelo aproveitamento máximo dos produtos, de partes que antes iam para o lixo, mas que podem fazer a diferença nutricional no cardápio das famílias de baixa renda.

Segundo o Banco de Alimentos, ONG fundada em 1998 pela economista Luciana Chinaglia Quintão e que atua sob o conceito de “Colheita Urbana”, o volume de alimentos jogados no lixo diariamente poderia matar a fome e reverter a carência nutricional de milhões de pessoas.

“O Brasil é o quarto maior produtor mundial de alimentos, com 126% das suas necessidades alimentícias. De toda essa riqueza, desperdiçam-se 26,3 milhões de toneladas de alimentos ao ano, o suficiente para alimentar 35 milhões de brasileiros por mês. Somente em hortaliças são desperdiçados, por pessoa e anualmente, 37 quilos, ou seja, cerca de 35% de todas as hortaliças que produzimos”, ressalta.

A entidade, que atende atualmente 51 instituições sociais e aproximadamente 22 mil pessoas, distribui alimentos fornecidos pelas empresas doadoras entre as instituições beneficentes cadastradas, possibilitando a complementação alimentar de todas as pessoas assistidas pelas instituições. Cerca de 5 milhões de refeições já foram complementadas.

Basicamente, a ONG trabalha pelo aproveitamento de partes não convencionais dos alimentos, como folhas de cenoura, beterraba, batata doce, nabo, couve-flor, abóbora, mostarda, hortelã e rabanete; cascas de batata inglesa, banana, tangerina, laranja, mamão, pepino, maçã, abacaxi,

DIVULGAÇÃO



Instituto GEA: Em parceria com a Escola Politécnica da USP, capacitou 182 catadores de 63 cooperativas de cidades paulistas e mineiras, no Projeto Eco-Eletrô

berinjela, beterraba, melão, maracujá, goiaba, manga, abóbora, além de talos de couve-flor, brócolis e beterraba; entrecascas de melancia e maracujá; sementes de abóbora, melão e jaca; nata; pés e pescoço de galinha; e tutano de boi. Essas partes dos alimentos fornecem muito mais nutrientes do que as convencionais. A casca da laranja tem 604% mais fibras do que a polpa, enquanto a rama da cenoura possui 306% mais cálcio do que o próprio legume.

O esquema logístico de busca, coleta, transporte e limpeza dos alimentos funciona como relógio. Após a doação daquilo que não foi vendido, mas está em perfeitas condições de consumo, os alimentos vão direto para instituições receptoras, levados por veículos adaptados para o transporte de alimentos.

A distribuição é realizada levando-se em consideração as características de cada instituição, como número de pessoas e público atendidos, seja albergue, hospital, casa de apoio, associação de adolescentes, asilo ou creche. De acordo com a ONG, as distribuições ocorrem preferencialmente à tarde, no mesmo dia da coleta, uma vez que hortifrutis são altamente perecíveis e a entidade não estoca alimentos industrializados.

Ao desperdiçarmos toneladas de alimentos diariamente, contribuimos para a degradação econômica e social do nosso país, prejudicando a saúde de milhões de pessoas, cidadãos que sofrem com a irracionalidade do desperdício.

Independentemente do tipo de programa que ajude a evitar o desperdício de alimentos, o descarte inadequado de equipamentos e de materiais poluentes, é certo que a visão sobre a importância de medidas dessa magnitude se torna cada vez mais presente no dia a dia do brasileiro, assim como já ocorre há muito tempo no exterior. 🌱



**Doutores
Cidadãos**
A gente acredita
no poder do sorriso.

Há 10 anos, os Doutores Cidadãos utilizam a figura do palhaço para levar doses de preciosos remédios a hospitais e asilos públicos e filantrópicos: arte, alegria e cidadania. Todos os participantes são voluntários e recebem um amplo treinamento para visitar gratuitamente os pacientes, acompanhantes e profissionais da saúde. Este programa sociocultural faz parte da ONG Canto Cidadão, que também desenvolve outras atividades de sensibilização e ação cidadãs. Para manter e ampliar o trabalho, o grupo realiza atividades em ambiente corporativo, como apresentação de eventos, palestras, oficinas e outras. Saiba mais sobre os Doutores Cidadãos e os outros programas sociais do Canto Cidadão em www.cantocidadao.org.br.

Doutores Cidadãos. Há dez anos fazendo graça de graça.





A SUSTENTABILIDADE É MENSURÁVEL?

Os efeitos da crise financeira global combinados às preocupações com a escassez de recursos naturais e à segurança energética vêm alterando, aos poucos, a forma com que várias partes interessadas das empresas (stakeholders), notavelmente alguns acionistas “ativistas”, percebem a sustentabilidade como fator de geração de valor no longo prazo.

Atualmente, é muito comum que as organizações adotem uma divisão da comunicação externa entre a área de Relação com os Investidores (RI), responsável pela divulgação da performance financeira, e as áreas de sustentabilidade (ou comunicação), responsáveis pela divulgação dos dados socioambientais. Esta dispersão de esforços muitas vezes pode causar a divulgação de informações desencontradas ou até contraditórias para o mercado, opostas às tendências que têm se apresentado.

A primeira tendência é o aumento do reconhecimento da sustentabilidade como guia de investimentos. Seguindo o rescaldo da crise global de 2008, o mercado testemunhou o fortalecimento de uma série de iniciativas bancadas pelos investidores como, por exemplo, a United Nations Principles for Responsible Investment (PRI), que saiu de 50 signatários em 2006 para mais de 1.100 em 2012, com ativos gerenciados na ordem de US\$ 32 trilhões. O mesmo aconteceu com os Princípios do Equador, que norteiam os impactos socioambientais dos empréstimos realizados pelas instituições financeiras, com 16 signatários em 2003 e 80 participantes em 2012.

A segunda é a integração da sustentabilidade na estratégia das organizações. Incidentes como o ocorrido em uma plataforma petrolífera no Golfo do México em 2010 fizeram com que a abordagem de quantificação de riscos das empresas e investidores evoluísse, em muitos casos, para uma visão sistêmica que vai além da performance financeira de curto prazo, migrando para a avaliação dos riscos socioambientais envolvidos no médio e longo prazos. Apesar de o número de empresas que reportam as informações de cunho

.....
A primeira tendência é o aumento do reconhecimento da sustentabilidade como guia de investimentos

não financeiro ter crescido ano após ano, os investidores ainda se mostram preocupados com a falta de foco nos temas materiais e que realmente impactam os negócios. Ainda há um desencontro da linguagem utilizada nos relatórios e o entendimento por parte dos investidores.

Outra preocupação é a forma de mensurar este impacto na performance das ações negociadas em Bolsa, por exemplo. Recentemente, fizemos uma revisão de 75 estudos sobre o tema e buscamos correlacionar o investimento socioambiental responsável e a oscilação da performance financeira das organizações. Para 51% dos estudos, esta correlação foi positiva, ou seja, a adoção de princípios e critérios de sustentabilidade na escolha dos investimentos trouxe uma performance financeira melhor. Em 39% dos casos esta performance foi neutra, mantendo-se no mesmo patamar e, para os 10% restantes, houve uma piora nos resultados, ou seja, quase um empate técnico, se considerarmos os casos em que não houve correlação ou esta foi negativa.

Isto demonstra que os modelos que mensuram o retorno da sustentabilidade em decisões de investimento ainda são imaturos e não permitem que os tomadores de decisão tenham acesso a um ferramental adequado para a avaliação dos riscos e oportunidades derivadas dos dados não financeiros.

Entretanto, outro aspecto revelado por esta comparação é que as empresas que possuem maior controle sobre as informações socioambientais são mais proativas em responder as demandas dos investidores e a reagir mais rapidamente aos riscos e oportunidades. Como geralmente são companhias mais estáveis, minimizam os custos de investimento e de operação, melhoram o fluxo de caixa e têm acesso facilitado ao mercado de capitais para financiar programas e aquisições.



Os acontecimentos dos últimos anos fizeram com que o escrutínio dos investidores sobre o impacto da sustentabilidade finalmente aparecesse no radar. Ainda há muito a percorrer, mas já é claro que a gestão da sustentabilidade passou a ser encarada como uma matriz que envolve

reputação, risco e qualidade das decisões da alta gerência, sendo fundamental para a geração de valor no longo prazo. Uma visão míope para os dados não financeiros, focada nos resultados de curtíssimo prazo, pode vir a ser fatal para muitas organizações. 🌱

 **MONELLO**
CONTADORES
CONSULTORIA CONTÁBIL E FISCAL PARA O 3º SETOR
ESCRITÓRIO CONTÁBIL DOM BOSCO

São Paulo/SP
Av. Gal. Olímpio da Silveira, 655
1º e 2º andar
Perdizes – CEP 01150-001

Brasília/DF
Centro Multiempresarial
SRTVS, Quadra 701, Bloco O,
sala 611 – CEP 70340-000

**Mais de 40 anos de exclusivo
compromisso com as
entidades do 3º setor**

- Especializado em contabilidade de entidades do 3º setor
- Assessoria *in company*: tenha o departamento contábil com a qualidade Dom Bosco em sua entidade. Terceirização da gestão fiscal e financeira com sistema ERP
- Assessoria na obtenção e gerenciamento das certificações
- Assessoria em departamento pessoal
- Assessoria na elaboração e gestão de programas, projetos e gratuidades.

www.sergiomonello.com.br

(11) 3872.1195



SANEAMENTO BÁSICO AINDA É MOTIVO DE MORTE NO BRASIL

Por Dal Marcondes

Ananideua, um município próximo a Belém, tão próximo que parece um bairro, registrou em 2011 o alarmante número de 904 internações por diarreia para cada 100 mil habitantes. Em 2012, a cidade conseguiu bater seu recorde entre os 100 maiores municípios brasileiros e marcou 1.210 pessoas internadas com doenças causadoras de diarreias. Na outra ponta, das menores ocorrências de doenças com diarreia, ficou em 2011 a cidade paulista de Taubaté, com 1,4 internação para cada 100 mil habitantes. O caso de Ananideua chama a atenção porque o município que vem logo em seguida, Belford Roxo (RJ), registrou em 2011 menos da metade dos casos — 399,4 internações para cada 100 mil habitantes. Esses dados foram levantados pela organização não governamental Instituto Trata Brasil, que monitora o saneamento básico no País.

Dados da Organização Mundial da Saúde apontam que 88% das mortes por diarreia no mundo são causadas pelo saneamento inadequado, enquanto a Unicef demonstra que essa é a segunda maior causa de mortes entre crianças de 0 a 5 anos, e se estima que a cada ano 1,5 milhão de crianças nessa idade morram em todo o mundo vítimas de doenças diarreicas. O estudo realizado pelo Instituto Trata Brasil, divulgado no fim de fevereiro, procura, por meio de dados do Sistema Único de Saúde (SUS), medir o impacto sobre a saúde da população exposta ao saneamento básico inadequado nos 100 maiores municípios brasileiros. O estudo levantou dados de 2008 a 2011 — em alguns casos, 2012 — e demonstrou que em quase metade dos municípios (49%) existe apenas uma oscilação nos números de internações, sem apresentar nenhuma tendência clara de melhora no indicador. Em 2011, 396.048 pessoas deram entrada no SUS com doenças diarreicas, enquanto 54.399 vivem nos 100 maiores municípios do País.

De todas as internações, cerca de metade são crianças de 0 a 5 anos — exatamente a faixa etária mais fragilizada pela falta de

saneamento básico —, sendo que em algumas cidades essa taxa chega a mais de 70%, como é o caso de Duque de Caxias (RJ), Juazeiro do Norte (CE), Macapá (AP), Feira de Santana (BA), Belém (PA), Porto Velho (RO) e Manaus (AM).

Dados de 2011 apontam que os gastos do SUS com internações por diarreia foram de R\$ 140 milhões, e os municípios que mais gastaram foram justamente aqueles com piores indicadores de saúde e de saneamento básico. Enquanto em Ananideua o gasto total por 100 mil habitantes foi de R\$ 314.459,00, na cidade de Taubaté o gasto foi de R\$ 721,00 para a mesma população.

Dados do Sistema Nacional de Informações de Saneamento (SNIS) mostram que são poucas as cidades, entre as 100 maiores do país, que podem ostentar a marca de 100% de seus esgotos coletados (o que não significa tratados). São elas Santos, Piracicaba, Jundiá e Franca, no Estado de São Paulo, e a capital mineira, Belo Horizonte.

Esses números reforçam a urgência de aplicação dos recursos previstos para saneamento básico em todo o Brasil. Existem políticas e planos nacionais para a gestão de recursos hídricos e saneamento, sem, no entanto, haver um esforço concentrado na aplicação em obras que possam reverter este quadro de desastre vivido pela população, principalmente das áreas mais pobres do país.

O Dia Mundial da Água foi celebrado no dia 22 de março, e o Brasil pouco tem a comemorar. Nas grandes cidades a questão do abastecimento de água é cada vez mais complexa, com as empresas tendo de buscar o recurso em mananciais cada vez mais distantes, justamente pela falta do saneamento e do tratamento de esgotos, que coloca os rios das regiões mais habitadas entre os mais poluídos do mundo.

É hora de se entender que a água limpa e o saneamento básico são indicadores de desenvolvimento muito mais importantes do que o Produto Interno Bruto. 🌱

ATÉ QUE PONTO AS ORGANIZAÇÕES ESTÃO INCORPORANDO OS INDICADORES DE SUSTENTABILIDADE?



Em tempos de transparência radical, considerada uma das dez tendências-chave da sustentabilidade para a próxima década, sinalizar de forma clara e objetiva o desempenho corporativo em responsabilidade socioambiental é uma decisão impreterível. Tão importante quanto sistematizar sua medição é acompanhar o maior ou menor alinhamento das políticas sustentáveis da empresa com as expectativas e percepções dos *stakeholders*. Não surpreende, então, que, à medida que a sustentabilidade vai amadurecendo como integrante central à vida corporativa, surjam dezenas de indicadores visando apontar o estágio no qual se encontram as empresas. Mas até que ponto as organizações conseguem incorporar e fazer uso desses indicadores nas decisões corporativas?

Ferramentas para mensurar — e também para informar — o desempenho das empresas em termos de sustentabilidade parecem não faltar. Um levantamento realizado pela *SustainAbility* em conjunto com a rede *GlobeScan* de institutos de pesquisas, representada pela *Market Analysis* no Brasil, avaliou 108 instrumentos que ajudam a avaliar a performance em sustentabilidade no mundo — um número impressionante por si só, afinal, há dez anos existiam somente 21 deles. Os indicadores disponíveis são os mais variados: desde o pioneiro índice de sustentabilidade Dow Jones até os indicadores de manejo de emissões de carbono, como *Carbon Disclosure Project*, ou de identificação da governança socioambiental, como o do instituto Ethos e do GRI, passando por medidas mais setoriais, como o acesso a medicamentos desenvolvido pela *Access to Medicine Foundation*. Há também instrumentos mais abrangentes, como o *ranking* das empresas mais admiradas da revista Fortune, dentre muitos outros. Por outro lado, sabemos que apenas uma minoria do universo empresarial brasileiro se preocupa e consegue mensurar a percepção e o retorno dessas ações junto a seus *stakeholders* para embasar ações futuras¹. Como entender o paradoxo de nos defrontarmos com um quadro de grande oferta, mas baixa demanda, em algo tão estratégico como diagnosticar o cenário de atuação?

Visando responder a essa e outras perguntas-chave, consultamos 850 *stakeholders* com experiência na área de sustentabilidade em 70 países. A primeira surpresa é que, apesar de estarem envolvidos no seu dia a dia com temas e políticas de sustentabilidade empresarial, seu grau de conhecimento dos indicadores de sustentabilidade se revelou bastante restrito². Dentre os indicadores avaliados, somente três são conhecidos por pelo menos metade dos especialistas: o índice Dow Jones de sustentabilidade (o primeiro indicador de sustentabilidade desenvolvido), o *Carbon Disclosure Project* (um projeto que auxilia cidades e empresas a diagnosticar seu estágio ambiental e construir políticas

¹"A hora de escutar os stakeholders", Revista Ideia Sustentável, Setembro 2012.

²Pesquisa "Rate the Raters 2012 – Polling the Experts" realizado pela SustainAbility e GlobeScan.

Um levantamento realizado pela SustainAbility em conjunto com a rede GlobeScan de institutos de pesquisas, representada pela Market Analysis no Brasil, avaliou 108 instrumentos que ajudam a avaliar a performance em sustentabilidade no mundo

de adaptação às mudanças climáticas) e o FTSE4Good Index (que mensura o desempenho de empresas em termos dos padrões mundiais de responsabilidade corporativa). São esses também os instrumentos que maior credibilidade possuem entre os *experts* da área, sendo o indicador de manejo de carbono o que obtém mais legitimidade entre esse público: 65% dos gestores confiam nessa ferramenta.

Mas nem todos os indicadores são tidos como críveis pelos *stakeholders*, e uma forma de entender essa percepção é por meio das instituições por trás desses indicadores. Os índices desenvolvidos por ONGs são os que obtêm maior credibilidade entre especialistas, como, por exemplo, o Guia de Eletrônicos Verdes, produzido pelo Greenpeace. Na segunda posição estão os *rankings*, como o Monitor de Sustentabilidade Corporativa, desenvolvido pelo instituto *Market Analysis* desde meados dos anos 2000, que apresenta as dez melhores e piores empresas em sustentabilidade no Brasil. Indicadores formados por empregados de empresas também conquistam credibilidade, a exemplo do *ranking* de melhores empresas para se trabalhar, desenvolvido pela *Great Place to Work*. E as medidas construídas por investidores e analistas, tais como o índice de Sustentabilidade Empresarial desenvolvido pela Bovespa, também inspiram confiança em um a cada três gestores. Indicadores formados por consumidores, jornalistas e pelo governo são os que obtêm a menor confiança.

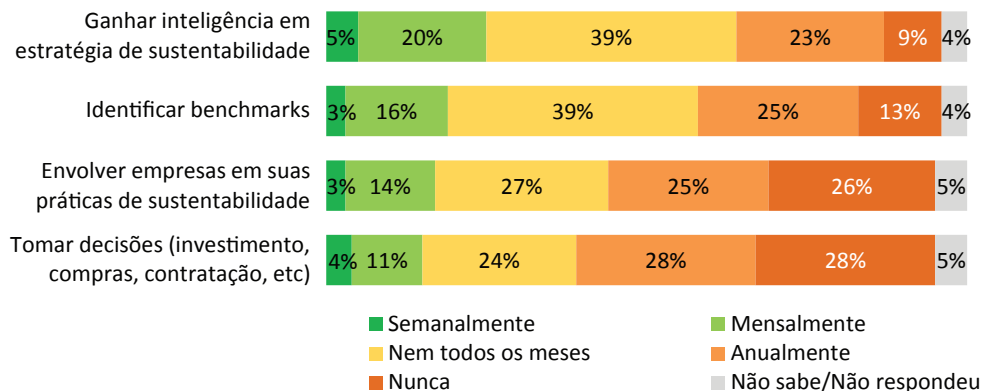
Referências institucionais confiáveis para considerar uma empresa como sustentável

Opinião dos stakeholders, 2012



Motivos e frequência de uso de indicadores de sustentabilidade corporativa

Opinião dos stakeholders, 2012



Um terço dos stakeholders ignora métricas e parâmetros de atuação para a tomada de decisões, e quase outros 30% só os consultam uma vez por ano. Surpreende, então, que os gestores encontrem dificuldades para saber onde estão parados?

Ainda que se tenha disponível uma grande variedade de instrumentos, tanto do tipo genérico quanto daqueles direcionados para setores da economia e aspectos específicos, o uso dessas ferramentas de avaliação e monitoramento é bastante restrito pelos gestores. Com efeito, um em cada três especialistas não acessa esse tipo de informação mais de uma vez por ano, e somente um em cada quatro utiliza mensalmente essas referências para seu trabalho. Na maioria das vezes, os indicadores são utilizados para ganhar inteligência para a empresa no desenvolvimento de políticas de sustentabilidade ou para buscar referências de *benchmark*. Por outro lado, um terço dos *stakeholders* ignora métricas e parâmetros de atuação para a tomada de decisões, e quase outros 30% só os consultam uma vez por ano. Surpreende, então, que os gestores encontrem dificuldades para saber onde estão parados?

Diante da multiplicidade de opções e da maior legitimidade que os indicadores vêm alcançando como ferramentas de avaliação e monitoramento, não há como supor que a baixa adoção desse tipo de referências seja fruto da escassez de meios de informação corporativa. Por outro lado, essa mesma diversidade e crescimento exponencial refletem o interesse e até a pressão da demanda por contar com formas práticas de diagnosticar e orientar as ações corporativas. Como entender, então, esse pendor pelo risco de caminhar às cegas na gestão da atuação sustentável de tantas empresas?

A tentação de lançar mão de respostas que contenham racionalizações de todo tipo é muito grande. “É porque os gestores de sustentabilidade carecem de tempo e recursos humanos.” “Sabemos que esse problema existe.” “É porque os gestores ainda desempenham um papel periférico nas grandes organizações.” Infelizmente, é verdade na maioria das corporações. Contudo, outra resposta parece mais potável, desta vez em formato de pergunta e sem aspirar a justificar as escolhas logicamente: “Por que deveria ser diferente?”. Afinal, sabemos, por exemplo, das ameaças das mudanças climáticas, suas causas e conseqüências, mas a vasta maioria dos governos, sociedades e empresas não consegue agir de forma diferente, nem sequer cumprir com os compromissos assumidos. A inércia pode, em definitiva, ser ubíqua.

Podemos superar essa inércia? É o que a história dos grandes escândalos corporativos em sustentabilidade dos últimos anos nos aconselha. A *British Petroleum* afundou sua imagem no acidente do Golfo do México por ignorar a informação de indicadores de performance. O Wal-Mart está se expondo a um novo questionamento ético após ter negligenciado seus próprios parâmetros de governança anticorrupção no México. A Nestlé ficou exposta por desatender suas referências internas de sustentabilidade na cadeia de valor ao comprar matéria-prima vinda de regiões de desmatamento ilegal na Indonésia. Em todos os casos, ferramentas indicativas e operacionais existiam, a informação circulava de maneira livre e formal, gestores operavam políticas corporativas calcadas em princípios sustentáveis, mas a inércia primou. O custo em receita, reputação e talentos perdidos pode até ser incalculável, mas a admissão desses prejuízos parece ser suficiente motivo para reconhecer o papel vital das métricas indicativas da posição de toda empresa diante do desafio da sustentabilidade. 🌱

Treinamentos em Gestão Social



Salvador -BA
23 a 25 de abril

FLAC - Festival ABCR 2013

São Paulo-SP
03 de maio

Acessibilidade digital: Tecnologias para pessoas com deficiência

Lucy Gruenwald e Lucinda Leria

São Paulo-SP
06 a 10 de maio

Oficina prática em elaboração de projetos

Michel Freller, Danilo Tiisel, Marcio Zeppelini, Carol Zanoti e Fernanda Lyra

Fortaleza-CE
08 a 10 de maio

Captação de recursos e relacionamento com doadores

Marcelo Estraviz e Marcio Zeppelini

São Paulo-SP
14 de maio

Técnicas artísticas para educadores e profissionais que lidam com crianças e adolescentes

Mara Paixão

São Paulo-SP
16 de maio

Legislação e tributação dos recursos captados

Danilo Tiisel

São Paulo-SP
21 de maio

Marketing digital para projetos sociais

Marcio Okabe

São Paulo-SP
22 de maio

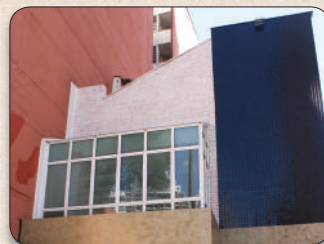
Lei de Incentivo ao Esporte

Michel Freller

São Paulo-SP
23 de maio

Recursos internacionais: oportunidades para projetos sociais brasileiros

JP Vergueiro



Venha conhecer a estrutura da Diálogo Social!

Apoio:

REVISTA
FILANTROPIA

Inscrições e informações

www.dialogosocial.com.br

(11) 2978-6686

dialogo@dialogosocial.com.br

diálogo
social



Acesse o site pelo seu smartphone



INSTITUTO AYRTON SENNA ABRE INSCRIÇÕES PARA CURSOS ON-LINE

O Instituto Ayrton Senna abriu a temporada de formações on-line de 2013. No primeiro semestre serão oferecidas seis formações com temáticas voltadas para Educação e Tecnologia. As formações discutem formas de inserir os recursos tecnológicos na formação dos alunos, e tem como objetivo formar educadores da Educação Fundamental e Ensino Médio para trabalharem a questão. A metodologia utilizada nas formações é a experiência de aprendizagem colaborativa, que possibilita a construção do conhecimento, abrindo espaços para que os participantes compreendam os pontos de vista de cada um. A formação tem duração de 30 horas, é totalmente on-line e gratuita.

www.educacaoetecnologia.org.br

RELATÓRIO DO FOUNDATION CENTER TRAZ PREVISÕES SOBRE A FILANTROPIA EM 2013

O Foundation Center, organização que mantém um banco de dados global sobre filantropia a fim de promover um maior conhecimento para o setor social, publicou, no início de fevereiro, um relatório com previsões sobre a filantropia em 2013. “Filantropia e a Economia Social: Modelo 2013” é uma previsão anual do setor, escrito pela estudiosa Lucy Bernholz para ser um guia sobre a economia social — o capital privado usado para o bem público. O relatório, chamado de Blueprint, fornece uma visão geral do cenário atual, aponta as principais tendências e direciona o leitor para horizontes onde pode esperar alguns avanços importantes neste ano. O relatório é um projeto do Foundation Center em parceria com o European Foundation Center.

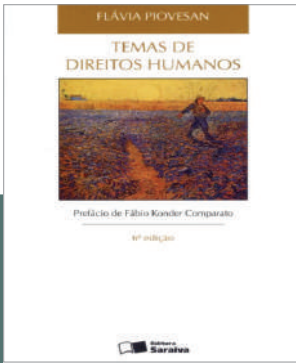
<http://www.grantcraft.org>

APLICATIVO ESTIMULA DOAÇÃO DE ROUPA ATRAVÉS DE REDES SOCIAIS

“Você nunca vai usar isso de novo” é o nome de um aplicativo do Facebook que, de maneira ágil e divertida, ajuda a selecionar roupas pouco usadas e as indicam para doação. Como ele faz isso? Através de suas fotos postadas na rede social. Uma vez identificados os vestuários, o aplicativo finaliza orientando sobre como e onde podem ser doadas as roupas velhas. Criado pela agência criativa DDB para a ONG Estocolmo Stadsmission, o aplicativo é instalado e, em seguida, pede aos usuários permissão para acessar as fotos dos álbuns. Logo após, ele percorre imagens aleatórias e dá aos usuários em torno de nove segundos para decidir se eles usariam a roupa novamente. Os locais de doação se restringem a Estocolmo, na Suécia, o que não impede você de doá-las para pessoas que precisam na sua cidade. Segundo os criadores, a ideia da campanha é lembrar à população dos bens que elas possuem e que utilizam com pouca frequência ou não utilizam mais e, então, permitir uma reutilização do produto.

www.stadsmissionen.se





PROCURADORA DO ESTADO DE SP LANÇA LIVRO SOBRE DIREITOS HUMANOS

“Temas de Direitos Humanos” (576 páginas, R\$ 84,00, 6ª edição) resulta da participação de Flávia Piovesan em cursos, debates, seminários, encontros e projetos de pesquisa relacionados a Direitos Humanos. A autora discorre acerca de temas centrais, incluindo a proteção internacional dos Direitos Humanos e seu impacto no Direito brasileiro, a Constituição brasileira de 1988 e os tratados de Direitos Humanos, o valor jurídico desses tratados, a proteção internacional dos refugiados, a implementação do direito à igualdade, a proteção internacional dos direitos da mulher, a proteção dos direitos reprodutivos e a responsabilidade do Estado no processo de consolidação da cidadania. Cada um dos textos é fruto dos diálogos sobre a matéria. Como resultado de um processo movido por incansáveis buscas e inquietações, a abordagem reflete a importância dos Direitos Humanos no país e no mundo.



INVESTIDORES SOCIAIS LANÇAM O CONVIVA EDUCAÇÃO

Nos dias 30 e 31 de janeiro, aconteceu, com a presença do ministro da Educação, Aloizio Mercadante, o lançamento oficial do Conviva Educação, ambiente virtual gratuito desenvolvido para apoiar a gestão das secretarias municipais de educação de todo o Brasil. A iniciativa ressalta os ganhos de unir investidores sociais em prol de um mesmo projeto. Ao todo, foram investidos no desenvolvimento da plataforma cerca de R\$ 4 milhões. O projeto tem três eixos principais: gestão, formação e fóruns, agregando um conjunto de dados, informações e ferramentas fundamentais, antes dispersos em vários locais. Para o lançamento da plataforma, foram selecionados oito temas prioritários que auxiliarão os gestores públicos nos seus três primeiros meses de gestão, sendo eles: Demanda escolar; Calendário Escolar; Gestão Orçamentária; Alimentação Escolar; Transporte Escolar; Material Pedagógico; Remoção e Atribuição de Classes e Aulas; e Suprimentos e Serviços Públicos. No ar desde 21 de janeiro, possui, até o momento, 972 usuários de 726 municípios de todo o país. O objetivo é envolver todos os 5.561 municípios brasileiros.

📌 <http://convivaeducacao.org.br>



CARTILHA INCENTIVA GESTÃO SUSTENTÁVEL NAS EMPRESAS

Propostas, conceitos e práticas para aproximar das empresas o desenvolvimento sustentável podem ser encontradas na cartilha “Gestão Sustentável nas Empresas”, elaborada pelo Centro Sabe de Sustentabilidade. Segundo o documento, não há incompatibilidade entre um empreendimento rentável e uma gestão para a sustentabilidade. Para o Sebrae, uma empresa com práticas sustentáveis reduz seus custos operacionais por consumir menos água e energia, utilizar menos matéria-prima, gerar menos resíduos e gastar menos em controle de poluição. Ao reduzir seus custos, aumentam sua competitividade, pois podem cobrar preços menores. Além disso, conquistam novos clientes, uma vez que o consumidor, cada vez mais consciente e bem informado sobre os efeitos ambientais e processos produtivos sustentáveis, está disposto a pagar mais caro por marcas associadas a uma atitude positiva em relação à proteção do meio ambiente.

📌 www.sustentabilidade.sebrae.com.br

SURFE SUSTENTÁVEL É TEMA DE CURTA-METRAGEM

A paixão pelo surfe e a natureza levou o designer carioca Thomas Scott a buscar uma melhor relação entre o esporte e o meio ambiente por meio de suas pranchas de agave e outros materiais. Sua história se transformou em um curta-metragem assinado pela Capim Filmes, produtora do Rio de Janeiro. Intitulado “Agave Surfboards”, mostra a trajetória do designer desde 2004. Ele testou outras matérias-primas naturais para confeccionar pranchas, na tentativa de eliminar a utilização de materiais que trazem danos ao meio ambiente, a exemplo do poliuretano. Um dos materiais escolhidos por Scott foi o agave, uma planta mexicana que surgiu para ele como uma alternativa à madeira balsa, normalmente apreciada por ser leve. Além de serem pranchas funcionais e quase tão leves quanto uma de material tradicional (só 30% mais pesada), as pranchas de agave são verdadeiras obras de arte. Mesmo com dificuldades para encontrar o material no Rio de Janeiro, Scott produz as pranchas em pequena escala, experimentando e testando outras matérias-primas naturais como o miriti, espécie de madeira proveniente da palmeira típica da Amazônia.

📌 <http://vimeo.com>





PROJETO TEAR

Criado em 2003, em Guarulhos (SP), o **Projeto Tear** é um serviço público de saúde mental constituído por oficinas de trabalho artesanal para pessoas em situação de sofrimento psíquico. Atualmente, 120 pessoas participam das oficinas de Encadernação e Papelaria Artesanal, Marcenaria e Marchetaria, Serigrafia e Personalização, Tear e Costura, Velas e Sabonetes, Mosaico, Papel Reciclado Artesanal e Vitral. O projeto conta ainda com expressiva participação em feiras, exposições e projetos de economia solidária e geração de renda, proporcionando a participação dos usuários na comercialização dos produtos e na administração dos recursos obtidos, que são revertidos à própria oficina, para sua manutenção, e aos participantes, em forma de "bolsa-oficina".

 www.projeto-tear.org.br



PROJETO APIA

O **Projeto Apia** é uma organização da sociedade civil de interesse público que utiliza as artes plásticas, em especial a cerâmica, como instrumento de inclusão. Por meio de projetos sociais e de criação, favorece o resgate cultural, a geração de renda e o exercício da cidadania. Foi criado em 2005 para atender jovens e adultos com deficiências e/ou em situação de risco social e tem o objetivo de contribuir para o processo de inclusão social, acesso ao trabalho, inserção no universo da cultura e exercício da cidadania. O contato com a argila proporciona a expressão de sentimentos, percepções e sensibilidades, possibilita olhares diferenciados sobre a realidade, favorecendo o crescimento pessoal, educativo e profissional.

 www.projetoapia.org.br



COOPERALDEIA

A **Cooperaldeia** é uma cooperativa de costureiras que surgiu dentro da ONG Aldeia do Futuro, projeto desenvolvido no bairro de Americanópolis. A entidade realiza trabalhos na área têxtil de vestuário e decoração, por meio de métodos artesanais. O projeto conta com o financiamento da Fundação Banco do Brasil e, além de contemplar as artesãs com novos equipamentos e melhorias no espaço, possibilita oportunidades de geração de renda e melhoria de vida dos participantes e sua família.

🌐 www.cooperaldeia.com.br



FUNDAÇÃO ALMERINDA MALAQUIAS

A **Fundação Almerinda Malaquias** (FAM) é uma organização não governamental sem fins lucrativos, políticos ou religiosos. Entre seus objetivos estão promover a formação profissional, principalmente no interior do Estado do Amazonas; valorizar a identidade cultural e artística regional; promover e desenvolver a venda de produtos no mercado local, nacional e internacional; e prestar assistência educacional gratuitamente para menores e adolescentes carentes, visando à integração ao mercado de trabalho, contribuindo para a formação de mão de obra especializada.

🌐 www.fam-na-am.com.br



A CASA QUE NÃO TINHA MEDO DE LOBOS

Desde a década de 1940, aquele senhor vivia no Cambuci, tradicional bairro da capital paulistana. Viu muita coisa bonita acontecer por lá. Carnaval de rua, campos de futebol de várzea, grupos musicais nos botecos, crianças soltando pipa e muito mais. Após a morte da esposa há pelo menos dez anos, insistiu em permanecer na mesma casa, resistindo à especulação imobiliária. Vê Moacir. Em sua rotina calma, nutria com carinho três atividades: assistir aos jogos do Corinthians, ler jornais e livros de literatura infantojuvenil e saborear as tardes de sábado com o único neto.

O menino Caio, nove anos, curti muito as visitas que fazia ao avô. Após os cumprimentos iniciais e o papo institucional na sala, ambos iam para o quintal. Quando chegavam àquele pequeno espaço a céu aberto, ares de jornada mágica temperavam o encontro dos dois. Sentados à sombra das árvores, dialogavam como gente grande, mas com alma de meninos.

– Vovô, qual história o senhor vai me contar hoje?

– Isso depende, Caio. Primeiro me conte como vão as coisas da escola? Você fez todas as lições esta semana?

– Hmmmm. Fiz quase tudo. Mas tenho de escrever uma coisa sobre o Brasil.

– Que tipo de coisa, Caio?

– Ah, vovô, tenho de falar sobre o Brasil de antes e o Brasil de hoje. O professor disse que o país está crescendo, ficando mais rico e que nem sempre foi assim. O senhor pode me ajudar?

– O professor disse isso? Interessante. Acho que posso te ajudar um pouquinho. Afinal, eu vivo neste país há mais de 75 anos. Então, atendendo ao pedido do freuguês, hoje falarei sobre o Brasil. Mas do

nosso jeito, combinado? Você conhece a história dos três porquinhos?

– Sim!

– Muito bem. É um bom começo. Vamos imaginar o Brasil como uma grande casa em construção. Na história dos três porquinhos, cada um queria construir a casa de um jeito. Por aqui também foi assim. Durante muitos anos, nossa casa foi de palha, feita às pressas e com uma certa preguiça. Como era um lugar muito distante, pouca gente vinha visitar. De vez em quando aparecia algum tipo de lobo, soprava, estragava a casa, deixava o porquinho assustado, mas ela era reconstruída da mesma forma, sem muitas melhorias. Isso durou a maior parte da nossa história. Um pouco antes do seu vovô nascer, as coisas começaram a mudar. A casa de palha já não servia mais. O número de pessoas que moravam aqui estava crescendo rapidamente. Então, veio a ideia de fazer uma casa de madeira no lugar daquela de palha. A estrutura era um pouco melhor, mas em pouco tempo começou a ficar ameaçada pelo sopro do lobo. A qualidade de vida dentro da casa era ruim. Poucas pessoas tinham direito às melhores partes do espaço, enquanto a maioria se espremia em busca de um cantinho para sobreviver. Quem cuidava da casa dizia que não dava para arrumar algo melhor porque não havia dinheiro. O país era pobre. Subdesenvolvido, diziam muitos. Até que há pouco tempo começamos a ficar mais ricos. Outros países tiveram problemas com sopros de lobos chamados “crises econômicas”. Por aqui foi mais suave. Apenas uma brisa, disseram os especialistas em sopros lupinos. Algumas reformas começaram a ser feitas na casa. As tábuas de madeira foram pintadas, algumas goteiras tampadas, construíram um campinho de futebol, deram uma bronca em que estava

querendo atrapalhar o andamento da casa e outras coisinhas mais. Mas, a casa ainda era de madeira, com uma estrutura frágil. Era preciso envolver todos no projeto da casa de concreto, mais sólida e segura. Era preciso convencer os habitantes da importância de todos se empenharem para fortalecê-la. Mas isso continuava muito frágil. Quem gerenciava a casa gostava de dizer que estava tudo indo muito bem, que agora a casa estava nos trilhos, embora não fosse um trem. O que mais se fazia ali dentro era ver televisão. Ah, como eles gostavam daquilo. Mas nem todos achavam que estava tudo muito bem. Alguns até lembravam daquele velho ditado popular: por fora bela viola, por dentro pão bolorento. E quanto mais bonita do lado de fora era a casa, mais atenção do lobo ela atraía...

Naquele momento vovô Moacir percebeu que Caio adormecera em algum momento da história. De repente, Caio acordou assustado.

– Eu pensei que o lobo estava soprando, vovô! Eu dormi no meio da história. Ele derrubou a casa do Brasil!

Vovô Moacir se emocionou com a pergunta. Ele sabia que há tempos os adultos vêm castigando as crianças brasileiras por conta da displicência com que tratam as coisas mais importantes. Teceu cuidadoso uma resposta.

– Não, meu querido. O lobo não derrubou a casa. Essa história ainda não terminou. Ele vai tentar soprar muitas vezes. E eu quero que você prometa que vai fazer a sua parte e ajudar a segurar as nossas paredes.

...

O Brasil já tem o sétimo maior PIB (Produto Interno Bruto) do planeta. No entanto, nosso IDH (Índice de Desenvolvimento Humano) continua na posição de número 85 entre 187 países (dados de 2012). Estamos estagnados no ranking. Crescimento visível, desenvolvimento muito questionável. Que os lobos tenham piedade da letargia dos gestores e habitantes desta casa. 🐺

Seteco há 45 anos agregando valor na gestão de negócios

A competência de uma organização pode ser medida pela qualidade e grau de exigência, quanto a coerência e precisão de um trabalho contábil.

Dedique-se ao seu negócio e terceirize com a **SETECO**, especializada nos segmentos indústria, comércio, serviços e terceiro setor.

- ✓ Terceirização contábil, fiscal e trabalhista (Outsourcing)
- ✓ Prevenção e mitigação de riscos (Compliance)
- ✓ Automação, integração e administração de controles internos (BPO)
- ✓ Consultoria empresarial e tributária (Tax)
- ✓ Sistema Integrado de Gestão (ERP)
- ✓ Imposto de renda pessoa física
- ✓ Abertura de empresa e alterações contratuais



FLAC

2013

FESTIVAL ABCR

23 A 25 DE ABRIL DE 2013
NO CENTRO DE CONVENÇÕES
SALVADOR/BA

A 5ª edição do maior festival
sobre captação de recursos do Brasil,
reunindo mais de 500 profissionais
e 60 palestrantes.

www.flac.org.br
acesse e participe!

Três dias de evento e programação
intensa com mais de 50 sessões
programadas com temáticas inovadoras

Com o tema “Futuro da Doação”,
apontando os possíveis caminhos e
oportunidades no Brasil para a
captação de recursos

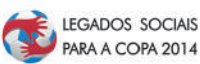
Realização:



Co-Realização:



Patrocínio:



Inscrições:

R\$ 350,00 associados ABCR
R\$ 700,00 não associados
Acesse: www.flac.org.br